UNIJUÍ - UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Departamento de Economia e Contabilidade
Departamento de Estudos Agrários
Departamento de Estudos da Administração
Departamento de Estudos Jurídicos

CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO

VIVIANE RODRIGUES LUCCA

UMA INICIATIVA COMUNITÁRIA NO ESPAÇO PÚBLICO NÃO-ESTATAL: O CASO DO NOVO HOSPITAL BOM PASTOR NO MUNICÍPIO DE IJUÍ

Ijuí (RS)

2010

VIVIANE RODRIGUES LUCCA

UMA INICIATIVA COMUNITÁRIA NO ESPAÇO PÚBLICO NÃO-ESTATAL: O CASO DO NOVO HOSPITAL BOM PASTOR NO MUNICÍPIO DE IJUÍ

Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento da Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Linha de pesquisa Gestão de Organizações e do Desenvolvimento, elaborada como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Dieter Rugard Siedenberg

Ijuí (RS)

2010

Catalogação na Publicação

L934I Lucca, Viviane Rodrigues.

Uma iniciativa comunitária no espaço público não-estatal : o caso do novo hospital Bom Pastor no município de Ijuí / Viviane Rodrigues Lucca. – Ijuí, 2010.
172 f. : il. ; 29 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí). Desenvolvimento.

"Orientação: Dieter Rugard Siedenberg".

1. Democracia. 2. Participação popular. 3. Desenvolvimento. 4. Cidadania. I. Siedenberg, Dieter Rugard. II. Título. III. Título: O caso do novo hospital Bom Pastor no município de Ijuí.

CDU: 321.7
342.34

Aline Morales dos Santos Theobald

CRB10 / 1879

UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento – Mestrado

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação

UMA INICIATIVA COMUNITÁRIA NO ESPAÇO PÚBLICO NÃO-ESTATAL: O CASO DO NOVO HOSPITAL BOM PASTOR NO MUNICÍPIO DE IJUÍ

elaborada por

VIVIANE RODRIGUES LUCCA

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Dieter Rugard Siedenberg (UNIJUÍ): _____

Prof. Dr. Vilmar Antonio Boff (URI): _____

Profª. Drª. Lurdes Marlene Seide Froemming (UNIJUÍ): _____

Ijuí (RS), 29 de março de 2010.

AGRADECIMENTOS

A Unijuí, pela possibilidade de realizar minha formação acadêmica e pelo incentivo financeiro.

Aos professores, por incentivarem essa formação.

Ao orientador, Prof. Dr. Dieter Rugard Siedenberg, pelo acompanhamento dessa trajetória.

Ao Novo Hospital Bom Pastor e aos Conselhos pela boa acolhida na realização deste.

Aos representares do COREDE NORC e COMUDE, Professores Paulo Afonso Frizzo e Sérgio Luís Allebrandt e a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que este estudo fosse realizado.

RESUMO

O Processo de Participação Popular (PPP) implementado no Estado do RS em 2003 se orienta em princípios relativos à valorização dos COREDES, como instâncias regionais de planejamento, ao fortalecimento das assembléias abertas à participação cidadã, à promoção de uma distribuição mais equilibrada dos recursos públicos, ao fomento do desenvolvimento socioeconômico entre outros princípios. Desta forma, questiona-se qual a contribuição deste processo no desenvolvimento socioeconômico local a partir do estudo de caso do Novo Hospital Bom Pastor em Ijuí? Os objetivos da pesquisa em estudo são: analisar a trajetória de participação popular do Novo Hospital Bom Pastor, a partir da visão da direção do hospital e dos representantes do COREDE e do COMUDE, verificar de que forma aconteceu o processo de discussão do projeto Novo Hospital Bom Pastor, investigar a pluralidade do grupo promotor, analisar o impacto e o desempenho do processo em relação aos objetivos alcançados e a evolução da participação no Processo de Participação Popular – PPP e verificar a percepção e avaliação da direção do Novo Hospital Bom Pastor e dos representantes do COREDE NORC e do COMUDE em relação à aprendizagem e a consolidação da participação e da cidadania no processo. Na classificação epistemológica preconizada por Husserl, esta pesquisa enquadra-se na abordagem fenomenológica, por permitir uma interação entre pesquisadora e fenômeno na busca da melhor compreensão e interpretação deste. A coleta de dados foi realizada por meio da observação participante. O tratamento dos dados ocorreu de forma qualitativa e quantitativa. As constatações resultantes da interpretação e da compreensão do fenômeno estudado evidenciam que o PPP contribui em certa medida para o desenvolvimento socioeconômico local, que este necessita promover a educação política na mesma dimensão da democracia e que mesmo diante de limites e possibilidades, os entrevistados são favoráveis a continuidade do PPP no Estado.

Palavras-chave: Democracia. Participação popular. Desenvolvimento. Cidadania.

ABSTRACT

The Popular Participation Process (PPP) implemented in the RS State in 2003 it is guided in relative beginnings to the COREDES valorization, as regional instances of planning, to the invigoration of the assemblies open to the participation citizen, to the promotion of a more balanced public resources distribution, to the social economical development fomentation, among others. This way, it is questioned which the contribution of this process in the social economical development local starting from the study of the New Hospital Good Shepherd in Ijuí case. The research objectives in study are: to analyze the popular participation trajectory of the New Hospital Bom Pastor, starting from the direction hospital vision and the COREDE and COMUDE representatives, to verify that form happened the discussion process of the project New Hospital Good Shepherd, to investigate the group promoter's plurality, to analyze the impact and the process acting in relation to the reached objectives and the participation evolution in the Popular Participation Process - PPP and to verify the perception and evaluation of the New Hospital Bom Pastor direction and COREDE NORC'S and COMUDE representatives in relation to the learning and the consolidation of the participation and of the citizenship in the process. In the epistemological classification extolled by Husserl, this research is framed in the phenomenological approach, for allowing an interaction between researcher and phenomenon in your best understanding and interpretation search. The data collection was accomplished through the participant observation. The data treatment happened in a qualitative and quantitative way. The resulting verifications of the phenomenon study interpretation and understanding are evidence that PPP contributes in certain measure to the local and social economic development, that needs to promote the political education in the same dimension of the democracy and that even due to limits and possibilities, the interviewees are favorable the PPP continuity in the State.

Key words: Democracy. Popular participation. Development. Citizenship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Placas de Identificação do Novo Hospital Bom Pastor 80
Figura 2 - Fluxograma do Processo de Participação Popular em 2009 89
Figura 3 - Centro de Atendimento Psicossocial Adulto em funcionamento à frente e ao fundo vista parcial da obra do NHBP em construção 112
Figura 4 - Placa de identificação dos recursos populares para a construção do Novo Hospital Bom Pastor.....116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Desenho da pesquisa.....63
Quadro 2 - Cidadania deliberativa: categorias de análise 66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores econômicos e sociais dos municípios que compõem o COREDE – NORC no Rio Grande do Sul 77
Tabela 2 - Fontes de Financiamento do Novo Hospital Bom Pastor 111
Tabela 3 - Evolução da votação na Consulta Popular na área/projeto da saúde, no Corede Norc e no Estado do RS no período de 2004 a 2009 114
Tabela 4 - Valores disponibilizados aos COREDES de 2003 a 2009 no RS e no COREDE NORC..... 118

LISTA DE ABREVIATURAS

ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CODEMI - Conselho de Desenvolvimento do Município de Ijuí
COMUDE - Conselho Municipal de Desenvolvimento
COREDE NORC - Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Noroeste Colonial
CP - Consulta Popular Ebape - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
EMATER - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul
FAFI - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras
FEE - Fundação de Econômica e Estatística
Fenadi - Festa Nacional das Culturas Diversificadas
FGV - Fundação Getúlio Vargas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMASA - Indústria de Máquinas Agrícolas Fucks S.A
Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OP - Orçamento Participativo
PEGS - Programa de Estudos em Gestão Social
PIB - Produto Interno Bruto
PT - Partido dos Trabalhadores
RS - Rio Grande do Sul
UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
VAB - Valor Adicionado Básico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO 15

2 A INFLUÊNCIA DA DEMOCRACIA NO DESENVOLVIMENTO 19
2.1 Democracia 20
2.1.1 Do pensamento clássico ao pensamento liberal 20
2.1.2 Democracia e participação popular 22
2.1.3 Limites e possibilidades da democracia 25
2.1.4 Democracia representativa e democracia participativa 28
2.1.5 Democracia deliberativa 29
2.1.5.1 Limites e possibilidades da democracia deliberativa 30
2.1.5.2 Cidadania 31
2.1.5.3 Cidadania deliberativa 32
2.2 Limites e desafios da participação popular 35
2.3 Movimentos sociais 38
2.3.1 Movimentos sociais – algumas premissas 38
2.3.2 Globalização e movimentos sociais 40
2.3.3 Movimentos sociais no Brasil, governança social e território 42
2.3.4 Movimentos sociais na atualidade – mapeamento 44
2.4 Aprendizagem: implicações no nível dos agentes e do processo 45
2.5 Enfoques e dimensões do desenvolvimento 47
2.5.1 Evolução do conceito de desenvolvimento 48
2.5.2 Dimensões do desenvolvimento 50
2.5.2.1 Desenvolvimento includente 50
2.5.2.2 Desenvolvimento endógeno 52
2.5.2.3 Desenvolvimento socioeconômico local: uma compreensão 55

3 EXPLICITAÇÕES DA ABORDAGEM FILOSÓFICA E ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA 57
3.1 Pressupostos epistemológicos 57
3.2 Pressupostos metodológicos 58
3.2.1 Etapas do processo da pesquisa 61
3.2.1.1 Definição do unidade-caso 63
3.2.1.2 Coleta e análise de dados 64
3.2.1.3 Variáveis e aspectos considerados 66

4 O NOROESTE GAÚCHO, O MUNICÍPIO DE IJUÍ E O NOVO HOSPITAL BOM PASTOR 69
4.1 O noroeste gaúcho 69
4.2 O município de Ijuí 72
4.3 O Novo Hospital Bom Pastor 78

5 INSTITUIÇÕES E PROCESSOS 81
5.1 A consulta popular no Estado 81
5.2 O Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Noroeste Colonial – Corede - Norc 91
5.3 O Conselho Municipal de Desenvolvimento 94
5.3.1 O Conselho Municipal de Desenvolvimento no Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial 95

6 CONSTATAÇÕES A PARTIR DA REALIDADE INVESTIGADA 98
6.1 Processos de discussão do projeto Novo Hospital Bom Pastor 98
6.2 Pluralismo 106
6.3 Impacto e desempenho 113
6.4 Aprendizagem e consolidação da participação e cidadania 119
6.4.1 Problemas e desafios da consolidação da participação e da cidadania 119
6.4.2 Revelações da consolidação da participação e da cidadania 122
6.4.3 Aprendizagens da consolidação da participação e da cidadania 124

CONCLUSÃO 134

REFERÊNCIAS 140

ANEXOS 146

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa o papel da participação popular no desenvolvimento socioeconômico local, por meio do estudo da trajetória do Novo Hospital Bom Pastor localizado no município de Ijuí - RS. Para tanto, serão examinadas as etapas em que o projeto esteve presente como opção na Consulta Popular (CP), realizado no período de 2004 a 2009.

O estudo apresenta a partir de alguns pressupostos teóricos a função do Conselho Municipal de Desenvolvimento (COMUDE) e do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Noroeste Colonial (COREDE NORC) na promoção do PPP em Ijuí e na região noroeste do Estado do RS e sua relação com o Novo Hospital Bom Pastor.

Evidencia, portanto, a relação de processos democráticos, dos movimentos sociais com a participação popular em prol do desenvolvimento socioeconômico. Para tanto, aprofunda as influências da democracia representativa e participativa praticada atualmente, apresentando suas limitações e potencialidades no exercício da cidadania. Aborda, ainda, as características e os tipos de movimentos sociais presentes na sociedade finalizando com os enfoques de desenvolvimento relacionados ao estudo.

Ressalta-se que a opção pelo tema participação popular, cidadania e desenvolvimento relacionados a uma instituição de saúde, nesta pesquisa, têm como pano de fundo a obra de Sen (2000) que enfatiza o desenvolvimento como liberdade, tendo como pressuposto a expansão das capacidades das pessoas. Tais capacidades podem ser colocadas á disposição de si mesmas e da sociedade se as

pessoas vierem a usufruírem de possibilidades advindas de processos que possibilitaram a liberdade de ações e decisões (direito a voto ou outros direitos políticos ou civis) ou de oportunidades reais que as pessoas possuem (como a capacidade de escapar de morte prematura ou fome involuntária).

O foco da pesquisa para o estudo do caso do Novo Hospital Bom Pastor, se faz devido ao mesmo ter suas origens na mobilização social do Movimento Comunitário de Base, iniciado na década de 1960 em que agricultores inspiradores nos ideais associativistas e apoiados pela sua estrutura cooperativa, fundaram o Hospital Bom Pastor – hospital comunitário voltado inicialmente para o atendimento de famílias do meio rural. Hoje o hospital atende toda a comunidade ijuiense e regional. Estes mesmos ideais associativistas que prezam para participação, confiança, solidariedade, cooperação se estendem ao projeto do Novo Hospital Bom Pastor, que possuem como proposta a ampliação do atendimento a comunidade nos serviços de geriatria, doença mental e clínica geral, necessitando de aporte de recursos. Em busca desse ideal, o projeto Novo Hospital Bom Pastor foi submetido à Consulta Popular com o objetivo de ter o reconhecimento da comunidade e desta forma angariar recursos orçamentários do governo estadual para compor os investimentos de sua construção.

Assim, o NHBP participou, por opção, da Consulta Popular no período de 2004, 2005, 2006, 2008 e 2009, constituindo-se este fato em mais um critério de escolha para a sua análise por meio deste trabalho de pesquisa.

Para a melhor compreensão de sua estrutura, este trabalho está organizado em seis capítulos. O primeiro capítulo apresenta a contextualização do estudo. O segundo capítulo abrange o referencial teórico que serviu de suporte à pesquisa. O terceiro capítulo explicita a metodologia que será feito uso. O quarto capítulo situa o caso em estudo. No capítulo quinto é apresentado as Instituições e o Processo da Consulta Popular. O sexto capítulo engloba as análises realizadas a partir da realidade investigada. Na parte final constam à conclusão, as referências bibliográficas pesquisadas e os anexos que complementam o estudo.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo é marcado entre outras proposições, pela temática do desenvolvimento. Inúmeros são as nuances deste tema, no entanto para este trabalho o enfoque principal será o desenvolvimento socioeconômico. Mas precisamente o desenvolvimento como expansão das liberdades sociais, econômicas e políticas das pessoas enquanto agentes do processo, fundamentos explicitados por Sen (2000).

Ressalta-se que o viés deste estudo se dá na dimensão da pessoa enquanto agente[1] do processo de desenvolvimento a partir do exercício de sua cidadania por meio da participação popular na proposição de uma nova instituição de saúde, pois quanto mais condições e acesso as pessoas possuem, mais livres elas podem se tornar. "Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento" (SEN, 2002, p. 33).

O objetivo central desta pesquisa está na análise do papel do Processo de Participação Popular no desenvolvimento socioeconômico local, tendo como objeto de estudo o caso do Novo Hospital Bom Pastor em Ijuí. Nesse sentido, será abordada no estudo a democracia, principalmente a forma representativa e participativa, bem como a importância destas no desenvolvimento pretendido.

A opção pelo estudo do Processo de Participação Popular (PPP) refere-se ao fato do mesmo ser considerado uma iniciativa de destaque na sociedade democrática representativa, assim como as instituições que o sustentam tais como: o Parlamento, as eleições, os partidos políticos, entre outros.

A Consulta Popular tem suas origens no período que antecede a experiência do Orçamento Participativo – OP. Assim, a CP implantada no Estado em 2003,

---

[1] Agente: alguém que age e ocasiona mudanças, cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independente de avaliações externas (SEN, 2000).

possuía a experiência da Consulta Popular do governo Antonio Britto em 1998 e da experiência do OP do governo Olívio Dutra de 1999 a 2002.

A participação da população através da Consulta Popular[2] iniciada no Estado do Rio Grande do Sul em 2003 contou com a organização do processo pelos COREDES, como também pelos COMUDES.

Neste sentido, este estudo se propõe a analisar o papel do Processo de Participação Popular no desenvolvimento socioeconômico local, analisando a inserção do projeto do Novo Hospital Bom Pastor no período de 2004 a 2009 no processo. Da mesma forma, o estudo proposto visa pesquisar sobre: a contribuição da participação popular no processo de desenvolvimento socioeconômico local, tomando como referência a caso explicitado.

Os objetivos específicos ficam assim desdobrados:

a) Analisar, por meio de documentos e entrevistas, a trajetória de participação popular do Novo Hospital Bom Pastor, a partir da visão da direção do hospital e dos representantes do COREDE e do COMUDE;
b) Verificar, por meio de documentos e entrevistas, de que forma aconteceu o processo de discussão do projeto Novo Hospital Bom Pastor, identificando os canais de difusão, a qualidade da informação prestada, os órgãos de acompanhamento e as relações com outros processos participativos;
c) Investigar a pluralidade do grupo promotor, o perfil dos agentes e a participação de diferentes agentes sociais;
d) Analisar o impacto e o desempenho do processo em relação aos objetivos alcançados e a evolução da participação;
e) Verificar, através das entrevistas, a percepção e avaliação da direção do NHBP e dos representantes do COREDE e do COMUDE em relação à aprendizagem e a consolidação da participação e da cidadania no processo.

---

[2] Consulta Popular – consulta direta à população sobre a destinação de parcela do orçamento do Estado. Foi implantada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 2003 em substituição ao Orçamento Participativo.

Acredita-se que a justificativa deste estudo perpasse por três pontos: primeiro pela importância do mesmo para o próprio Hospital Bom Pastor, pois este estudo pode contribuir na melhoria das relações entre os agentes públicos, privados e sociais; segundo, pela relevância do estudo ao investigar as decisões do processo democrático e participativo na promoção do desenvolvimento, evidenciando o papel dos Conselhos em estudo; e terceiro; como contribuição acadêmica e formação intelectual da autora.

Em relação ao primeiro ponto, pesquisas recentes[3] mostram que municípios que apresentam maior êxito no desenvolvimento, são aqueles que promovem estratégias de participação, cooperação e solidariedade. Neste sentido, Bandeira (1999) destaca a relevância e a premência de revisar as estratégias adotadas na formulação de políticas regionais do Brasil, especialmente as abordagens de grande amplitude territorial para que sejam substituídas por iniciativas e estudos regionais ou locais, fornecendo, desta forma, diagnósticos mais contundentes da situação e das potencialidades dessas localidades menores.

Já o segundo ponto, traz a importância da investigação do Processo de Consulta Popular, por ser este um espaço democrático e participativo e que fomenta o desenvolvimento socioeconômico local, por meio do acesso da população a saúde. Entende-se que a saúde seja um dos pressupostos do desenvolvimento socioeconômico tendo como embasamento Sen (2000) que defende que liberdade políticas e necessidades econômicas estão interligadas, não sendo esta relação apenas instrumental, mas sim construtiva.

Quanto ao terceiro ponto, compreende-se que o estudo possa contribuir com a comunidade acadêmica e científica por meio da condução de subsídios que impulsionem à realização de pesquisas complementares, vindo a aprofundar conhecimentos e avistar novos enfoques na perspectiva da participação popular e do desenvolvimento socioeconômico local. O estudo, também corrobora com o crescimento intelectual e cultural da autora, bem como com sua contribuição à

---

[3] Dentre as diversas pesquisas, cita-se: Capital Social (PUTNAM, 2000), Desenvolvimento Endógeno (BARQUERO, 2001); Regiões Ganhadoras (BENKO; LIPIETZ,1994).

sociedade enquanto cidadã, haja vista a oportunidade singular de dialogar com diversos autores sobre a temática sob a forma desse trabalho escrito.

Para além das justificativas acima mencionadas, acredita-se que este estudo também se faz importante pelo resgate histórico do Processo de Consulta Popular – PPP instituído no Estado em 2003. Pois este processo constitui-se em espaços públicos de participação e de decisão sobre aspectos de interesse da comunidade. Para, além disso, refere-se a uma forma contemporânea de democracia representativa participativa da sociedade atual, ainda que estes possam significar tanto processos de socialização das decisões e do poder como processos de cooptação e controle de movimentos sociais (BAVA-CACCIA, 2003).

Outro elemento que se acredita ser relevante para o estudo em questão refere-se à abordagem da saúde como fator de desenvolvimento socioeconômico no município de Ijui, sendo este referência na região neste aspecto.

2 A INFLUÊNCIA DA DEMOCRACIA NO DESENVOLVIMENTO

Para que uma pesquisa acadêmico-científica tenha consistência é necessário que seja realizado uma busca na literatura sobre os principais fundamentos teóricos relativos ao tema objeto de estudo. Esta ação visa facilitar a compreensão e, por conseqüência, uma melhor explicitação da realidade investigada.

Conforme Fávero e Gaboardi (2008) rever a literatura é essencial para que se possa compreender e realizar o objetivo proposto, bem como é necessário, para além de catalogar informações, examiná-las e criticá-las retirando o que esclarece, problematiza e inspira. Segundo o mesmo autor a revisão da literatura serve de ponto de partida para o desenvolvimento do estudo a que se propõe. Portanto, nesse capítulo, são apresentados diferentes pontos de vista referente abordagens e conceitos importantes relativo aos aspectos imbuídos nesse estudo, que fornecerão o suporte para o aprofundamento e análise final.

A revisão teórica deste trabalho aborda temas referentes à democracia perpassando pelo pensamento clássico ao pensamento liberal conforme Limana (1993). Após se procura estabelecer a relação da democracia com a participação popular em favor do desenvolvimento destacando-se a discussão de Sen (2000) sobre o tema. Na seqüência abordam-se os limites e possibilidades da democracia, as diferenças entre democracia representativa e participativa e por fim destaca-se a democracia deliberativa, a partir das contribuições de Jürgen Habermas.

A cidadania e o conceito de cidadania deliberativa complementam a discussão anterior, pois, segundo Corrêa (2002), a cidadania seria a realização democrática de uma sociedade, compartilhada por todos os sujeitos à medida que fosse garantido a todos o acesso ao espaço público e as condições de sobrevivência digna, desde que fosse tida como valor essencial a plenitude da vida. Já a cidadania deliberativa infere sobre a legitimidade das decisões políticas como pressupostos da democracia deliberativa.

Os limites e desafios da participação popular são abordados na expectativa do entendimento da sua construção na sociedade atual, ou seja, que tipo de influências positivas ou negativas pode impulsionar ou barrar este exercício.

Acrescenta-se a discussão os movimentos sociais, na perspectiva de buscar-se compreender a relação deste com a sociedade e com os processos democráticos, por meio da explicitação de sua forma de articulação e sua estrutura.

Por fim, será discutido sobre os enfoques de desenvolvimento relacionados ao estudo, haja vista os inúmeros conceitos e aplicações encontrados. Siedenberg (2004) coloca que a partir da década de 50 a aplicação do conceito em estratégias e políticas de desenvolvimento contribuiu tanto para a integração das áreas do conhecimento como as ciências sociais e a economia, quanto para o surgimento de posições ideológicas antagônicas sobre o assunto, ou seja, se por um lado o modelo de desenvolvimento exclusivamente econômico que não considera aspectos sociais e ambientais entre outros pontos, vem enfraquecendo, do outro, o entendimento e aplicação do conceito têm se tornado ambíguo, excessivo e redundante. Portanto, visando uma melhor compreensão, serão debatidos neste estudo a evolução do conceito de desenvolvimento, o desenvolvimento includente, o desenvolvimento endógeno e o desenvolvimento socioeconômico local.

2.1 Democracia

Neste tópico serão abordados alguns aspectos do entendimento clássico de democracia entre os gregos, a democracia direta, evoluindo até a concepção liberal, ou seja, a forma representativa de democracia. Na seqüência, se discutirá sobre os limites e potencialidade da democracia representativa em relação aos anseios da população. Após pretende-se estabelecer um paralelo entre a democracia representativa e a participacionista.

2.1.1 Do pensamento clássico ao pensamento liberal

No pensamento clássico a democracia foi a forma de governo em que o conjunto dos cidadãos passaram a participar da gestão da coisa pública, em

oposição à aristocracia e a monarquia. A democracia, a aristocracia e a monarquia são sistemas de governo e refere-se a “quem” vai governar, se muitos, alguns, ou apenas um (LIMANA, 1993).

A democracia despontada em Atenas (uma das principais cidades da Grécia Antiga) a partir de Sólon e aprimorada por Péricles (séculos V e IV a.C.) foi a forma de governo da época caracterizada pela participação direta de todos os cidadãos na administração da cidade. Entretanto, somente 10% da população participava da “eclesia” (assembléia dos cidadãos), pois os escravos, as mulheres, os estrangeiros (também chamados de metecos) e os menores de 18 anos não eram considerados cidadãos[4].

Na concepção liberal de democracia estão, segundo Limana (1993), os alicerces que favorecem a compreensão da democracia contemporânea. Estes alicerces estão fundamentados no século IX nas idéias de pensadores clássicos como: Benjamin Constant, Aléxis de Tocqueville e John Stuart Mill que defendem a democracia representativa como a forma coerente com o pensamento liberal, incluindo um Estado capaz de reconhecer e garantir os direitos fundamentais, tais como o direito à liberdade de expressão, de religião, de associações entre outros. Para os mesmos pensadores a democracia direta, com a participação de todos os cidadãos nas discussões e tomada de decisões públicas, já não era mais possível, devido à complexificação da sociedade.

O entendimento clássico de democracia em que todos os cidadãos participavam das assembléias cederia lugar a uma nova realidade, mais compatível com as sociedades complexas, conforme Limana (1993), apenas alguns participariam na elaboração das leis e da gestão da coisa pública. Estes seriam escolhidos, mediante um processo em que ai, sim, todos participam: o processo eleitoral democrático.

---

[4] Cidadão era “aquele que tem o direito de participar da função deliberativa ou judicial da comunidade na qual ele tem esse direito, e essa comunidade - uma cidade - é uma multidão de pessoas suficientemente numerosa para assegurar uma vida independente na mesma” (ARISTÓTELES, 1985, p. 79).

O mesmo autor ressalta que a evolução do estado democrático liberal até os dias atuais, se dá mais na esfera quantitativa do que qualitativa. Pois, o que acontece é um aumento da possibilidade do individuo em participar dos processos eleitorais por meio do voto universal, como cidadão, se assim o desejar. Assim, a democracia representativa é uma das formas de governo em uma sociedade formada por indivíduos livres, o que não garante que o resultado produzido pelo Estado esteja em acordo com os anseios do conjunto da população.

2.1.2 Democracia e participação popular

Na intenção de relacionar a participação popular como uma ação democrática em prol do desenvolvimento, destaca-se a discussão de Sen (2000) sobre a importância da democracia. Em sua obra, o autor discorre sobre a dicotomia presente, principalmente, nos debates internacionais[5] em relação às liberdades políticas e às necessidades econômicas. Diversos países em desenvolvimento, tais como China, Cingapura e outros países do Leste Asiático (não incluindo a Índia, países da Ásia meridional e ocidental e governos africanos), realizam suas análises partindo da premissa: "o que deve vir primeiro – eliminar a pobreza e a miséria ou garantir liberdade política e direita civis, os quais, afinal de contas, têm pouca serventia para os pobres?" (SEN, 2000, p. 174).

Para o autor a liberdade política e a satisfação das necessidades econômicas estão inter-relacionadas e se complementam. Destaca que as liberdades políticas podem ter o papel fundamental de fornecerem incentivos e informações na solução de necessidades econômicas.

> Nossa conceituação de necessidade econômica depende crucialmente de discussões e debates públicos abertos, cuja garantia requer que se faça questão da liberdade política e de direitos civis básicos. Tentaremos demonstrar que a intensidade das necessidades econômicas aumenta – e não diminui – a urgência das liberdades políticas. Três diferentes considerações conduzem-nos na direção de uma preeminência geral dos direitos políticos e civis básicos: 1) sua importância direta para a vida humana associada a capacidades básicas (como a capacidade de participação política e social; 2) seu papel instrumental de aumentar o grau em que as pessoas são ouvidas quando expressam e defendem suas reivindicações de atenção política (como as reivindicações de necessidades

[5] Conferência de Viena sobre os direitos humanos, realizada em meados de 1993.

> econômicas); 3) seu papel construtivo na conceituação de "necessidades" (como a compreensão das necessidades econômicas" em um contexto social). (SEN, 2000, p. 175).

Os argumentos dos países desenvolvidos contra as democracias e liberdades civis e políticas fundamentam-se em direções distintas, tais como: a primeira idéia refere-se ao pressuposto de que as liberdades e direitos dificultam o crescimento e o desenvolvimento econômico, também conhecido, segundo Sen (2000), como tese de Lee[6]. Para Sem (2000), a tese de Lee baseia-se em informações seletivas e limitadas, que não consideram análises estatísticas, muitas vezes complexas. O autor ressalta que a relação entre autoritarismo ou democracia e o desenvolvimento econômico dependem de uma série de outras circunstâncias, ainda que algumas investigações estatísticas abordem uma fraca relação negativa e outras uma relação fortemente positiva. Adverte, ainda, que existe uma série de processos *causais* envolvidos nos processos de crescimento e desenvolvimento econômico que precisam ser explicitados para além das análises estatísticas.

> Não devemos apenas investigar relações estatísticas, mas também analisar e examinar atentamente os processos causais que estão envolvidos no crescimento e desenvolvimento econômico. As políticas e circunstâncias econômicas que conduziram ao êxito econômico países do Leste Asiático são hoje em dia razoavelmente bem compreendidas. Embora diferentes estudos empíricos tenham ênfase diversa, existe agora um razoável consenso quanto a uma lista geral de "políticas úteis", incluindo abertura à concorrência, uso de mercados internacionais, alto nível de alfabetização e educação escolar, reformas agrárias bem-sucedidas e provisão pública de incentivos ao investimento, exportação e industrialização. Não existe absolutamente nada que indique que qualquer uma dessas políticas seja inconsistente com a democracia e precise realmente ser sustentada pelos elementos de autoritarismo que estavam presentes na Coréia do Sul, em Cingapura ou na China. (SEN, 2000, p. 178).

Sen (2000) coloca que o desenvolvimento econômico não pode ser medido somente por indicadores de expansão econômica global, mas também pelo impacto da democracia e das liberdades políticas sobre a vida e as capacidades dos cidadãos. Para o mesmo autor, os direitos políticos e civis dão às pessoas a oportunidade de chamar a atenção para as necessidades gerais da população exigindo a ação pública efetiva. Neste sentido, o exercício dos direitos políticos (votar, criticar, protestar, entre outros) pode mostrar-se decisivo para que o governo

---

[6] Tese de Lee (formulada pelo ex-primeiro-ministro de Cingapura, Lee Kuan Yew).

responda aos anseios do povo, “essa é uma parte do papel instrumental da democracia e das liberdades políticas” (SEN, 2000, p. 178).

Segundo o mesmo autor, ocorre o entendimento por parte dos países desenvolvidos de que se aos pobres for dado o direito de escolher entre ter liberdades políticas ou satisfazer suas necessidades econômicas, estes escolheriam a segunda alternativa. Sen (2000) argumenta que a questão principal não se refere ao o quê às pessoas escolhem, mas o que elas têm razão para escolher. Pois as pessoas têm razões para querer eliminar a privação e a miséria e razões suficientes para não querer as liberdades políticas se estas vierem a representar a não satisfação de suas necessidades reais.

A comunicação, o diálogo aberto e as liberdades políticas e direitas civis, são citados pelo autor como essências a expansão das capacidades básicas, sendo que a liberdade política também possui, na visão do autor, um papel instrumental presente nas eleições, nos partidos de oposição que expressam críticas e nos jornais para poder questionar verdades sobre diversos assuntos, entre eles as políticas governamentais. Segundo Sen (2000), nenhuma fome coletiva atingiu países independentes, democráticos e com uma imprensa livre.

Sobre a democracia, Sen (2000) coloca que esta precisa ser vista como criadora de um conjunto de oportunidades tanto instrumental como construtivo, sendo que o seu uso requer análises que evidenciem a sua prática e os direitos políticos advindos. Como exemplo, cita a baixa percentagem de votantes nas eleições americanas, principalmente de afro-americanos, bem como sinais de apatia e alienação que merecem atenção e estudo, pois, para o autor, a democracia não é considerada um remédio automático para doenças consideradas iguais, que pode ser tomado na promessa da cura; diz respeito a uma oportunidade que necessita ser aproveitada e entendida eficazmente para que alcance o efeito esperado.

Sen (2000, p. 185) acrescenta que “desenvolver e fortalecer um sistema democrático é um componente essencial do desenvolvimento”. Reitera que a democracia atua em três virtudes distintas e imprescindíveis aos governos democráticos, tais como: 1) a importância intrínseca, 2) as contribuições

instrumentais e 3) o papel construtivo na criação de valores e normas. As discussões, os debates abertos, a política participativa e a oposição livre, podem constituir-se de grande valia em determinados momentos, já, em outros, dependendo dos estágios em que os países encontram-se, o papel da democracia pode não ser “fortemente sentido”. A democracia não se constitui, para o autor, num remédio mecânico em prol do desenvolvimento, pois esta depende do uso que se faz, depende de valores cultivados, de prioridades assumidas, bem como do uso das oportunidades de articulação e de participação que são por ela concedidas.

As discussões e debates públicos se constituem, na visão do autor, como fundamentais na formação de valores, na explicitação de necessidades da população, bem como ao impulsionar a própria democracia. Para Sem (2000), a discussão pública fundamentada e não-marginalizada pode contribuir para diversos segmentos da sociedade, como também para o funcionamento do próprio sistema democrático. As condições e as circunstâncias em que a democracia ocorre também se constituem em fatores decisivos para o seu êxito, como fonte fundamental de oportunidade e da justiça social.

A privação de liberdades, colocadas pelo autor, advindas das adversidades do mundo em que se vive, tais como a pobreza extrema, a fome, a subnutrição, a marginalização, a carência de oportunidades, a insegurança econômica, política e social, leva a um caminho inverso que se origina de um processo relativo à expansão das liberdades reais e pressupõe um sistema democrático fortalecido que levaria o(s) Estado(s) - Nação a um processo de desenvolvimento.

2.1.3 Limites e possibilidades da democracia

Debater sobre os limites e potencialidades da democracia, traz a tona o pensamento de que não existe um consenso do que seja a democracia e nem mesmo qual o caminho seguro que se deve trilhar para conquistá-la (LIMANA, 1993). Entretanto, a democracia pode ser entendida como método para formação do governo da sociedade, por meio de competição entre as lideranças – processo eleitoral e não mais como instrumento em favor do bem comum, esgotando a

sentença, “o governo do povo, pelo povo e para o povo”, visto que não é possível o governo ser exercido pela totalidade da população, de forma direta na sociedade contemporânea. Segundo o mesmo autor, a possibilidade que existe para os dias atuais é a democracia representativa com elementos da democracia direta. Admite, ainda, que a democracia é um termo de muitos significados, mas que se sobressaí à concepção que a entende como forma de garantir a participação da população naquilo que lhe diz respeito.

Conforme Limana (1993, p. 24), o “Conjunto de regras que consentem a mais ampla e segura participação dos cidadãos, por meio dos instrumentos que são próprios – direta ou indiretamente, nas decisões relacionadas ao conjunto da população”.

Outro entendimento relevante, do autor, refere-se à percepção da democracia como “uma obra em aberto”, incansavelmente em construção e aprimoramento, tendo, portanto o caráter de ponto de partida e utopia. Ponto de partida, porque a democracia precisa ser conquistada com o exercício da cidadania na esfera civil, política e socioeconômica. Utopia, pois é necessário buscar incansavelmente a igualdade e a liberdade. O limite desta análise está justamente em reconhecer que a democracia jamais será um ponto de chegada para um fim em si, com resultados econômicos para as pessoas, mas sim, um horizonte a ser conquistado.

Outro limite refere-se à questão de que a democracia, na sociedade contemporânea só pode se viabilizar na forma indireta. Constituindo os processos eleitorais, partidos políticos e os poderes executivos, legislativo e judiciário dimensões centrais da democracia moderna, gerando uma potencialidade, ou seja, o funcionamento das instituições da democracia representativa funcionando efetivamente a serviço do conjunto dos cidadãos.

> Decorre daí que, para a construção de um estado verdadeiramente democrático, é necessário que as instituições, antes requeridas funcionem de fato, livres de vício, e que o processamento das demandas advindas da sociedade se dêem obedecendo sempre as regras do jogo pré-estabelecidas democraticamente pelo conjunto dos cidadãos. (LIMANA, 1993, p. 26).

A idéia expressa pelo autor, é que de fato as instituições estejam a serviço do conjunto dos cidadãos e não mais como ocorreu no período autoritário de ditadura no Brasil em que ao invés do estado servir á sociedade, esta é que servia ao estado. Neste período as instituições, parlamento, partidos políticos perderam a capacidade de representação dos interesses da população.

Como possibilidade, vislumbrou-se, o espaço ocupado pelos movimentos populares e outras organizações da sociedade civil, no período autoritário, na intermediação dos interesses políticos da sociedade. Papel que foi redefinido com a redemocratização da sociedade brasileira, cabendo aos partidos políticos a representação de projeto de sociedade e programa de governo, e ás organizações da sociedade civil, aos movimentos populares, a função que lhes dá origem, constituir-se na expressão diversa, plural, diferenciada dos interesses de grupos, movimentos, buscando não torná-los iguais, mas sim serem reconhecidos na sua individualidade.

Limana (1993) aponta como exemplo e desta forma uma potencialidade a viabilização dos movimentos populares para além das instituições como o Parlamento, eleições, partidos entre outras, que tenham a capacidade de poder atuar politicamente, reivindicando e propondo as questões que lhe são peculiares, trazendo com exemplo o Orçamento Participativo em Porto Alegre.

Santos (2002, p. 66) reforça essa potencialidade, a partir de seus estudos em seis países, o exemplo brasileiro do orçamento participativo instituído pela administração das cidades de Porto Alegre e Belo Horizonte ao unir dois elementos: “distribuição justa de bens públicos e negociação democrática do acesso a esses bens entre os próprios atores sociais”.

Como limite da democracia, apresenta-se nesse contexto, a centralização das decisões, porque as tornam autoritárias e não democráticas. Já como potencialidade a descentralização administrativa como ponto fundamental ao aperfeiçoamento da democracia.

Outro ponto fundamental é o papel dos movimentos populares e dos partidos políticos para viabilizar a democracia moderna, pois servem de mediador entre a sociedade civil e o estado, cabendo-lhes a representação peculiar de cada segmento de projeto de sociedade e programa de governo, se for o caso.

Como desafio para a sociedade ressalta-se importância da compreensão da democracia, sendo necessário para sua efetividade, à evolução dos indivíduos para cidadãos, assumindo responsabilidades pelo que é público e arcando com os custos da participação na gestão do estado, fazendo com que o estado esteja para o cidadão e não ao contrário.

2.1.4 Democracia representativa e democracia participativa

Para Santos (2002), a partir de suas análises e pesquisas realizadas em seis países, África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique e Portugal em questões sobre: democracia participativa, sistemas alternativos de produção, multiculturalismo, justiça e cidadania culturais, luta pela biodiversidade entre conhecimentos rivais e novo internacionalismo operário, existem duas formas possíveis de combinação entre a democracia representativa e democracia participativa: a coexistência e a complementaridade.

Para o mesmo autor, a coexistência refere-se à convivência, em diferentes níveis, com as múltiplas formas de agir, de organização administrativa e de desenho institucional tanto da democracia representativa como da democracia participativa, com respeito às iniciativas locais presentes nesta última. Já quanto à complementaridade, esta forma de combinação prevê uma articulação mais profunda entre ambas as democracias. Presume o reconhecimento pelo governo de que as formas de participação, de monitoramento dos governos e os processos de deliberação pública podem substituir parte do processo de deliberação, originários do modelo hegemônico de democracia[7], ou seja, o objetivo é fortificar a democracia

---

O conceito de modelo hegemônico é entendido como a capacidade econômica, política, moral e intelectual de estabelecer uma direção dominante para a questão (no caso para a democracia). Ressalta-se que todo processo hegemônico produz um processo contra-hegemônico de democracia, promovendo formas econômicas, políticas e morais alternativas (SANTOS, 2002).

local, pois esta “recoloca na pauta democrática as questões da pluralidade cultural e da necessidade de inclusão social” (SANTOS, 2002, p.76).

2.1.5 Democracia deliberativa

A democracia deliberativa constitui-se como um modelo ou processo de deliberação política em que se presume que seja atendido um conjunto de princípios para que a regulação da vida coletiva aconteça desde que esta seja promovida por meio da participação da sociedade civil (LUCHMANN, 2002). Desta forma, a participação da sociedade civil na arena decisória por meio da deliberação forma as bases da democracia deliberativa. Este conceito se forma a partir das recentes contribuições de Jürgen Habermas à teoria política, com destaque para a teoria comunicativa e o conceito de esfera pública. Tenório (2004) acrescenta que a democracia deliberativa seria a atualização da visão participativa da democracia que veio a tona em 1960.

A democracia participativa traz a discussão da importância da participação da sociedade no poder, questionando a democracia representativa e a inaplicabilidade da democracia direta na atualidade devido a fatores como: contingente de cidadãos existentes em um país, a extensão dos territórios nacionais e ao tempo despendido na tomada de decisões.

Já a democracia representativa, apresenta como limite o distanciamento dos representantes dos problemas e dos anseios da sociedade. Como resposta aos limites tanto da democracia direta quanto da democracia representativa, o conceito de democracia participativa se intensifica. Se apresentado como semi-direta, pois busca aproximar a sociedade dos espaços de decisão sem desconsiderar os representantes eleitos. A democracia deliberativa, por sua vez, reúne a participação da sociedade civil em favor dos assuntos coletivos por meio da deliberação.

Para melhor compreensão das bases da democracia deliberativa, explicita-se sinteticamente a teoria comunicativa de Jürgen Habermas. Este pensador, oriundo da segunda geração da Escola de Frankfurt, não concorda com o pessimismo critico de seus antecessores que não vislumbravam saída para o homem sob a razão

técnica. Assim, Habermas propõe o paradigma teórico-social que visa à implantação da razão a partir do consenso entendido por ação social do tipo comunicativa, em detrimento de uma ação social do tipo estratégica (TENÓRIO, 2000). O mesmo autor coloca que a ação comunicativa é dialógica voltada para o entendimento, já a estratégica é monológica, e orienta-se para o êxito.

Vale acrescentar que estas relações tanto podem ocorrer na esfera pública quanto privada. Acrescenta-se, ainda, segundo Tenório (2000), que Habermas amplia o conceito de ação estratégica, entendida como a ação em que o agente elege e calcula os meios e fins com vistas à maximização de utilidades ou de expectativas de utilidades. A ação estratégica pode encobertar as intenções do agente ocorrendo à manipulação, ou seja, um dos participantes engana o outro simulando o comprimento da ação comunicativa.

Em suma, a proposta habermasiana, em relação aos pensadores da primeira geração de Frankfurt, inverte "a fórmula frankfurtiana razão = dominação, e a substitui pela fórmula razão = libertação" (ARAGÃO apud TENÓRIO, 2000, p. 49), em outras palavras visa à emancipação do sujeito pela argumentação.

2.1.5.1 Limites e possibilidades da democracia deliberativa

Os limites ou as críticas à proposta de democracia deliberativa, segundo Tenório (2007), referem-se ao fato de que o tipo de organização da sociedade defendida nesta proposta não ocorrem nem mesmo nos países identificados como "primeiro mundo". Além disso, firmam crítica de que a busca pelo consenso é um utopia. Para fazer frente a estas questões, destaca-se o pensamento de Bresser Pereira: "Essa não é uma boa razão para rejeitar o conceito de democracia deliberativa, que abre um novo espaço normativo para o aperfeiçoamento da democracia" (PEREIRA apud TENÓRIO, 2007, p. 63). O autor, ressalva, ainda, que as utopias são referências daquilo que se deseja alcançar.

Para o mesmo autor a proposta de democracia deliberativa tem a pretensão de conciliar o processo de democracia representativa, por outro que possa vigorar

por mais tempo, em que a cidadania possa estar presente tanto exercendo o controle social como deliberando sobre o bem-estar da sociedade local.

Limana (1993) e Vita (apud TENÓRIO, 2007) ressaltam alguns limites que podem levar a não-participação ou a não-deliberação. Sendo que estes pontos podem ser trabalhados com o conjunto dos cidadãos, tendo muito mais um caráter de diagnóstico ou preocupações do que de crítica.

Um dos pontos observados pelos autores é o fato de que muitos cidadãos podem preferir outras formas de vida, ao invés de se envolver em processos participativos e deliberativos. Preferindo, legitimamente, contar com as autoridades eleitas e responsáveis para que possam estar livres para tratar de outros assuntos.

O outro ponto refere-se ao fato de que os cidadãos devem deliberar sobre questões de política pública. No entanto, a de se considerar que nem todos os cidadãos poderão estar motivados para buscar apropriarem-se e discutir sobre esse tipo de assunto, tendo em vista que estes podem estar distantes de seu cotidiano.

O último aspecto ressalta que os cidadãos mais ativos tendem a ser mais capazes de proteger seus próprios interesses. Fato que pode fazer com que estes tenham maiores condições de fazer com que as leis e políticas públicas correspondam às seus anseios, do que os cidadãos menos ativos e participativos.

2.1.5.2 Cidadania

Siedenberg (2006a) esclarece que o conceito de cidadania assumiu inúmeras compreensões em diversos momentos históricos. Na Grécia antiga, a cidadania era compreendida pelo direito a participação do indivíduo na vida política da cidade, desde que esse indivíduo não fosse mulher, estrangeiro ou escravo. No mundo contemporâneo, refere-se à condição da pessoa que como parte integrante de um Estado possua direitos e deveres para com este. Os direitos são constitucionais e possibilitam a participação da vida pública. Os deveres são inerentes a esta condição.

Tomando-se o viés filosófico, de acordo com Siedenberg (2006a), o conceito de cidadania tem origem em Hobbes (final do século XVI) e Rosseau (XVII). Embasados nesses clássicos, as análises sobre o conceito de cidadania levam a uma divisão em três correntes distintas: Karl Marx e Antônio Gramsci focando o papel da sociedade civil; Aléxis de Tocqueville e Émile Durkheim debatendo sobre a cultura cívica e Thomas Marshall discutindo sobre os direitos de cidadania.

O sentido do termo, Marshall (apud SIEDENBERG, 2006a) traz como referência os direitos civis, os direitos políticos (de primeira geração) e os direitos sociais (de segunda geração). Para o autor, os direitos civis representam aos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade de ir e vir, direito à vida, segurança, entre outros. Os direitos políticos correspondem aos direitos individuais exercidos coletivamente e referem-se á liberdade de associações, de reunião, de organização política e sindical, à participação política e eleitoral, bem como ao sufrágio universal entre outros aspectos. Os direitos sociais são os direitos ao trabalho, saúde, educação, aposentadoria, seguro-desemprego e ao acesso aos meios de vida e bem estar social.

Essas referências serviram para a conquista de direitos e constituição da cidadania em vários países. No entanto, no Brasil, houve uma inversão na cronologia e na lógica da seqüência da conquista dos direitos formulada por Marshall (CARVALHO, 2004). Os direitos sociais vieram em primeiro plano, implantados no período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis. Após, foram implantados os direitos políticos, deslocados do avanço da cidadania e por último, foram implantados os direitos civis. A inversão na inserção dos direitos ocorrida no Brasil acabou por influenciar o tipo de cidadão que se constitui, e desta forma a democracia, resultando no centralismo e poder absoluto do executivo, vindo ainda, a estimular uma cultura corporativista dos interesses coletivos.

2.1.5.3 Cidadania deliberativa

Para elucidar, o conceito, destaca-se o conceito de cidadania em Corrêa (2002) e em Tenório (2004). Para o primeiro autor, cidadania seria a realização

democrática de uma sociedade, compartilhada por todos os sujeitos à medida que fosse garantido a todos o acesso ao espaço público e condições de sobrevivência digna, desde que fosse tida como valor essencial a plenitude da vida. Ainda para o mesmo autor, o exercício da cidadania, exigiria organização e articulação política da população direcionada para a superação da exclusão. Em outras palavras, a realização democrática da sociedade brasileira seria neste sentido ainda uma utopia. Já para o segundo autor, a cidadania é vista como expressão do pleno exercício de direitos exigíveis em benefício da pessoa humana e da comunidade e não apenas com a base da soberania de um Estado-Nação.

A partir das concepções de Habermas (1984 e 1977) sobre sociedade civil e espaço público, outros autores apresentam o conceito de cidadania deliberativa:

> Cidadania Deliberativa significa, em linhas gerais, que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum. (TENÓRIO, 2007, p. 54).

Tenório (apud SIEDENBERG, 2006a) coloca que cidadania deliberativa diz respeito à multiplicidade das formas de comunicação, dos argumentos e das institucionalizações do direito por meio de processos, ligando cidadãos em torno de um auto-entendimento ético, constituindo numa rede de debates e de negociações, que favorecem a solução racional de questões pragmáticas, éticas e morais.

O mesmo autor refere-se, ainda, ao processo da política deliberativa que não fica restrito as corporações parlamentares, mas orienta-se por meio da esfera pública política embasada na teoria do discurso, de pressupostos comunicativos e procedimentais, o qual surge o processo deliberativo por meio do melhor argumento, da ação comunicativa. Neste processo, os sujeitos sociais, ao realizarem suas propostas, terão de apresentá-las sob bases racionais, ou seja, todos poderão expor seus argumentos e ninguém poderá impor suas pretensões sem que haja um acordo alcançado comunicativamente com base nos argumentos de todos. Um argumento é reconhecido como tal quando os requisitos de validade se tornam explícitos em termos de até que ponto pode ser oferecido boas razões, ao longo do diálogo. Neste tipo de ação, os envolvidos entram em acordo para coordenar seus planos de ação,

em que o ajuste alcançado é avaliado pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade do discurso de cada um dos sujeitos do processo alcançado por meio da comunicação linguística (TENÓRIO, 2004).

Para elucidar essas questões, coloca-se, segundo Ferreira (2009), que discussão refere-se ao debate de uma questão, de um problema ou assunto, examinando-o, questionando-o, ou seja, dialogando. Por processo, pode entender, segundo o mesmo autor, uma sucessão de estados de mudança. Pois à medida que a discussão ou o diálogo prossegue é possível que ocorram mudanças, não somente a mudança de idéias de um ou outro interlocutor, mas a mudança do estágio inicial de debate para um novo estágio, construído por ambos os participantes. Nesse sentido, pode-se inferir que o processo de discussão faz parte do conceito de cidadania principalmente ao de cidadania deliberativa.

Assim, destaca-se, ainda, que o significado de cidadania deliberativa pretende ultrapassar a concepção liberal bem como a republicana por meio da soberania popular. Na concepção liberal, os indivíduos transferem parte de seus direitos ao poder político e este tem a função de intervir em conflitos de interesses privados e sociais. Na concepção republicana, “o poder político é o administrador e fiador da soberania do povo e instrumento de construção da sociedade” (TENÓRIO, 2004, p. 107).

Desta forma, a soberania popular pretende a construção de um processo permanente de intercâmbio comunicativo e de formação da opinião pública. Essa construção aconteceria por meio da intersubjetividade e da interação permanente dos membros de uma sociedade movida pela solidariedade. “Somente quando esta trama comunicativa permite este exercício permanente de direitos individuais e de expressão social, pode desenvolver-se uma dinâmica de relações entre a sociedade civil e o Estado [...]” (BOLADERAS apud TENÓRIO, 2004, p. 107).

Nessa perspectiva, ou seja, da ação comunicativa, conforme o mesmo autor, é que a sociedade pode vir a ser descentralizada e a se caracterizar por um espaço público de apresentação, identificação e solução de problemas sociais. Neste modelo de cidadania a solução das questões subnacionais, por exemplo, não ficam

exclusivamente planejadas pelo poder políticos e/ou tecnoburocrático ou a interesses sociais corporativos. São compartilhados com a sociedade civil por meio do procedimento político argumentativo em que a cidadania deliberativa, decide como os outros poderes, os interesses da comunidade.

Para Tenório (2004), essa concepção de cidadania deve ser entendida como uma ação político deliberativa. O indivíduo, nesta perspectiva, participa de um procedimento democrático decidindo, nas diferentes instâncias de uma sociedade e em diferentes papéis, o seu destino social como pessoa humana, seja como eleitor, trabalhador ou consumidor, quer dizer, a sua autodeterminação se fundamentaria na lógica da democracia social com igualdade política e decisória em detrimento da lógica exclusiva do mercado ou da tecnoburocracia estatal. Habermas (apud TENÓRIO, 2004), nessa concepção, defende a postura que o cidadão deve ser democraticamente ativo, ou seja, significa a possibilidade concreta dos sujeitos influírem na transformação de sua própria condição no espaço que vive e atua.

2.2 Limites e desafios da participação popular

Os limites ou os desafios da participação popular podem iniciar à medida que se percebe que esta ação não ocorre de forma “natural” ou “mecânica” em virtude da existência da vontade de alguém ou de espaços de participação.

Arnstein (apud BANDEIRA, 1999) corrobora com esta análise descrevendo numa escala crescente de oito níveis o grau de influência das comunidades em relação às entidades promotora dos processos participativos. Ao fazer isso, o autor alerta para os interesses que podem estar fomentando os espaços de participação. A escala subdivide-se: Manipulação; Terapia; Informação; Consulta; Apaziguamento; Parceria; Delegação de Poder e Controle pelos cidadãos.

Demo (1993) coloca que a participação é um processo de conquista e uma construção organizada de emancipação social. O que se percebe é que não há na literatura uma definição acabada, pois esta se apresenta em permanente construção e adquiri significados em acordo ao contexto que se apresenta (ALBUQUERQUE, 2004).

Em outras palavras, a ação de participar não é algo “dado”, é conquistada, não pode ser imposta, concedida ou doada (DEMO, 1991). No entanto, assim como o próprio conceito de participação, a ação de participar encontra-se em um permanente processo de construção e recebe influências positivas ou negativas ao longo da sua trajetória em acordo ao contexto que se insere.

No caso brasileiro, o nível de participação pode receber influências sociais como a exclusão, a subordinação e o clientelismo. São heranças históricas que representam limites às instituições promotoras da participação popular.

A exclusão ou a auto-exclusão política das pessoas do processo de participação na administração pública acaba por ser uma postura e uma alternativa adotada por estas à medida que percebem a dificuldade e os inúmeros obstáculos para melhorar de vida, bem como quando percebem o descaso da atuação do Estado em reverter às desigualdades. Acontece, assim, o contrário do que apregoa o esquema clássico[8] pois as dificuldades nem sempre se constituem em um estímulo a organização e mobilização (SILVA, 2001).

A subordinação, segundo o mesmo autor, advém do fato de que historicamente a população brasileira foi marginalizada e excluída da participação nos processo políticos, sendo chamada apenas para dar suporte eleitoral aos agentes da elite política.

Já a relação clientelista, abordada por Silva (2001), é fruto das relações não baseadas em cidadania e direitos universais entre principalmente as camadas populares e os políticos, mas sim de favorecimento e privilégios. Estabelendo-se assim um padrão de relação baseado em pedidos de favores aos políticos que ao serem concedidos geram a população uma divida a ser paga por meio do sufrágio. Desta forma, a cultura de reivindicação de direitos não foi suficientemente desenvolvida ao longo da história brasileira.

---

[8] Reis (apud SILVA, 2001) sintetiza este esquema clássico da seguinte maneira: desigualdade – formação de uma identidade coletiva entre desprivilegiados – mobilização social e política – questionamento do *status quo*.

Por essas razões, a população aprendeu que participar da política é algo negativo e assim esse fator se constitui em um obstáculo a participação ao mesmo tempo em que este pode se constitui em um desafio a ser superado à medida que a população possa perceber que sua voz faz diferença na condução da gestão pública.

Para contribuir no alcance dos desafios em busca de uma participação popular efetiva, Bandeira (1999) contribui apresentando três fatores que condicionam as possibilidades de sucesso na implantação de processos participativos: a) o compromisso efetivo das instâncias políticas para superar entraves oriundos das formas tradicionais de atuação do setor público; b) a consolidação de iniciativas participativas com apoio permanente de instituições dotadas de credibilidade, cuja atuação tenha abrangência regional, como é o caso das Universidades; e c) a atenção dispensada aos projetos denominados estruturantes ou de interesse geral, com o objetivo de definir a viabilidade e o alcance de práticas participativas.

Além destes fatores, Siedenberg (2006b) acrescenta, ainda, que mesmo que a participação expresse uma articulação almejada entre os agentes sociais, que venha a fortificar a união da comunidade, que melhore a qualidade das decisões e possibilite o alcance de objetivos determinados, o uso deste mecanismo não é garantia de solução adequada. Pois sua implementação depende do grau de autonomia econômica e política na realização das medidas propostas, enquanto que a qualidade das decisões depende do grau de capacitação da comunidade ou de seus representantes.

Desta forma, ainda que se tenham traços históricos de exclusão, subordinação e clientelismo; interesses diversos ao interesse coletivo por parte dos órgãos promotores, condicionantes que limitam as possibilidades de sucesso na implantação de processos participativos e que dificultam a participação efetiva dos cidadãos, observa-se que mesmo assim há um contingente de pessoas que estão participando dos processos participativos conscientes e conhecedores dos projetos, como, por exemplo os que visam o desenvolvimento local e regional.

Nesta linha, o próprio Banco Mundial adota um conceito em que a participação significa um processo em que os indivíduos e as instituições afetadas por iniciativas de desenvolvimento podem influenciar a tomada de decisões e a alocação dos recursos relacionados com essas iniciativas (BANDEIRA, 1999). Assim, considerando-se os pontos positivos da participação cidadã, acredita-se que um deles é a orientação aos investimentos públicos, por meio de processos participativos que buscam o desenvolvimento socioeconômico primando pela democracia, pela cidadania e pela redução das desigualdades econômicas.

2.3 Movimentos sociais

Movimentos, neste caso, seriam mais do que a realização de atividades com um mesmo fim. Pois se busca conhecer a relação deste ato com a sociedade, expressa na forma de democracia. Procura-se compreender os elementos inseridos no contexto dos movimentos sociais, formas de articulação, estrutura, instrumentos que foram agregados a estes nos últimos tempos para que se possa realizar uma coerente análise deste estudo.

2.3.1 Movimentos sociais – algumas premissas

À medida que a sociedade foi tornando-se mais complexa e plural passou a ser necessário um novo sistema consensual de controles, não mais embasado nas relações interpessoais e nos costumes, mas num sistema de normas legais convencionadas expressa pela ordem jurídica formal. Evidenciada em um novo princípio organizativo capaz de articulações de poder[9].

Nas situações atuais as funções políticas do Estado devem obter a aprovação de todos os cidadãos “desde as possibilidades efetivas de, como livres e iguais, tomarem parte na formação argumentativa da vontade comum, num processo de autocontrolado de aprendizagens” (MARQUES, 1999, p. 68), a questão é como tornar essa condição possível na atualidade? O mesmo autor reitera que esse ideal

---

[9] O poder não é propriedade de um indivíduo, mas sim de uma comunidade de palavra e ação para ser legítimo (MARQUES, 1999).

não é mais possível, lembrando das premissas da democracia direta dos gregos do séc. V e VI a.C.. Desta forma, foi instituído os sistemas de poder, pois a tomada de decisões políticas e a implementação efetiva dependem da intermediação e articulação dos sistemas político, econômico e administrativo, tanto na esfera do governo federal, como estadual e municipal.

O sistema democrático prevê que esses sistemas não componham um grupo único, pois a democracia exige que estes sejam separados e independentes entre si: os sistemas de poder legislativo, do poder executivo e do poder judiciário.

Cada poder tem uma competência específica e prima principalmente para que o público representado por instituições sociais e organizações pluralmente distintas coloque em transição um processo crítico de comunicação, de aprendizagem das competências necessárias à concidadania responsável.

O contraponto à dimensão política do Estado emerge a dimensão política da sociedade civil, que precisa certificar-se de que o cumprimento das normas esteja em acordo ao estabelecido, para tanto se articula para expressar as vontades dos cidadãos como para eleger e controlar os poderes de mando que ao Estado delegam os cidadãos de várias formas organizados.

Os movimentos sociais, as instituições e organizações são processos de desdobramentos da sociedade civil, segundo o mesmo autor, advindos de processos de aprendizagens sociais e subjetivas que buscam reconhecimento, liberdade, cumprimento de direitos conquistados ou adquiridos e/ou dos deveres do Estado entre outros fatores.

> Os movimentos sociais revelam o caráter histórico e reconstrutivo das sociedades humanas, seja como movimento aparentemente inexpressivo em que se aninham as possibilidades da singularização subjetiva, seja como imensas convulsões sociais de efeitos globais. Mas, mesmo as revoluções sociais mais amplas são preparadas, acompanhadas e mediadas por movimentos sociais localizados e parcelares, como greves operárias, os movimentos estudantis, os movimentos de massa em irrupções espetaculares que sacodem estruturas reputadas sólidas, despertam consciências adormecidas, acenam para as possibilidades mais amplas da liberdade. (MARQUES, 1999, p. 70).

Faz parte da natureza humana o desejo e a necessidade de se organizar, e a este processo da sociedade de mover-se em favor de objetivos comuns, pode-se designar de movimento social. Estes, conforme Marques (1999) revelam o caráter histórico e reconstrutivo das sociedades, seja como movimentos pequenos de pouca ou aparente expressão, seja como imensas agitações sociais com amplo efeito.

Já as instituições sociais, para o mesmo autor, se constituem em espaços de articulações e de interdependência em que se combinam as políticas de maior amplitude do Estado e da sociedade civil, como os partidos políticos, o sistema educacional, o sistema de saúde, entre outros. Acrescenta, ainda, neste contexto, as organizações estruturadas para atender a interesses e objetivos específicos de determinados agentes sociais, com ou sem fins lucrativos, de cunho popular ou não, tais como as proeminentes da economia informal, artesanal e de empresas. Compõem este universo, também, as organizações provenientes da sociedade civil e as associações com finalidades diversas: de moradores, de profissionais da área de serviços, de conselhos como os da saúde, da educação, de grupos étnicos, religiosos, culturais e ecológicos.

2.3.2 Globalização e movimentos sociais

Gohn (2005) coloca que o tema direitos e justiça social entraram na agenda da sociedade civil[10] e política brasileira nas últimas décadas do século XX. Na sociedade civil, o direito surge como demanda e lutas em por meio de diversas formas: direitos sociais, políticos, econômicos, humanos, culturais entre outros. Essas lutas originam vários movimentos sociais que auxiliam a unificar cultura e direitos muitas vezes construindo uma nova cultura política na sociedade, devido à redefinição de valores, símbolos e significados.

Na política, a autora, coloca que o direito é visível na criação de leis e orientações para políticas públicas, em um primeiro momento voltado aos direitos

---

[10] Historicamente atribui-se a Aristóteles a origem do conceito de sociedade civil: "*Koinonia polítike*", expressão traduzida do latim como "*societas civilis*", correspondendo a uma "*comunidade pública ético-política"*, possuidora de um *ethos* compartilhado pelos membros que a constituem. A separação sociedade civil e Estado acontece na Idade Moderna (GOHN, 2005).

humanos e políticos. No final do regime militar e após os direitos sociais, no período de transição para a democracia, principalmente na fase de elaboração da Constituição de 1988 e no final dos anos 90 e início do novo milênio, o enfoque volta-se para o direito cultural, atrelados a justiça e a equidade social.

Quando se fala em direito cultural o tema volta-se para as dimensões do ser humano como gênero, raça, etnia, religião, faixas etárias e nacionalidades. Incluindo suas interações por meio de expressões artísticas, manifestações culturais e folclóricas locais, regionais e nacionais; práticas de ensino e aprendizagem, esporte e lazer. Engloba, ainda, o modo e estilo de vida cotidiana, ou seja, o trabalho, a comida, o vestir, o morar, o cuidar da saúde, o relacionamento com vizinhos, amigos, parentes, colegas de trabalho e a comunidade próxima. Sua forma de pensar e agir, valores, concepções do mundo também fazem parte do tema direito cultural.

Todas essas questões inerentes ao ser humanos indicam que as diferenças que são salutares, pois indica a diversidade e as inovações do homem e das suas formas de organização política e de expressão cultural. Em um mundo globalizado, a questão é como conviver com toda gama de diversidades?

Santos (2002) corrobora com a discussão afirmando que a lógica da convivência com as diferenças está no reconhecimento do outro. Gohn (2005) alerta para a observância das inovações presentes na diversidade dos povos para que estas possam ser transformadas em políticas sociais competentes por gestores públicos na esfera pública e na sustentação dos Estados nacionais em sistemas de fato democráticos.

> Construir consensos na diversidade, sem apagar as diferenças, implica em combinar alguns princípios: da comunidade (local e regional, onde as idéias da participação, do acesso à informação e da solidariedade são fundamentais), com princípios de caráter universal (em que exista a combinação da igualdade com a equidade, ou seja, onde haja respeito às diferenças e aos diferentes), onde haja o reconhecimento das especificidades culturais. Por tanto, é no campo da comunidade, da participação da sociedade civil, que poderão surgir inovações que enfrentam os desafios postos pela própria globalização, que cada vez mais aproxima os diferentes e as diferenças. (GOHN, 2005, p. 51).

Gohn (2005) coloca, ainda, que na conjuntura econômica do mundo globalizado, uma das maiores disputa que ocorre nos grupos da sociedade civil organizada é a que ocorre pelo acesso e utilização dos fundos públicos. Este fato, também contribui para a relevância da discussão deste estudo. Tendo em vista, que esses grupos da sociedade civil, são provenientes da comunidade local, lugar onde a vida cotidiana acontece, onde é percebida a necessidade de cada população em específico. Percebe-se que a disputa por recursos públicos é um problema do mundo globalizado, entretanto a forma de organização para este acesso é peculiar a cada região ou território, bem como as necessidades e anseios advindas da diversidade cultural.

2.3.3 Movimentos sociais no Brasil, governança social e território

Nos anos 70 a noção de comunidade na América Latina, especialmente no Brasil, atuou como a idéia-chave na organização das camadas populares na luta pelos seus direitos. Tanto em favor de direitos sociais elementares como saúde, escolas, lazer, transporte como direitos sociais modernos como os relativos a questões de gênero, raça, meio ambiente entre outros. Nesse sentido, a força social do povo era proveniente da comunidade organizada. Preconizava no país á organização popular para redemocratizar a sociedade civil, lutar contra regimes militares, promover eleições diretas e democratizar o Estado e seus aparelhos.

> A comunidade representava a unidade mínima básica para a organização deste povo; era uma base territorial dotada de força política à medida que agregava associações e movimentos sociais urbanos mínimos, de forma que se integrassem no processo urbano-industrial vigente. Desenvolver a comunidade não significava mais adequar a população de uma base territorial aos hábitos de higiene e ao padrão de consumo urbano, como na fase anterior. Desenvolver a comunidade significava lutar pela igualdade de direitos sociais, lutar pelo acesso e implantação dos serviços de creche, escolas, postos de saúde, transporte, lazer e cultura etc. Ao lado dos direitos sociais elementares, outro grupos reivindicavam direitos sociais elementares, outros grupos reivindicavam direitos sociais modernos, relativos à mulher, ao negro, ao meio ambiente etc. (GOHN, 2005, p. 52).

A comunidade como base de forças sociais organizadas teve seu auge na metade dos anos 80. A partir deste momento ocorrem várias mudanças na conjuntura política tanto nacional, com a redemocratização do país, quanto internacional, com a queda do muro de Berlim e a crise dos regimes socialistas do

leste europeu. Entretanto, as mudanças mais significativas foram às econômicas com a estruturação e o rápido crescimento da globalização, levando à reestruturação produtiva das nações, ao desemprego, e às reformas estatais orientadas para reequilibrar a crise fiscal, balanças de pagamentos entre outros aspectos.

Este cenário fez vir por terra, de acordo com Gohn, a concepção de comunidade como força política organizada, no termos de movimento e organizações sociais reivindicatórias e demandatárias de direitos sociais e ao surgimento de outros significados para a comunidade tratando-se, por exemplo, não mais de um espaço exclusivo da sociedade civil e nem mesmo de um campo fértil ao exercício das políticas estatais, planejadas, coordenadas e executadas pela ação governamental, mas de um campo multifacetado, constitutivo de uma esfera pública, com articulação de diferentes agentes sociais dentre as quais se destacam o chamado Terceiro Setor (ONGs, organizações de assistência social, fundações sociais de empresas privadas), as universidades, que passaram a ser vistas como parceiras do desenvolvimento local, setores governamentais, algumas alas de sindicatos, diferentes fórum sociais, alguns movimentos sociais remanescentes da década de 80 ou que foram criados nos anos 90.

Os novos espaços dizem respeito aos diferentes tipos de conselhos, audiências públicas, redes jurídicas locais articuladas e outras de caráter regional, nacionais ou internacionais, fóruns temáticos, de participação popular, assembléias organizadas pela sociedade civil entre outras. A autora reforça que a fragmentação e o agrupamento de diferentes agentes sociais não eliminam os conflitos, as tensões, e os interesses antagônicos provenientes.

A organização desses novos espaços ganha também nova designação, chama-se de governança social "é a expressão contemporânea utilizada para caracterizar as relações políticas que apresentam interação entre os grupos da comunidade e a sociedade política porque se estrutura a partir de um território"[11] (GOHN, 2005, p. 60). A governança social de um território, seria entendido como

---

[11] No território local que se localizam instituições importantes no cotidiano de vida da população, como as escolas, postos de saúde entre outros (GOHN, 2005).

aquela que cria redes de pertencimento e de participação social, presente no momento em que se articulam estruturas institucionais ao poder público, contemplando uma nova esfera pública articulada a sociedade civil organizada por meio de comissões, conselhos, fóruns entre outros segmentos semelhantes.

A governança social apresenta como característica o entendimento de que a área das comunicações é estratégica para a sociedade civil, pois a população tem acesso às informações, como um direito, e assim não aceita o monopólio dessa informação e nem mesmo sua manipulação pela propaganda política.

Gohn (2005) reitera que a participação da sociedade civil nas esferas públicas, por meio de conselhos e outras formas institucionalizadas, não têm por objetivo substituir o Estado, mas lutar para que este cumpra seu dever, propiciando serviços públicos com qualidade, por exemplo.

Neste contexto, aborda-se a relevância do território, entendido como, local em que o cotidiano acontece. Para a autora, é no plano local, particularmente num dado território que se concentram as energias e forças sociais da comunidade, gerando o poder local daquela região. O local vem a promover coesão social, ser fonte de forças emancipatórias geradoras de mudança e transformação social. Entretanto, essas forças emancipatórias e civilizatórias somente vão existir a partir da construção coletiva, dialogada, e da organização em função de objetivos comuns que respeitem culturas e diversidades locais “que criem laços de pertencimento e identidade sociocultural e política. Forças sociais se constroem em processos, por meio das relações compartilhadas, pactuadas, interativas" (GOHN, 2005, p. 61).

2.3.4 Movimentos sociais na atualidade - mapeamento

Sabe-se que o homem por natureza possui o desejo de organizar-se em busca de objetivos comuns. Esta forma de organização pode-se denominar de movimentos sociais. Contudo o que motivava o homem a organizar-se no século passado certamente difere das motivações do presente, haja vista o conjunto de mudanças vividas pelo homem em sociedade. Gohn (2005) constata que neste novo

milênio, existe mais de uma dezena de eixos temáticos que norteiam as lutas e demandas sociais no Brasil.

Dentre a gama de temas que orientam os movimentos sociais, neste estudo será enfocada a mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na gestão político-administrativa da cidade, ou seja, Orçamento Participativo e Conselhos Gestores. No caso, será evidenciado a Consulta Popular, por ser o processo em vigor no Estado, cabendo aos Conselhos exercerem o papel de articulação entre o Estado e sociedade civil.

2.4 Aprendizagem: implicações no nível dos agentes e do processo

Uma das questões que suscitaram a abordagem da aprendizagem nesta pesquisa foi à intenção de buscar-se conhecer as possibilidades de aprendizagem inferidas pela CP aos agentes e vice-versa, bem como ao processo com um todo. Neste sentido, Bastos et al (2004) coloca que aprendizagem é processo, tanto no nível individual quanto organizacional[12]. Desta forma, sua investigação requer metodologias apropriadas para analisar e descrever fenômenos ao longo do tempo, ou seja, necessita que o investigador acompanhe, por um período determinado, os processos e incidentes que beneficiem a ocorrência de mudanças, os quais se inferem ter ocorrido aprendizagem.

O modelo de avaliação adotado nesta pesquisa adaptado de Tenório et al (2009) vem de encontro ao preconizado por Bastos et al (2004) por considerar entre outras questões a percepção e avaliação das lideranças em relação ao CP no período de 2004 a 2009.

Bastos et al (2004) esclarece que um dos principais desafios em torno do processo de aprendizagem é a necessidade de estudos que articulem os dois níveis em que a aprendizagem ocorre ou pode ocorrer em contextos organizacionais, ou seja, é premente a realização de pesquisas que revelem de que forma as

---

[12] Organização entendida pelos autores como empresa e/ou instituição. Entretanto, para fins desta pesquisa faz-se uma analogia com o Processo de Consulta Popular.

organizações criam condições para a ocorrência de aprendizagem, bem como de que modo a pessoa e os grupos aprendem e conseguem provocar mudanças no contexto em que atuam.

Uma vez sendo constatada a aprendizagem, no caso desta pesquisa, a partir dos depoimentos dos agentes no processo, esta pressupõe que ocorram avanços em termos de participação e cidadania. Entretanto, os autores colocam que tais conclusões podem ser prematuras.

> Em especial, torna-se necessário desenvolver pesquisas que captem e descrevam a emergência de processos e estruturas organizacionais geradores de aprendizagem a partir das ações dos atores. Dito de outro modo, como processos dos níveis individuais e grupal se consolidam em processos e produtos organizacionais que retroagem sobre o nível individual. (BASTOS et al., 2004, p. 227).

Schaw apud (Bastos, 2004) aponta três ações que não realizadas ou impedidas de serem realizadas, dificultam o aprendizado. São elas: o agir, que possibilita a experimentação; o refletir, que permite uma avaliação das conseqüências das ações; e o disseminar, que contribui para o intercâmbio de opiniões e pontos de vista diversos.

A ausência de espaços de compartilhamento de idéias, ponto de vista, insucessos e a não-visualização do erro como uma oportunidade de aprendizado se constitui em uma barreira ao desenvolvimento dos processos de aprendizagem tanto no nível do agente do processo como do próprio contexto em que atua.

Prange (2001) propõe a partir de um conjunto de questionamento uma teoria da aprendizagem. Estas questões provocam a discussão sobre o significado da aprendizagem organizacional, a definição do sujeito da aprendizagem, o conteúdo do que é aprendido, o que motiva o aprendizado, qual a efetividade da aprendizagem e por fim como acontece o processo de aprendizagem, perguntas que aguçam teóricos e interessados no tema. Entretanto, para fins deste estudo se focará na segunda questão abordada pela autora que consiste na definição do sujeito da aprendizagem. Para Bastos et al (2004) este é o ponto de principal tensão eórica desta abordagem.

> Uma posição mais crítica nega á organização esse poder de aprender, pois ela não seria um ser humano. Na verdade, a expressão aprendizagem organizacional é uma metáfora, recurso da linguagem que permite antropomorfizar as organizações, atribuindo-lhes propriedades humanas. (BASTOS, 2004, p. 223).

Organização e sujeito podem ser pensados de acordo com o autor como fenômenos distintos, independentes e articulados. Ambos diferem pela sua natureza, pela independência, pois organização e sujeito podem aprender sem necessitar da interferência de um ou de outro. A articulação entre a aprendizagem individual e organizacional, ou seja, para que a aprendizagem individual alcance a organização é imprescindível a comunicação, a transparência e a interação interpessoal. (PROBST e BUSCHEL apud BASTOS, 2004).

Os espaços de diálogo troca de experiências, discussão de pontos de vista e argumentação constitui-se em possibilidades concretas de disseminação do aprendizado do nível individual para o coletivo. Esse compartilhamento pode levar a melhoria de processos, a explicitação de novas formas de posicionamento dos envolvidos, à criação de novas estruturas. Não desconsiderando a necessidade do desconstruir ou desaprender dos envolvidos ao longo do processo como um dos pressupostos da aprendizagem.

2.5 Enfoques e dimensões do desenvolvimento

Sachs (2004) contribui com as discussões levantadas por Sen (2000) anunciando que o desenvolvimento é um processo mais amplo que o crescimento econômico, pois envolve o bem-estar das pessoas oriundas do respeito aos direitos humanos, das condições de moradia, de educação, de saúde, entre outros.

Evidencia, ainda, a implicação da ética no desenvolvimento, a reconceituação do desenvolvimento em termos da apropriação de três gerações de direitos humanos e o acréscimo da dimensão social à dimensão ambiental do conceito de desenvolvimento sustentável[13]. Em relação à ética, Sachs ressalta que a economia

---

[13] Os trabalhos de Sen (apud SACHS, 2004) marcaram a reconceituação do desenvolvimento ao ser redefinido sob o ponto de vista dos direitos humanos: políticos, civis e cívicos; econômicos, sociais e culturais; direitos coletivos ao desenvolvimento, ao ambiente entre outros. A síntese da evolução da

e a ética estiveram interligadas desde Aristóteles, entretanto a outra vertente da economia denominada por Sen (apud SACHS, 2004) de “abordagem da engenharia” se tornou preponderante nos tempos atuais fazendo com que as questões voltadas à ética fossem esquecidas. Sachs (2004) argumenta que o crescimento econômico é necessário, mas não suficiente para a obtenção do desenvolvimento.

Com base nestas referências, serão debatidos nos tópicos a seguir, os enfoques do desenvolvimento voltados a este estudo. Ainda que o termo desenvolvimento, de acordo com Siedenberg (2008a), não apresente uniformidade em torno do significado de seu conceito, e tampouco sobre as formas de implementação e condução das políticas e estratégias de desenvolvimento, embora tenha sido amplamente debatido nas últimas cinco décadas. O desenvolvimento mesmo não apresentando consensos, possui um histórico de acepções de conceitos que permite a melhor compreensão sobre o mesmo.

2.5.1 Evolução do conceito de desenvolvimento

No período que vai dos tempos mais remotos até o início da idade moderna o conceito de desenvolvimento possuía um marco antropológico e teológico sendo compreendido como um processo de revelação gradual, semelhante ao broto de uma flor que desabrocha aos poucos. Após, os conceitos *evolutio* e *développement,* a partir de Leibnitz[14]*,* ganharam significado de direção e foram associados a uma condição de mudanças seqüências ocorrida dentro de estágios pré-definidos. (SIEDENBERG, 2008a)

> Originalmente, desenvolvimento referia-se a um processo de revelação, de esclarecimento, de descoberta. Alguma coisa anteriormente oculta, ou secreta, ou não conhecida estava sendo revelada. Alguma coisa que não era evidente, à primeira vista, passava a revelar-se, da mesma forma que um broto desabrocha numa folha, ou que o destino de um monarca se torna

---

idéia de desenvolvimento no último meio século, contudo, remonta para a sua complexificação (devido aos inúmeros adjetivos incorporados: econômico, social, político, cultural, sustentável, bem como por novos problemas). Para o autor, mesmo assim permanece a necessidade de um paradigma capaz de absorver o problema do desemprego, subemprego e das desigualdades crescentes.

[14] Gottfrried Wilhelm Leibnitz, nascido em Leipzig, em 1 de julho de 1646. Conhecido na história da humanidade pelas contribuições nas áreas da filosofia e da matemática (SIEDENBERG, 2008a).

> conhecido. A essência das coisas seria revelada, em seu devido tempo. (CAIDEN; CARAVANTES, 1988, p. 19).

A concepção otimista, segundo o mesmo autor, associada ao conceito de desenvolvimento, foi introduzida pela filosofia progressista dos séculos XVIII e XIX. Nesta idéia o homem e a sociedade eram capazes de modificar o mundo a fim de torná-lo cada vez melhor, para tanto bastava à observação, a identificação e a classificação das fases do desenvolvimento, sendo agregada ao conceito, a partir desta fase, a idéia de movimento, processo, mudança e libertação.

A partir desse período, surge um novo paradigma instituindo novas bases para o conceito de desenvolvimento, principalmente na esfera socioeconômica ocidental capitalista.

> É necessário reconhecer, contudo, que o conceito de desenvolvimento, considerado aqui, sobretudo, em sua dimensão socioeconômica ocidental capitalista, tem "data de nascimento": há certo consenso entre pesquisadores e cientistas sociais de que o discurso de posse de Harry Spencer Truman, ao assumir seu segundo mandato como presidente dos Estados Unidos da América, proferido no dia 20 de janeiro de 1949, instaurou as bases de um novo paradigma mundial. (SIEDENBERG, 2004, p. 13).

Após a segunda guerra mundial, os países intitulados indiretamente como subdesenvolvidos no discurso do presidente dos Estados Unidos passaram a buscar um padrão de vida semelhante aos países tidos como ricos e desenvolvidos, iniciando-se desta forma a aplicação do conceito de desenvolvimento na via das estratégias na área das ciências sociais aplicadas e a partir daí inicia a integração de outras áreas do conhecimento, buscando-se a sua aplicação efetiva (SIEDEN-BERG, 2004).

> Por fim, devemos considerar que em torno do conceito de desenvolvimento socioeconômico estabeleceu-se, tanto na retórica política quanto na idiomática jurídica, bem como em muitos discursos acadêmicos e na terminologia oficial, uma forte tendência natural para indicar um contexto relativamente impreciso, aproximado, indefinido, ambíguo, que permite as mais diversas interpretações. (SIEDENBERG, 2004, p. 16).

Entretanto, o grande avanço do conceito foi que este deixou de ser tratado apenas como sinônimo de crescimento econômico alastrando suas fronteiras para além da Econômica para outras áreas como a Sociologia, a Administração, a

Geografia, a História, a Biologia e a Psicologia na busca de uma interpretação complementar ou diferenciada.

Na expectativa de relacionar o termo desenvolvimento no contexto desta pesquisa, se buscará focar a sua compreensão entendendo-se que o desenvolvimento não é um processo que acontece ao acaso, mas fruto de estratégias e relações dos agentes sociais.

Para tanto, faz imprescindível revelar quem são estes agentes. Para Siedenberg (2008b), Tenório (2004), Fischer (2002), esses agentes são o Estado, a Sociedade e o Mercado. Contudo as famílias, os Estados e os Mercados são as organizações sociais mais antigas na história, cabendo aos mercados o lugar de centro das atividades econômicas (BEGNIS; ZERBIELLI, 2008).

Entretanto, sendo o foco o desenvolvimento socioeconômico, a novidade contemporânea refere-se à inclusão da participação da Sociedade Civil nas discussões sobre o tema, para além do Estado e do Mercado. Para Allebrandt (2006a), a Sociedade Civil passou a ser vista como um setor importante na construção da esfera democrática, por apresentar uma maior proximidade com os problemas e demandas do cidadão comum.

Dowbor (1999) no mesmo sentido registra que quando as decisões são tomadas muito longe do cidadão, estas correspondem muito pouco às suas necessidades ocorrendo uma separação entre as necessidades destes e o conteúdo das decisões sobre o desenvolvimento econômico e social. Assim, a presença da sociedade civil vem mostrar para o Estado e o Mercado seus interesses, como agente do processo de desenvolvimento.

2.5.2 Dimensões do desenvolvimento

2.5.2.1 Desenvolvimento includente

Sachs (2004) coloca que o desenvolvimento includente seria a contramão ao padrão de crescimento perverso, excludente do mercado de consumo (definição de

autores latino-americanos) e centralizador de renda e riqueza. O crescimento excludente engloba dois aspectos:

- Mercados de trabalho segmentados (muitos trabalhadores informais e/ou extraindo sua subsistência da agricultura familiar sem nenhuma proteção social);
- Pouca ou nenhuma participação na vida política (devido a pouca instrução ou suborganizadas enquanto movimentos sociais e submersas na luta pela sobrevivência, sendo as mulheres as mais afetadas).

O desenvolvimento includente pressupõe a garantia aos direitos civis (relações entre os cidadãos), cívicos (cidadão) e políticos. A democracia (direta e não-representativa), a transparência, a responsabilização, seriam o cerne do processo de desenvolvimento includente. O autor reforça que "todos os cidadãos devem ter acesso, em igualdade de condições, a programas de assistência para deficientes, para mães e filhos, para idosos, voltados para a compensação das desigualdades naturais e físicas" (SACHS, 2004, p. 82). O acesso aos serviços públicos (saúde, educação, moradia) também deveria ser possível.

A educação torna-se fundamental ao processo de desenvolvimento, pois, segundo o autor, esta contribui para o despertar cultural, à conscientização, à compreensão de direitos humanos, à autonomia, à autoconfiança e auto-estima. A educação, na visão do autor, pode também se constituir como instrumental em relação ao emprego. Ele adverte, entretanto, que a educação é uma condição necessária, mas não suficiente para o acesso ao emprego decente, pois este depende ainda de um conjunto de políticas de desenvolvimento.

O acesso à saúde também se faz imprescindível ao cidadão, bem como uma boa alimentação, o acesso à água limpa, a melhores condições de moradia (políticas de moradias populares baseadas na autoconstrução) e de trabalho, acesso à educação e a medidas preventivas como a vacinação. O autor defende que os serviços públicos (programas de assistência, educação, saúde e moradia) sejam provenientes de financiamento público, oriundo da redistribuição de uma parcela do PIB, podendo ser administrados pelo poder público, ONGs ou iniciativas privadas.

A discussão proposta por Sachs (2004) diz respeito às políticas compensatórias financiadas pela redistribuição de renda mediante o sistema fiscal e as políticas de emprego que alteram a distribuição de renda primária. Na sua visão, ambas são necessárias, contudo as primeiras exigem despesas contínuas e as segundas oferecem, a partir da criação de oportunidades de emprego e geração de renda, dignidade às pessoas e soluções concretas de autonomia para sua manutenção.

2.5.2.2 Desenvolvimento endógeno

Em termos de formação do paradigma, Barquero (2001) aborda que o mesmo teve início nos anos 80, do séc. XX, com a convergência de duas linhas de pesquisa que deram origem ao desenvolvimento endógeno. Uma delas refina-se do caráter teórico e a outra de caráter empírico. A primeira nasceu na expectativa de considerar os efeitos da ação pública na evolução local e regional. Já a segunda surgiu oriunda da interpretação dos processos de desenvolvimento industrial em regiões como o Sul da Europa.

> As proposições da teoria territorial do desenvolvimento, do desenvolvimento autocentrado e do desenvolvimento "de baixo para cima" aparecem como uma reação à insatisfação provocada pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento "a partir de fora" proposto nos anos 60 e 70. Segundo as palavras de Aydalot (1985), trata-se de uma abordagem voluntarista (e, sem dúvida, utópica) do desenvolvimento, qual seja, a da busca de um novo paradigma articulado em torno de três grandes questões: o conceito de desenvolvimento, os mecanismos que favorecem os processos de desenvolvimento e, por último, as formas mais eficazes de atuação dos atores econômicos e sociais. (BARQUERO, 2001, p. 39).

Destaca-se, segundo o autor, que o novo paradigma tem por objetivo atender às necessidades da população local, visando o bem-estar econômico, social e cultural, por meio da participação ativa, sendo que cada localidade pode trilhar caminhos diferentes, haja vista as diferentes características, capacidades da econômica e da própria sociedade.

Consiste, para o autor, no marco inicial desse processo, o conjunto de recursos que se encontra disponível em cada localidade tais como: pessoas, capital,

cultura, capacidades capazes de formar o próprio potencial de desenvolvimento.

> Por fim, o desenvolvimento endógeno é, antes de mais nada, uma estratégia para a ação. As comunidades locais têm uma identidade própria, que as leva a tomarem iniciativas visando assegurar o seu desenvolvimento. Quando conseguem fortalecer sua capacidade organizacional, tem condições de evitar que as organizações externas limitem suas potencialidades de atuação. É a capacidade de liderar o próprio processo, aliada à mobilização de seu potencial, que torna possível falar de desenvolvimento endógeno. (BARQUERO, 2001, p. 41).

A diversidade das configurações socioeconômicas, culturais, bem como de alocações de recursos que prevalecem em diferentes localidades, excluem a aplicação generalizada de estratégias uniformes de desenvolvimento, segundo Sachs (2004). Para obterem êxito, de acordo com o mesmo autor, estas estratégias devem dar respostas aos problemas e às expectativas da comunidade. Desta forma, devem garantir a participação de todos os atores envolvidos (trabalhadores, empregadores, o Estado e a sociedade civil organizada) no processo de desenvolvimento.

As cidades, segundo Barquero (2001), constituem-se em atores-chave da política de desenvolvimento local, pois nela concentram-se as mudanças do sistema econômico, produtivo e a reorganização do sistema institucional**,** contribuindo, ao longo da história, com a evolução da sociedade e do desenvolvimento econômico.

A renda, os investimentos, o emprego, os processos de inovação, de mudança estrutural, de fomento às redes, as relações com outras cidades, perpassam pelo espaço das cidades gerando processos de crescimento econômico, bem como de desenvolvimento endógeno.

Lasuén (apud BARQUERO, 2001, p. 153) coloca que uma das questões importantes da teoria do desenvolvimento visa responder à pergunta: “onde é que se localizam os investimentos?”, demonstrando que as evidências empíricas retratam que estes tendem a se situar nas cidades, o que permitiu teorizar sobre a relação entre desenvolvimento econômico e urbanização.

> O aumento da produtividade e a expansão da produção urbana, em especial a partir da revolução industrial na Inglaterra, foram impulsionados pela introdução de inovações. As mudanças nos sistemas de empresas e no sistema de cidades podem ser vistas como os efeitos temporal e espacial do processo de adoção de inovações. Foi Perroux (1955) que, através da teoria dos pólos de crescimento, afirmou que o desenvolvimento econômico e a urbanização são o resultado do processo de inovação. Desenvolvimento econômico e urbanização são, dessa forma, as duas faces de um mesmo processo. (BARQUERO, 2001, p. 153).

Já a diversidade da cidade refere-se às distinções produtivas, comerciais e culturais que acabam por atrair empresas e trabalhadores. Essa interação de pessoas, atividades, mercados, forma a economia de escala que favorece o desenvolvimento endógeno de acordo com Barquero (2001).

A interação e intercâmbio de idéias nas cidades também contribuem para o desenvolvimento endógeno, pois é nas cidades que acontecem as decisões, a difusão de idéias e os encontros entre atores econômicos, sociais, políticos e institucionais. As cidades, vistas como espaços de relações e de trocas, favorecem a formação de redes baseadas na cooperação para diversos fins, tais como econômicos, culturais, sociais entre outros.

Por último, a inovação e a aprendizagem nas cidades, para Barquero, referem-se à garantia de eficiência da dinâmica empresarial dos sistemas de empresa, haja vista a capacidade destas em gerar processos inovativos e estabelecerem espaço à propagação do conhecimento produtivo local.

> Finalmente, é nas cidades que as idéias se propagam como maior facilidade, o que leva a pensar que, na verdade, a difusão da informação e os efeitos de *spillover*[15] de que fala a teoria do crescimento endógeno[16] são ali fortalecidos. A mobilidade demonstrada pelos trabalhadores ao passarem de uma empresa para outra permite fazer com que o conhecimento (e as inovações) transite pelo sistema produtivo local. Além disso, as proximidades físicas reduzem o custo de transmissão das mesmas, fortalecendo-se a propagação das inovações. (BARQUERO, 2001, p. 157).

---

[15] O efeito *spillover* seria proveniente dos diferentes tipos de investimento em capital físico, capital humano e pesquisa e desenvolvimento (GROSSMANN; HELPMAN apud BARQUERO, 2001).

[16] O crescimento endógeno, para Barquero, reconcilia a teoria econômica com evidências empíricas. Possui, segundo Romer (apud BARQUERO, 2001), três tipos de modelo de crescimento que o diferencia, são eles: o *spillover,* os neo-schumpeterianos e os lineares.

Neste sentido, as cidades também se constituem em cenários da democracia, da liberdade de direitos individuais, da manifestação de movimentos sociais, bem como de iniciativas locais em favor do desenvolvimento socioeconômico.

2.5.2.3 Desenvolvimento socioeconômico local: uma compreensão

Fischer (2002) corrobora com o entendimento do conceito de local, esclarecendo que este quando abordado pode não estar se referindo única e especificamente a uma cidade, bairro ou rua, pois o seu universo de análise é mais amplo e abstrato e pode estar relacionado a escalas de poder, consideradas isoladamente ou em conjunto, em um ou mais territórios[17]. A mesma autora coloca ainda que a opção por atuar em uma ou mais escalas de poder é uma opção política que vai depender das condições materiais e das competências de atores envolvidos. Exemplifica alertando que várias escalas de poder podem estar presentes em projetos de pequeno porte, em que os atores sociais envolvem-se em relações com diversos níveis de governo, comunidades, agentes financeiros locais, nacionais ou internacionais.

Neste sentido, a definição do local estará intimamente relacionada às relações de poder, que possibilitam movimentos de aproximação e recuo, confrontos e conciliações. A noção de "local" para Fischer (2002) contém idéias complementares e antagônicas. Pois ao mesmo tempo em que o local refere-se a espaço como base, território, microrregião, podendo ainda ser indicado por outras designações que remetem a certa inércia; revelam, ao mesmo tempo, o sentido de espaço abstrato de relações sociais, e neste sentido, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em torno de interesses comuns.

> No entanto, se o espaço local tem um fundamento territorial inegável, não se resume a este, como assinalam os geógrafos, ao nos apontarem as muitas maneiras de se construir os espaços, refutando fronteiras institucionais e (re) reconstruindo-as em função de problemática adotadas. (FISCHER, 2002, p. 14).

---

[17] Território: Refere-se a uma "fração do espaço historicamente construída através das interrelações dos atores sociais que atuam nesse âmbito espacial, apropriada a partir de relações de poder sustentada em motivações políticas, sociais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos". (DALLABRIDA, 2006, p. 161).

Neste sentido, da mesma forma que o conceito de desenvolvimento está em constante transformação, o conceito de local também vem sendo modificado ao longo do tempo à medida que as relações e os problemas também se complexificam.

Costa e Cunha (2002) colocam que a nova ordem ou o novo modelo passou a contemplar para além do crescimento da produção, a qualidade de vida das pessoas, centrando-se na eqüidade, na democratização, na participação cidadã e na proteção ao meio ambiente.

3 EXPLICITAÇÕES DA ABORDAGEM FILOSÓFICA E DO ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A opção metodológica dessa pesquisa tem relação com a linha de pesquisa "gestão de organizações para o desenvolvimento", do Programa de Mestrado em Desenvolvimento da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí localizada em Ijuí - RS, com o qual se vincula.

Nesse sentido, explicitam-se a seguir os principais pressupostos epistemológicos e metodológicos que orientam esta pesquisa.

3.1 Pressupostos epistemológicos

Tendo-se como referência o objetivo do presente estudo optou-se pela abordagem fenomenológica, preconizada por Husserl[18], que propõe a descrição direta da experiência tal como ela é, bem como por considerar que um fenômeno só pode ser entendido a partir do ponto de vista do sujeito que o está experimentando.

O método fenomenológico denota as escolhas teóricas e as intencionalidades da pesquisadora. Assim, pode-se esclarecer que os conhecimentos construídos neste estudo são sinalizados pela subjetividade da pesquisadora/cidadã e pelas interações realizadas em vários níveis. Nesse sentido, cabe a pesquisadora com base na sua história de vida, buscar entender o fenômeno, perceber seu significado e interpretá-lo. Já a técnica interativa permite a compreensão do mundo real relacionando-o com o conhecimento. Estas amarrações sociais são tecidas por meio de fatos, narrativas, ações e documentos legais.

---

[18] Edmund Husserl (1859-1938), Filósofo alemão que realizou seus estudos em Leipzig, Berlim e Viena, dedicando-se primeiramente à matemática. Influenciado por Franz Bretano, aproximou-se da filosofia por volta de 1884, publicando a partir desta data, vários livros. Seu ideal se expressa pela determinação em dar consistência científica à filosofia e assim atingir as outras ciências, através de uma base sólida de racionalidade, como exige uma fundamentação rigorosa. Adquiri da matemática a necessidade de exatidão, buscando continuamente maior clareza em suas descobertas. Isto faz com que esteja presente em sua filosofia um dinamismo permanente, caracterizando esta filosofia por uma consciência sempre aberta e inacabada. Husserl funda então a *fenomenologia,* a qual procura examinar a experiência humana de forma rigorosa, por meio de uma ciência da experiência.

A coleta de dados, nessa abordagem, é realizada por meio da observação participante, ou seja, o entrevistador é agente da pesquisa e das entrevistas semi-estruturadas orientadas pelo objetivo da mesma. Estes instrumentos visam à interpretação por parte do entrevistador acerca da realidade o em que os sujeitos da pesquisa fazem parte (CARVALHO; VERGARA 2002).

O tratamento dos dados, na perspectiva fenomenológica conduz para os estudos qualitativos, por trabalhar tanto nas perguntas quanto nas respostas com um nível de realidade que não pode ser quantificada, pois expressam significados, crenças, valores e atitudes englobando um espaço profundo nas relações que não pode ser reduzido à realização de variáveis (MINAYO, 2002). Entretanto, segundo a mesma autora, os conjuntos de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, mas se completam, pois a realidade envolvida por ambos interage de forma dinâmica, excluindo dicotomias.

Neste sentido, a pesquisa se utilizará tanto de dados qualitativos como quantitativos visando a melhor interpretação dos fenômenos observados, buscando o alcance dos objetivos propostos.

Com base nos autores pesquisados conclui-se que a abordagem fenomenológica é a metodologia mais adequada à realização desta pesquisa, pois permite ao pesquisador compreender a essência da vivência interativa humana com o ambiente e a sua diversidade. Nesse sentido, optou-se, com tranqüilidade, pela escolha deste método na realização deste estudo.

3.2 Pressupostos metodológicos

Para além da definição da abordagem a ser seguida para a realização da pesquisa, também se faz necessário classificá-la, ou seja, traçar de acordo com critérios estabelecidos oriundos da natureza, objetivos e procedimentos técnicos o caminho que o pesquisador deve seguir. Este caminho é traçado de acordo com a classificação, definida em acordo com a identificação de certas especificidades que satisfaçam as exigências para cada tipo de pesquisa.

Do ponto de vista de sua natureza esta pesquisa remete a possibilidade de classificá-la como pesquisa aplicada, que segundo Silva e Meneses (apud KELM, 2002), visa produzir conhecimento que seja empregado na solução de problemas específicos, além de envolver interesses locais e possuir inúmeras alternativas de utilização nas ciências sociais.

Pode, ainda, ser classificada como de natureza qualitativa e quantitativa, pois, de acordo com Triviños (1987, p. 188), “toda pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa”, ou seja, o autor defende que é possível estabelecer entre os fenômenos uma relação estatística, consistindo esta num elemento auxiliar do pesquisador e não no instrumento fundamental de sua pesquisa.

Segundo Minayo (2002), a pesquisa qualitativa, trabalha com um nível de realidade que não pode ser quantificada, expressa significados, crenças, valores e atitudes que englobam um espaço mais profundo nas relações que não podem ser reduzidas à realização de variáveis. Já a pesquisa quantitativa, segundo a mesma autora, trabalha com o que é real expresso em dados, na objetividade e em variáveis capazes de mensuração, “a linguagem das variáveis ofereceria a possibilidade de expressar generalizações com precisão e objetividade” (MINAYO, 2002, p. 23).

A pesquisa proposta, para além de sua natureza, pode, ainda, ser classificada do ponto de vista de seus objetivos. Desta forma, esta pesquisa pode ser definida como exploratória e descritiva.

A pesquisa exploratória, de acordo com Gil (2002), permite proporcionar maior familiaridade com o problema, visando torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. No caso desta pesquisa a intenção é conhecer melhor o problema, descrevendo as características da população e do contexto em que estão inseridas buscando torná-lo clarividente e não a formulação de hipóteses. Pois em pesquisa social principalmente, quando o contexto de análise é impreciso, a técnica de formulação de hipóteses pode constituir-se como restritiva, dificultando a compreensão integrada do problema, bem como pode acabar dificultando a criatividade do pesquisador, inibindo a descoberta, essência da pesquisa científica (CARVALHO; VERGARA 2002).

A mesma também pode ser considerada como descritiva, de acordo com Gil (2002), pois, este estudo tem a pretensão de observar, registrar, analisar e relacionar indicadores e variáveis sem manipulá-los por meio de um conjunto de informações acerca do objetivo do estudo para descrever, com exatidão, os fatos e fenômenos de determinado contexto (TRIVINÕS, 1987).

Já em relação aos procedimentos técnicos, esta pode ser classificada como pesquisa bibliográfica, documental, estudo de campo e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2002), visa situar a problemática em questão por intermédio de material já publicado em livros, artigos de periódicos, material disponível pela Internet entre outros.

A pesquisa documental difere da pesquisa bibliográfica no que diz respeito à natureza das fontes, pois, enquanto a primeira conta com a contribuição de diversos autores sobre determinada temática, a segunda refere-se a materiais que não receberam um tratamento analítico, podendo estes ser reelaborados a partir dos objetos da pesquisa (GIL, 2002). O estudo em questão contará com a pesquisa documental, por buscar por meio de análise de documentos como atas de reuniões, projetos, relatórios de atividades, diagnósticos, textos; dados e informações que possam ser relevantes à pesquisa.

O estudo também pode ser classificado como de campo, conforme Gil, pois este prevê a participação direta do pesquisador, a fim de melhor compreender os fenômenos, as regras, os costumes e convenções que orientam o grupo estudado. Esta participação se dará por meio da busca por informações e/ou conhecimento do problema em questão, junto à direção da unidade caso, presidência dos Conselhos, representantes de associações, cidadãos entre outros envolvidos que se fizerem necessários durante a pesquisa.

Pode-se classificar este estudo, ainda, como estudo de caso, pois se refere a um trabalho aprofundado do fenômeno proposto, sendo que os limites entre o fenômeno e seu contexto não estão claramente definidos (YIN apud GIL, 2002). Neste sentido, este tipo de estudo apresenta propósitos que permitem dirimir a

dificuldade originária da impossibilidade de distinção entre fenômeno e seu contexto, que serão utilizados na pesquisa:

O estudo de caso permite trabalhar com questionamentos ou problematizações a serem pesquisados ao longo do estudo. Estimula a prática da observação por parte do pesquisador e favorece a convivência a níveis aceitáveis da incerteza e da ambigüidade, tendo em vista que o(s) resultado(s) da pesquisa possui inúmeras possibilidades. (MOREIRA, 2000).

Campomar (1991) aborda, em que momento e a forma de utilizar o método, considerando que este não é pouco estruturado e fácil como preconizam os que desconhecem o método. Esclarece, ainda, que o método requer dedicação acadêmica, pois quanto menos estruturado mais difícil sua aplicação.

O autor defende a utilização do estudo de caso devido a este permitir descoberta de relações que não seria possível de outra forma, pois neste método procura-se realizar análises respondendo as questões: “por que?” e “como?”. Indica, também, que para utilizá-lo é imprescindível ter-se claro o problema de pesquisa bem como clareza de que o método é a melhor estratégica para se buscar solucionar o mesmo. Após é necessário o plano de coleta de dados, os instrumentos de coleta e a forma de análise dos dados que devem ser realizadas por analogia, contendo comparações com teorias e modelos.

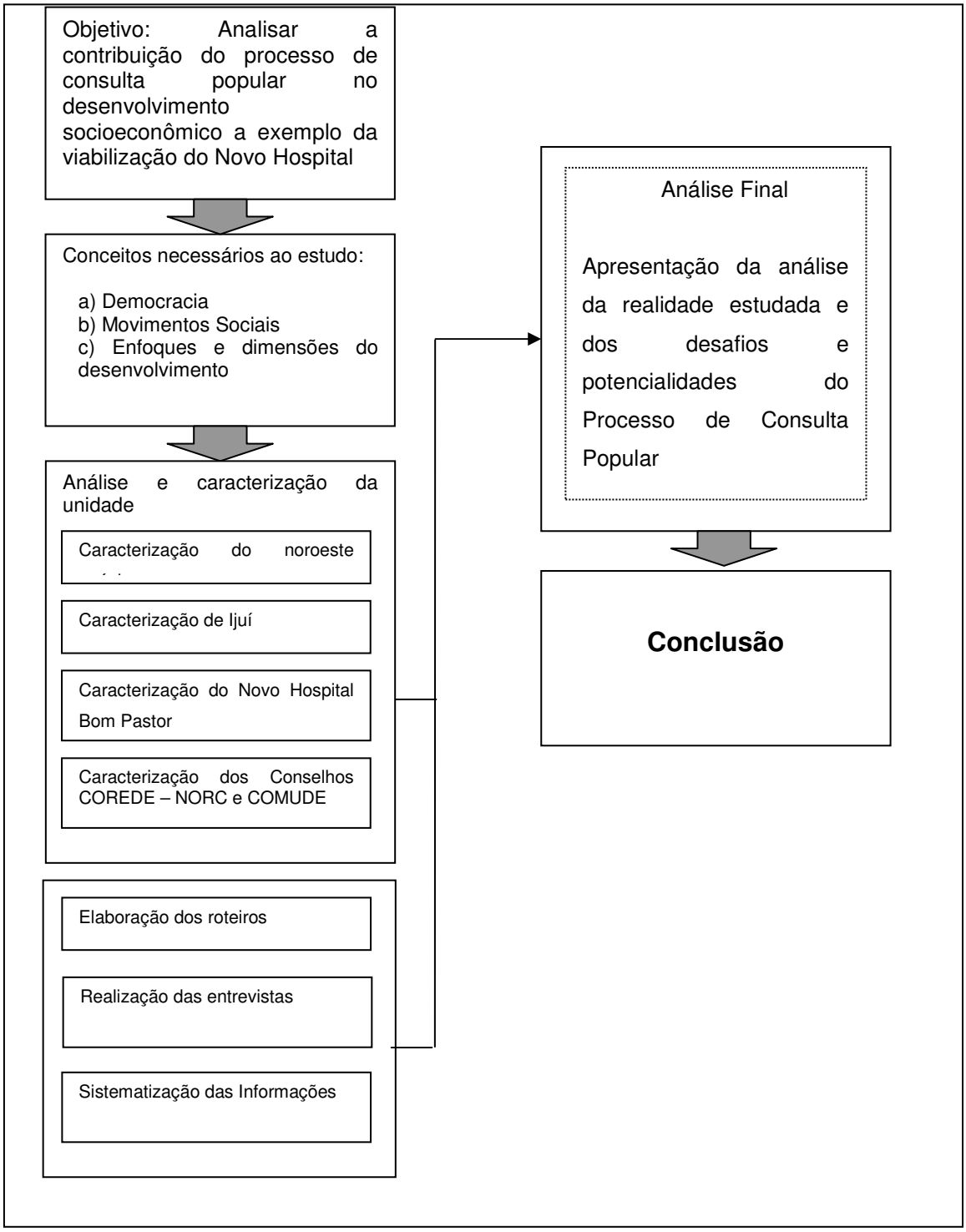
As etapas serão seguidas na pesquisa proposta, com ênfase no planejamento da pesquisa, bem como na coleta e análise de dados, procurando-se evitar eventuais distorções advindas da flexibilidade dos procedimentos metodológicos deste tipo de estudo, visando, a qualidade dos resultados.

3.2.1 Etapas do processo de pesquisa

Para a realização do estudo foi necessária a realização de várias etapas que compuseram o projeto de pesquisa. Entre elas está a definição da metodologia, a definição da unidade-caso que foi estudada, a forma de coleta de dados, bem como a análise destes e a apresentação das limitações e potencialidades da pesquisa.

Para melhor visualização de todas as etapas que envolveram a pesquisa realizada elaborou-se um fluxograma comentado retratando a seqüência lógica e temporal da pesquisa, conforme a seguir.

Quadro 1 - Desenho da pesquisa



Fonte: Adaptado de Kelm (2002).

3.2.1.1 Definição da unidade-caso

Gil (2002) coloca que os critérios de seleção dos casos podem variar de acordo com os propósitos da pesquisa. Podendo ser classificados em três

modalidades de estudos de caso. Nesse sentido, em acordo com o objetivo do trabalho acredita-se, com base no autor, que o estudo de caso proposto pode ser classificado como coletivo. Justifica-se esta classificação retomando o foco principal deste que é: analisar a contribuição do processo de consulta popular na viabilidade do Novo Hospital Bom Pastor, ou seja, esta unidade caso foi selecionada porque se acredita que por meio de seu estudo, será possível aprofundar o conhecimento acerca do contexto a que pertence, bem como tecer análises tendo como pano de fundo o problema formulado.

A facilidade de acesso para a coleta de dados, a importância da saúde no desenvolvimento socioeconômico local, o reconhecimento da população em considerar o projeto do Novo Hospital Bom Pastor como benéfico à Ijuí e a região, bem como a aprovação deste na Consulta Popular de 2004 a 2009, são fatores que auxiliaram na definição da unidade-caso em questão. Portanto, sintetiza-se que os critérios acessibilidade, relevância socioeconômica, abrangência do projeto, submissão e aprovação na CP, foram elementos considerados na definição do caso em estudo tendo em vista o objetivo do mesmo (GIL, 2002).

3.2.1.2 Coleta e análise de dados

Cervo, Bervian e Silva (2007) colocam que a fase de coleta e análise de dados são decisivas na elaboração do trabalho científico, para tanto é necessário parcimônia e perseverança. Nesse sentido, buscou-se definir com clareza o conjunto de técnicas e instrumentos adotados na pesquisa, conforme serão apresentados a seguir.

A técnica de coleta de dados visando responder aos objetivos propostos neste estudo foi realizada por meio de entrevistas com roteiro semi-estruturas dirigidas aos representantes do COREDE – NORC, do COMUDE e da Direção do Novo Hospital Bom Pastor. Este instrumento conta com a participação interativa do pesquisador na condução da entrevista visando à busca de informações para o estudo.

As entrevistas foram realizadas com base nos critérios de acessibilidade, representatividade e completude. Nesse sentido foram entrevistadas, ainda, onze pessoas vinculadas à direção do Novo Hospital Bom Pastor no período 2009 e 2010.

O primeiro critério estabelecido para as entrevistas foi à acessibilidade, referindo-se à facilidade e possibilidade de acesso no período definido para entrevistas as pessoas vinculadas ao estudo de caso em questão e definidas como público-alvo.

O segundo critério, representatividade, expressa a preocupação em ter-se no universo de entrevistas uma coerência deste com o caso em análise, bem como com os órgãos envolvidos no estudo como a direção do Hospital, o COREDE Norc e o Codemi. Na direção do hospital foram entrevistados o presidente e o ex-presidente do Hospital, os vice-presidentes, o ex-vice-presidentes, a secretária, o tesoureiro, a diretora executiva e conselheiros. No COREDE Norc foi entrevistado o Sr. Paulo Afonso Frizzo em 2007, como presidente do COREDE Norc. Já em 2010, o mesmo foi entrevistado como ocupante do cargo de Presidente do Fórum dos COREDES. Como representante do conselho de Desenvolvimento do Município de Ijuí- CODEMI foi entrevistado o Sr. Sérgio Luis Allebrandt, atual coordenador, também em 2010.

O terceiro e último critério refere-se à completude, ou seja, uma vez respondida as questões com as entrevistas realizadas, encerra-se o universo de pesquisa, desde que as respostas recebidas satisfaçam a curiosidade da pesquisadora.

Para além das entrevistas, também foi realizada, a observação espontânea, a análise de documentos no período 2004 a 2009, a observação *in loco* no Novo Hospital Bom Pastor e a análise de materiais como folders, panfletos entre outros tipos de materiais utilizados pelo Novo Hospital no período anterior a votação no Processo de Participação Popular.

3.2.1.3 Variáveis e aspectos considerados

Na consecução desta pesquisa são tomados como referência duas abordagens distintas e consolidadas: um estudo desenvolvido em 2007 pelo Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) vinculado ao Ebape/FGV coordenado pelo professor Fernando Guilherme Tenório e uma investigação realizada por Parés e Castellà (2005).

Embasado em tais modelos foram propostas quatro categorias de análise, sendo estas: Processos de discussão do projeto Novo Hospital Bom Pastor; Pluralidade; Impacto e Desempenho; Aprendizagem e Consolidação da Participação e Cidadania. Conforme consta no Quadro 2, abaixo.

Quadro 2 - Cidadania deliberativa: categorias de análise

CATEGORIA	**ASPECTOS DE ANÁLISE**
Processos de discussão do projeto Novo Hospital Bom Pastor	Canais de difusão Qualidade da informação Órgãos de acompanhamento Relação com outros processos participativos
Pluralismo	Participação de diferentes agentes Pluralidade do grupo promotor Perfil dos agentes
Impacto e desempenho	Objetivos alcançados Evolução dos participantes
Aprendizagem e Consolidação da Participação e Cidadania	Percepção e avaliação dos gestores

Fonte: Adaptado de PEGS, elaborado a partir de Tenório (2007) e de Parés e Castellà (2005).

Por processo de discussão, compreende-se que este ocorre em espaços públicos de argumentação e busca do entendimento em um contexto cidadão[19]. A objetividade de cada intervenção dependerá do mundo vivido por cada interventor na discussão, pois cada sujeito tem um olhar sobre o mundo, ou seja, uma verdade.

[19] Por contexto cidadão se pode compreender pelo processo em que se espera dos cidadãos “muito mais do que meramente orientarem-se por seus interesses privados.” (HABERMAS apud TENÓRIO, 2004, p. 104).

Assim, à medida que cada sujeito vai expondo suas idéias, cada participante irá formar uma compreensão de sua realidade (intersubjetividade), resultando em um processo de aprendizado, que tem como finalidade conduzir a solução dos problemas discutidos, e as justificativas que levaram aos participantes a realizar suas opções de escolha no desenrolar da discussão. Os participantes constroem acordos para orientar seus planos de ação. Este acordo é avaliado por meio do reconhecimento das pretensões validadas no discurso de cada sujeito participante. Desta forma, a verdade é um acordo alcançado por meio da discussão crítica, em que a linguagem desempenha o papel de fonte de integração social (TENÓRIO et al, 2009).

No pluralismo, Tenório et al (2009) atenta para que este não diga respeito somente as representações de grupos privilegiados, mas dos diversos agentes que participam dos processos decisórios nas políticas públicas locais.

Para a categoria do impacto e desempenho, segundo Tenório et al (2009) vincula-se a relação entre os objetivos planejados e os realizados. Parés e Catela (2005) também defendem este princípio. Compreende-se que este se refere à descrição quantificada e complementar da realidade.

A categoria da aprendizagem e consolidação da participação e cidadania advém do entendimento de Tenório et al (2009) de que o processo de discussão entre cidadãos resulta em um processo de aprendizagem que irá fortalecer a participação e a cidadania.

A participação almejada, conforme Siedenberg (2006b) é a participação social, ou seja, aquele que favorece a democracia, embora também exerça um papel instrumental na direção dos processos de aprendizagem coletivo e no estimulo ao desenvolvimento. Em que as pessoas ao participar possuam consciência de seus atos, e que a percebam como conquista e que a exerçam de forma voluntária.

A cidadania buscada é a cidadania deliberativa e para que esta seja encorajada é necessário em acordo com Tenório (2004), o entendimento desta como uma ação político deliberativa. Desta forma, esta se constitui nos espaços em que o

individuo participa nas diferentes instâncias de uma sociedade e em diferentes papéis e a sua autodeterminação se fundamentaria na lógica da democracia social com igualdade política e decisória em detrimento da lógica exclusiva do mercado ou da tecnoburocracia estatal. Habermas (apud TENÓRIO, 2004), nessa concepção, defende a postura que o cidadão deve ser democraticamente ativo, ou seja, significa a possibilidade real dos sujeitos influírem na transformação de sua própria situação no campo que vive e atua.

Para tanto, as definições explicitadas serviram de subsídio para a análise da realidade investigada.

4 O NOROESTE GAÚCHO, O MUNICÍPIO DE IJUÍ E O NOVO HOSPITAL BOM PASTOR

Nesse capítulo, apresentam-se características e aspectos históricos do noroeste gaúcho no Estado do Rio Grande do Sul. Mostra-se, também, o município de Ijuí, distinguindo-se de forma resumida aspectos históricos, econômicos e sociais. A seguir, será retratada a realidade do Novo Hospital Bom Pastor, relacionando-o com o Município de Ijuí e com a região do noroeste do Estado.

4.1 O noroeste gaúcho

Compreendida como a região do planalto quanto à forma, com inverno e verão bem definidos, e chuvas o ano todo, compreendida assim como lugar de clima moderado. Quanto à vegetação, possui matas e florestas de características irregulares, que recebe os derrames da bacia do Paraná, que é recortado pelos afluentes do Rio Uruguai, como também é costeado ao sul pelos rios Jacuí e Ibicuí. Conhecida, também, por possuir "campos de solo vermelho artificial e campos de terra roxa das Missões" (ARAÚJO apud BERNARDES, 1997, p. 44). Essas são algumas das características do noroeste gaúcho que vem a refletir na atração de imigrantes, na distribuição da população e na diversificação econômica local.

Nestas condições, viviam no noroeste gaúcho povos indígenas dos grupos tupi-guarani e caingangue (morador do mato). Nos séculos dezessete e dezoito, viviam na região os índios e os padres das Missões Jesuíticas. Contudo, as missões foram destruídas entre 1636-1641 por bandeirantes paulistas, na tentativa de escravizar índios. Em 1682, novas missões foram construídas, entretanto novamente foram derrubadas no ínicio da segunda metade do século dezoito (1756), pelos exércitos da Espanha e Portugal, por motivos políticos (BRUM, 1998).

No século dezenove, localizavam-se na região os índios oriundos das missões. Antes dos imigrantes, veio a região os militares e tropeiros oriundos de São Paulo e Paraná, a estes interessam as áreas de campo para o pastoreio de gado, razão pelo qual a mata era considerada um "estorvo à viabilização de seus interesses econômicos" (BRUM, 1998, p. 19). Aportaram na região, ainda, os

caboclos (lavradores nacionais) que se fixavam em volta da mata ou embrenhavam-se mata adentro fazendo roças de subsistência, extraindo erva-mate e abrindo passagem para os imigrantes europeus.

> No processo de ocupação, esses pioneiros – luso-brasileiros mestiços e africanos – acabaram por confrontar-se com os remanescentes indígenas, de que resultou a dizimação destes últimos. Por outro lado, os caboclos, entrando na mata, abriram caminho para a posterior ocupação definitiva dessa área pelos imigrantes europeus e seus descendentes. Desse processo ocupacionista resultou também a eliminação quase total dos índios – primitivos habitantes destas terras, como de todo país e da própria América. (BRUM, 1998, p. 19).

Por volta de 1849, vieram os colonos[20] europeus oriundos de diversos países, tais como: Alemanha, Itália, Suécia, Polônia, Rússia entre outros. Vieram atraídos pelo clima ameno, pelo solo fértil e pelos lotes de terras cedidas pelo Império[21] em troca da colonização.

Os colonos recebiam lotes coloniais que tinham uma área variável entre 30 hectares no início do século XIX a 22 hectares no final do século. Essa variação foi decorrente da expansão demográfica nas colônias, bem como do tipo de manejo do solo realizado pelos colonos. Pois a rotação das terras, a forma de manejo do solo mais utilizada por estes, não previa o aproveitamento integral da área na propriedade vindo a reduzir a capacidade de população destas.

A cultura da rotação das terras e do colonizar como sinônimo de desmatar preconizado por colonos imigrantes ou seus descendentes, segundo Bernardes, advém do traço cultural herdado dos luso-brasileiros que acreditavam que a agricultura só seria proveitosa na mata, em que o solo humoso compensava o trabalho da semeadura, bem como da tarefa dada pelo governo aos colonos para que estes fizessem recuar a mata virgem.

> A agricultura nos campos exigia um mínimo de capital que os imigrantes dos primeiros anos, empobrecidos pelas comoções na Europa e estipendiados pelo governo, estavam longe de possuir. Não podiam, desde logo, adquirir animais e muitos jamais chegaram a um padrão econômico razoável que

---

[20] Colonos: Agricultores proprietários de pequenas extensões de terra, ou seja, de lotes coloniais (BERNARDES, 1997).
[21] Império: designação de País na época.

> permitisse esta aquisição. Deixaram, pois, de praticar a agricultura nos moldes mais usuais na Europa, em que a criação de gado estabulado está essencialmente combinada à agricultura. A maior parte ficou dependendo, então, do sistema de rotação de terras para continuar obtendo produção razoável. (BERNARDES, 1997, p. 74-75).

Assim, a área cultivada, que não recebe adubo, precisa estar em constante rotação e estando abaixo de um padrão fundiário não vem a garantir a subsistência econômica do agricultor e sua família. Assim, a colônia herdada acaba por ficar nas mãos de um só filho e os demais passam a buscar novas terras em outros Estados como o oeste de Santa Catarina e do Paraná. Pois ao contrário de outras regiões, como a campanha[22], que colonos transformam-se em proletariado urbano, os colonos provenientes da região do planalto permanecem colonos.

> As famílias dos colonos são numerosas e é este o meio mais fácil de obter a mão-de-obra necessária para as inúmeras tarefas na propriedade. É fato muito comentado o de, em tão breve espaço, a descendência dos imigrantes ter atingido, no sul do Brasil, cifras consideráveis. Acresce que as condições reinantes nas zonas agrícola sendo melhores – grau de instrução, alimentação mais farta e variada do que entre a baixa camada da população dos campos – há grandes diferenças quanto ao índice de mortalidade, especialmente a mortalidade infantil [...]. (BERNARDES, 1997, p. 96).

Ainda que muitos filhos de colonos tenham saído em busca de outras matas para desbravar, razão pelo quais alguns mesmo estando na terceira ou quarta geração de imigrantes encontra-se no mesmo nível social e econômico dos primeiros imigrantes que aqui chegaram, outros, porém permaneceram na região noroeste trabalhando e evoluindo do sistema de rotação de terras para o sistema intensivo de rotação de culturas associado à criação de gado estabulado. “Essa evolução esteve na razão direta da possibilidade de se romper o isolamento inicial” (BERNARDES, 1997, p. 94).

Entretanto, a distância dos mercados consumidores dificultou o progresso econômico dos colonos, por vezes por mais de uma geração, ocasionando, ainda, por conta do isolamento, uma queda no nível cultural do imigrante.

---

[22] “O que interessa notar é que nas zonas de campo, especialmente as da Campanha, Depressão Central, Serras do Sudeste e Litoral, o excedente populacional, via de regra, transforma-se em proletariado urbano” (BERNARDES, 1997, p. 96).

Mesmo diante das dificuldades, os imigrantes sempre mantiveram o desejo de se aproximar de seu semelhante, ajudam-se mutuamente. Prova disto, está no fato de que para avançar sobre a mata os colonos buscava apoio nos vizinhos, fato que era facilitado devido aos lotes estreitos nas colônias, que acabaram por promover a proximidade e a cooperação. “Os agricultores da mata procuram se aglomerar e, muitas vezes, subdividindo as terras entre os filhos ainda mais se aproximam” (BERNARDES, 1997, p. 79).

A partir da zona rural, surgem as aglomerações urbanas identificados pelos povoados e vilas que passam a ser constituídos para atender a vida econômica e social da população, tendo como característica o entrosamento e a harmonia da vida rural e urbana surgem às vilas, os distritos e por conseqüências as cidades como Ijuí.

4.2 O município de Ijuí

Ijui foi a primeira colônia oficial da Província em terras do planalto. Na época era denominada de “Colônia Ijuhy Grande”, fundada em 1890, por iniciativa do governo estadual, obtendo sua emancipação político-administrativa somente em 1912.

> A Colônia Ijuí, fundada em 1890 por iniciativa do governo estadual, na orla inferior da floresta subtropical do planalto, entre os campos de Cruz Alta, Santo Ângelo, Tupanciretã e Palmeira das Missões, significou o início da ocupação das últimas áreas disponíveis no Rio Grande do Sul, para onde eram enviados imigrantes recém-chegados da Europa: alemães, teuto-russos, poloneses, italianos, letos, austríacos, húngaros, suecos, franceses, espanhóis e, pouco depois, uma geração moça, excedente das colônias velhas, isto é, das áreas ocupadas inicialmente por alemães e italianos, a partir de São Leopoldo e Caxias do Sul. (MARQUES, 2002, s.p.).

Segundo Marques (2002), pesquisas arqueológicas desenvolvidas pelo Museu Antropológico “Diretor Pestana”, mostraram que houve ocupação indígena de tradição guarani no município, antes da ocupação européia. Estes se mudavam constantemente (a cada dois ou três anos), faziam roças na mata mais densa com instrumentos de pedra e fabricavam utensílios de cerâmica. Os estudos realizados induziram a definição de duas fases arqueológicas: a “Fase Ijuí”, marcada pela

tradição antiga e a “Fase Missões”, marcada pelas influências européias, dentre estas a iniciativa particular, essência do povo ijuiense para o autor.

Antes da colonização pelos europeus, chegaram a Ijuí, os caboclos que trabalharam na extração da erva mate e na abertura e conservação das picadas. Estes receberam como pagamento terras no local. Contudo a história oficial de colonização de Ijuí, conforme Marques, remonta a data de 30 de março de 1890 com a fundação oficial da “Colônia Ijuhy” pelo Estado do Rio Grande do Sul, como o objetivo de ampliar a colonização. Nesse sentido, os primeiros a chegar foram os imigrantes teuto-russos, os poloneses, os alemães, os italianos, os suecos, os austríacos, os letos, após os espanhóis, libaneses, árabes, japoneses e os afro-brasileiros. Esta multiplicidade de cultura fez com que o municipio ficasse conhecido dentre outras denominações como Terra das Culturas Diversificadas.

O período colonial, para Marques foi o momento de ocupação do solo pelos imigrantes que trabalhavam no cultivo agrículo no sistema de trabalho familiar, constituindo-se esta numa forma diferenciada de economia, cultura e escolas.

Marques (2002) coloca que desde o início Ijuí propiciou que fossem desenvolvidas as competências trazidas pelos imigrantes e necessárias ao trabalho, bem como fosse despertada a iniciativa particular que emergiu em ações coletivas, constituindo estas em duas atitudes da alma ijuense. Esta última pode ser reconhecida nas organizações sociais, educacionais e religiosas fundadas pelo povo ijuiense mesmo antes da indústria e do comércio.

Segundo Marques (2002, p. 28), “[...] desde o início, a natureza física de Ijuí desenvolveu e padronizou as aptidões trazidas pelos que aqui vinham, favorecendo os hábitos de trabalho e a iniciativa particular: as duas atitudes básicas da alma”.

A educação desde o início da colonização foi predominantemente popular, ou seja, era promovida pelas diversas comunidades étnicas com seus alunos e professores em turno inverso aos trabalhos agrícolas familiares.

O desenvolvimento econômico do município iniciou com o comércio local dos produtos advindos da agricultura. Após 1920, a intensa exploração trouxe empobrecimento da agricultura e as poucos a cultura de subsistência foi substituída pela cultura de comercialização, principalmente do trigo e da soja, acentuada pela modernização agrícola de 1950.

Já a indústria e o comércio em Ijuí, surgiram por volta de 1910, apartir da madeira derrubada das matas para a agricultura, servindo para a fabricação e o comércio de móveis e utensílios. Surgiu também o trabalho com barro, pedra, cerâmica e as olarias na fabricação de tijolos e telhas. Uma das grandes indústrias da cidade, surgiu em 1918, hoje conhecida como Indústria de Máquinas Agrícolas Fucks S.A – IMASA.

As águas minerais foram descobertas no início da década de 30, de acordo com Marques, trazendo para o município organizações do setor que ajudaram a projetar o nome da Ijuí além do seu território.

Outras indústrias no ramo das bebidas com a produção do vinho e da cachaça, no ramo metal/mecânico, couro, beneficiamento da erva mate, de produtos agrícolas, frigoríficos entre outros compuseram e componhem a história do desenvolvimento econômico do município.

Em 1957, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – FAFI, hoje a Unijuí, recuperou a educação popular por meio de atividades de extensão em Ijuí e municípios vizinhos, essas atividades atraiam um grande número de pessoas e se expandiam ao debate de questões vindas dos participantes.

A Fafi em 1961, com o objetivo de retomar o espirito comunitário que a modernização vinha a destruir convocou profissionais de diversas áreas para uma assembléia comunitária “convocando voluntários para uma organização que não nasce feita, nem cópia de outras iniciativas, mas deve ocorrer dentro de Ijuí, as feiçoes de Ijuí” (MARQUES, 2002, p. 67). Esta iniciativa, deu origem as associações de amigos nos Bairros, Círculos de Pais e Mestres, Clubes de Donas de Casa, o

Museu Antropológico Diretor Pestana entre outros, com reflexo também no meio rural.

> Essa semente plantada vem frutificando ano a ano, evidentemente com períodos de maior ou menor vigor, fazendo de ijuí uma terra de culturas diversificadas, tanto no sentido material como no educacional. Cumpre, no entanto, ressaltar os levantamentos dos problemas do município para encaminhá-los aos setores governamentais do Municipio e Estado, como Planejamento Participativo, em documentos que elencavam: a) os problemas que as próprias comunidades deveriam resolver;b) as questões que deviam constar no Orçamento do Município; c) os problemas da alçada do Governo Estadual. (MARQUES; BRUM apud MARQUES, 2002, p. 68).

Em 1981, com o objetivo de apresentar a produção de Ijuí, bem como a dos municipios próximos, nasceu a Expo-Ijuí, feira de destaque reginal e estadual, que mostra o comércio, a indústria, a agropecuária, o vestuário e o artesanato. Concomitantemente a Expo-Ijuí é realizada a Fenadi - Festa Nacional das Culturas Diversificadas, criada em 1987, com o objetivo de apresentar os aspectos culturais dos antepassados por meio da festa das etnias como é conhecida. Estes espaços refletem um constante desafio a sociedade local, segundo Marques (2002).

Ijuí também é conhecida como “Cidade Universitária” devido a atuação regional da Unijuí- Universidade Regional do Noroeste do Estado, reconhecida como universidade em 20 de outubro de 1985. Em 1993, a Unijuí teve seu caráter regional e multicampi reconhecido ampliando seu reconhecimento regional por meio dos campi: Ijuí, Santa Rosa, Panambi e Três Passos e dos núcleos universitários em Santo Augusto e Tenente Portela. As características marcantes como a marca regional e interiorana, a dimensão pública não-estatal e comunitária, a autogestão, o desenvolvimento, a articulação dinâmica entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O compromisso regional da Unijuí advém do princípio herdado pelos Freis Menores Capuchinhos que em conjunto com lideranças regionais, deram origem a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI) em 1957 e ao que é hoje a mesma, conforme destaca Brum (1998).

Na prestação de serviços, Ijuí destaca-se na saúde, pelas ações que são sustentadas por hospitais equipados e por profissionais capazes de prestar atendimento a pacientes do municipio e da região.

Na agropecuária, hoje o município é caracterizado por minifúndios e caracteriza-se, principalmente pela produção primária de soja, leite, trigo, milho, suínos, cultivo de peixes e hortigranjeiros, segundo a Empresa de empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural e Associação Sulina de Crédito e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul - EMATER-RS/ASCAR.

Para ilustrar como está atualmente Ijuí em termos de desenvolvimento socioecônomico, apresenta-se os indicadores econômicos e sociais dos municípios que compõem o COREDE Norc, conforme a Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Indicadores econômicos e sociais dos municípios que compõem o COREDE – NORC no Rio Grande do Sul

Município	**Área**	**População 2.000**		**Rural**		**Total**	**PIB 2003 R$**	**2003**	**PIB per capita 2003**	
Região	**Km2**	**Urbana**		**N Hab.**	**%**	**N Hab.**	**1.000 2007**	**Posição**	**R$**	**Posição**
		N Hab.	**%**					**No RS**	**1.000**	**no RS**
Ajuricaba	323,24	3759	48,76	3950	51,24	7709	119.143	169	16.409	135
Augusto Pestana	347,44	3328	40,71	4845	59,29	8173	115.031	172	15.816	150
Bozano	201,04	*		*		*	34.997	397	15.242	161
Catuípe	583	6180	60,60	4018	39,40	10198	141.341	149	14.880	168
Condor	465	3420	52,68	3071	47,32	6491	132.286	154	20.022	74
Coronel Barros	165	1599	65,15	855	34,85	2454	38.296	380	15.689	155
Ijuí	689, 124	67.397	85,89	11.064	14,11	78.461	1.233.776	22	16.078	146
Jóia	1.236	1975	23,84	6309	76,16	8284	166.466	136	20.107	71
Nova Ramada	257	-		2723	100	2723	41.110	367	16.705	128
Panambi	491	28291	86,75	4319	13,25	32610	601.133	47	16.533	132
Pejuçara	414	2668	63,69	1521	36,31	4189	93.666	195	24.017	31
COREDE Norc	5.168,1	-		-		165.786	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	281.748.538	1.874.554,8	18,4	8.313.243,10	81,6	10.187.798	176.61 5.073	-	16.689	-

* Município criado em 2001; os dados estão inseridos no município de origem - Ijuí.
COREDE Norc com a configuração de 2008 – 11 municípios

4.3 O Novo Hospital Bom Pastor

O Novo Hospital Bom Pastor é oriundo da Associação Hospitalar Beneficente Bom Pastor e tem sua origem ligada às dificuldades de acesso à assistência médico-hospitalar, especialmente das famílias do meio rural, tendo seu inicio marcado pela vontade da população.

Frantz (2003) destaca que as raízes históricas do Hospital Bom Pastor estão na experiência associativa e cooperativa das famílias da região. “Essas raízes foram plantadas na experiência cooperativa e se desenvolveu na cultura comunitária, alimentadas pelo vigor participativo que nascera da mobilização social do Movimento Comunitário de Base, iniciado na década de 60” (FRANTZ, 2003, s. p). Este movimento contribuiu, segundo o autor, no debate político, na participação e no esforço pela organização de grupos e associações.

A história do hospital é caracteriza por ser uma instituição de utilidade pública federal, estadual e municipal, de caráter filantrópico. Atualmente se constitui num hospital de pequeno porte com 35 leitos e um corpo clínico formado por 97 profissionais, classificado pela Secretaria Estadual de Saúde como estabelecimento de abrangência microrregional.

Já o Novo Hospital Bom Pastor, teve seu projeto inicial construído por uma equipe multidisciplinar composta pela diretoria do Hospital, profissionais técnicos (médicos e enfermeiros), por professores da UNIJUÍ, por representantes da 17º Coordenadoria Regional de Saúde e da Secretária Municipal de Saúde com o objetivo de qualificar sua assistência nas áreas de clínica médica, cirúrgica, obstetrícia e pediátrica, agregando as especialidades de geriatria, psiquiatria (com enfoque para dependência química) e implantação de serviços de parto humanizado (HOSPITAL BOM PASTOR, [2003?].

Constituir-se como hospital geral com especialização em geriatria e psiquiatria com enfoque em dependência química é o foco do projeto “Novo Hospital Bom Pastor”. Os objetivos do projeto são: dotar a região de serviço especializado em geriatria e psiquiatria, atender uma população de cerca de 780 mil habitantes

abrangendo 70 municípios da região noroeste do Estado, implementar serviços nas áreas de urgência e emergência – 24 horas, com atendimento ambulatorial e assistência domiciliar, implantar UTI adulto com 10 leitos.

Como benefícios do Novo Hospital estão previstas a ampliação da resolutividade dos serviços oferecidos, realização de cursos de qualificação técnica de pessoal na assistência médica, proporcionar terapias alternativas, com espaço para lazer, recreação e relaxamento; ampliar campos para estágio dos cursos da área de saúde da Unijuí (enfermagem, fisioterapia, educação física, nutrição, farmácia, psicologia entre outros); desenvolver programas de prevenção de doenças, criação do serviço *home care* (internação domiciliar), criação de espaço específico para o ensino e pesquisa, geração de novos postos de trabalho, fortalecer Ijuí como referência na área da saúde e atender Ijuí e região com serviços especializados em saúde. Para tanto, pretende, intensificar a parceria com Unijuí para a constituição da unidade de ensino e pesquisa.

Como fontes de financiamento do projeto, o Hospital Novo Bom Pastor conta recursos das instâncias públicas como a União, o Estado e os Municípios e como recursos da iniciativa privada como universidade, cooperativas, e pessoas físicas e jurídicas. Projetando que 2/3 dos recursos serão obtidos junto a órgãos públicos e 1/3 com a iniciativa privada (PROJETO NOVO HOSPITAL BOM PASTOR, 2005).

Para fazer frente a este planejamento, o Novo Hospital conta atualmente com a estrutura de organograma organizada na forma piramidal, em que no topo está à direção seguida da administração que engloba os serviços área de laboratório, do corpo clínico entre outras. Já a diretoria é composta por associados da Sociedade Hospitalar Beneficente Bom Pastor[23] eleitos em assembléia por um mandato de três anos. A nova diretoria foi eleita em 04 de janeiro de 2010 para a gestão 2010/2012.

---

[23] Sociedade Hospitalar Beneficente Ijuí – Hospital Bom Pastor é uma instituição de utilidade pública federal, estadual e municipal, com registro no Conselho Nacional de Assistência Social, de caráter filantrópico, regida pela diretoria composta por pessoas da comunidade, que desempenham seus cargos de forma voluntária. Foi criada em 1988 (TRAJETÓRIA HISTÓRICA. HOSPITAL BOM PASTOR).

Para ser associado da Sociedade Hospitalar Beneficente Ijuí – Hospital Bom Pastor é necessário que a iniciativa se origine na vontade do próprio interessado ou da indicação de um membro da diretoria ou de outro associado. Em ambos os casos o nome do candidato é submetido à aprovação da Diretoria da entidade. Uma vez aprovado este passa a condição de associado cujos direitos e deveres são previstos em Estatuto.

Com o mesmo desenho de ação da sua fundação, o Novo Hospital Bom Pastor, pretende ampliar sua estrutura em local próprio, visando qualificar o atendimento à população de Ijuí e região. A Figura 1 mostra as placas de identificação do Novo Hospital Bom Pastor.

Figura 1 - Placas de Identificação do Novo Hospital Bom Pastor

Fonte: Autora, registro em 28 de janeiro 2010.

5 INSTITUIÇÕES E PROCESSOS

5.1 A consulta popular no Estado

Para Frizzo (2007), desde a criação dos COREDES em 1991, no governo Alceu Collares, já se elegiam projetos prioritários para que estes pudessem fazer parte do orçamento estadual. Pois segundo o mesmo, estava presente na concepção dos COREDES na época, a descentralização administrativa e a desconcentração econômica do orçamento do Estado. Desta forma, o trabalho dos COREDES de encaminhar projetos regionais ao governo do estado pleiteando recursos do orçamento estadual caminhava nesta perspectiva, conforme esclarece o trecho abaixo.

> Desde a criação do nosso Corede nós já apresentávamos uma extensa lista de demandas e de necessidades da região para serem contempladas no orçamento para a região em 1992. Mas não se tratou no governo Collares e nem no governo Britto de uma consulta popular nos moldes como é feita e nem parecida com que é feita hoje. Nós trabalhávamos com uma região, com as comissões setoriais dos municípios coletávamos aquilo que era colocado como as principais necessidades ou demandas, pensávamos claro, naquilo que era estrategicamente importante para o desenvolvimento da região e formulávamos projetos e propostas que eram encaminhados ao governo do Estado pleiteando que isso fosse para seu orçamento. (FRIZZO, 2007).

Em acordo ao presidente do COREDE Norc, em 1991, eram encaminhados projetos e propostas oriundas das regiões para o governo do Estado, na expectativa de que essas pudessem vir a fazer parte do orçamento estadual. Para o mesmo entrevistado o sucesso desses encaminhamentos no COREDE Norc chegou a cerca de 10% daquilo que havia sido solicitado, com conquistas importantes para a região no que tange ao início de novos projetos e a aquisição de máquinas e equipamentos. Entretanto, já se vislumbrada a necessidade de revisão e aprimoramento do processo, como se pode observar.

> Tivemos um êxito no que nós poderíamos avaliar em mais ou menos 10% daquilo que se solicitava e se conseguia ver atendido. Mas tivemos importantes conquistas para a região, houve projetos que iniciaram, houve equipamentos adquiridos para servir a região como patrulhas mecanizadas conseguimos até uma perfuratriz rotopneumática para abrir poços artesianos. Quer dizer houve avanços, mas naturalmente a situação era muito irregular não havia alguma coisa que amarrasse como houve principalmente a partir do governo Rigotto. (FRIZZO, 2007).

Os encaminhamos das demandas por meio de projetos e propostas das regiões ao governo do estado, pleiteando para que esses fizessem parte do orçamento estadual aconteceram desta forma por sete anos, ou seja, nos quatro anos do governo Collares e nos três primeiros anos do governo Britto. Assim no último ano do governo Britto, em 1998, foi instituída a Consulta Popular e a primeira lista de votação da história dos COREDES no Estado do Rio Grande do Sul.

> Ai no último ano do governo Britto, foi instituído assim meio de repente, com certeza de cima para baixo, a Consulta Popular. Instituiu no sentido strito da palavra, realmente ele encaminhou um projeto para a assembléia assim meio a "toque de caixa" e em seguida ele assinou e publicou um decreto com a regulamentação da lei. E nós no sufoco em pouco mais de um mês ficamos "correndo feito louco" e produzimos uma lista de votação para esta que foi a primeira lista de votação na história dos Coredes no Estado do Rio Grande do Sul. (FRIZZO, 2007).

A consulta popular do governo Britto instituída em 1998, serviu de alicerce para a consulta popular de 2003 implantada no Estado neste ano. Contudo, em 2003, o Estado já possuía para além da experiência da Consulta Popular do Governo Britto, também a experiência do Orçamento Participativo do governo Olívio Dutra de 1999 a 2002, que também contribuiu com vivências positivas e negativas, conforme ressalta Frizzo (2007):

> [...] E que no fundo quatro anos depois ou cinco anos vai inspirar a consulta popular que aconteceu nos quatro anos do governo Rigotto. Até por um pacto entre o governo Britto e Rigotto, Rigotto manteve a espinha dorsal da Consulta Popular do governo Britto, mas claro com um monte de ajustes, ficou praticamente a espinha dorsal os detalhes todos foram aperfeiçoados já com a experiência do Orçamento Participativo seus acertos e seus equívocos.

Para o presidente do COREDE Norc e atual presidente do Fórum dos COREDES o Orçamento Participativo do governo Olívio Dutra "não deixou de ser uma consulta popular em outras bases" (FRIZZO, 2007). Desta forma, os COREDES consideram que estariam em 2007 na décima consulta popular. Haja vista que houve no Estado a consulta popular do governo Britto, os quatro anos do Orçamento Participativo do governo Olívio Dutra e os quatro anos de Consulta Popular do governo Rigotto, totalizando nove consultas populares.

> O orçamento participativo teve uma dinâmica completamente diferente não havia a votação em cédula formal em urna, era mais por aclamação, o que deu ensejo a muita distorção. Era mais um processo de militância do que de priorização de necessidades para a região, mas de qualquer forma não deixou de ser um processo de ouvir a população, no sentido do que deve ser feito em cada região. Sendo assim, uma espécie de consulta popular. (FRIZZO, 2007).

No início de cada período eleitoral para governo do estado, os COREDES, produzem material de discussão para ser debatido com os candidatos ao governo estadual visando assegurar a continuidade do processo naquilo que a história tem mostrado que deva permanecer. De modo geral, segundo Frizzo (2007), o compromisso é firmado com os candidatos. Contudo apesar de firmado o compromisso entre o candidato Olívio Dutra e os COREDES em relação à continuidade dos trabalhos destes no Orçamento Participativo, isso não aconteceu. Em acordo com Allebrandt (2006b), a colaboração dos COREDES na promoção do OP foi restabelecida, mais tarde, não acontecendo de forma uniforme em todas as regiões do Estado.

Em janeiro de 2003, momento em que Germano Rigotto foi eleito o novo governador do Estado, os COREDES foram apresentados ao interlocutor da consulta popular junto ao governo do Estado. Esse papel foi desempenhado pelo Vice-Governador, na ocasião, o Sr. Antonio Hohlfeldt, que a partir deste momento, iniciou juntamente com os COREDES a composição de proposta de um novo modelo de consulta popular para o Estado.

> Então logo no início do governo Rigotto, nós começamos com um processo de concepção do modelo de consulta popular. Nós não queríamos o Orçamento Participativo, mas entendíamos que o mesmo tinha muitas lições, tinha muitos procedimentos válidos. Também não queríamos exatamente a Consulta do Britto de 1998, mas nós entendíamos que a metodologia mais semelhante ainda era aquela. Só que nós fizemos um misto entre Consulta Popular de 1998 e Orçamento Participativo e inovamos em algumas coisas e aperfeiçoamos aquilo que entendíamos que deveria ser tanto em um quanto no outro e surgiu esse modelo de Consulta Popular que foi praticado nos quatro anos de governo Rigotto. (FRIZZO, 2007).

Segundo Frizzo (2007) e Allebrandt (2010), o que foi mantido do Orçamento Participativo na Consulta Popular criada em 2003, foram as assembléias municipais com a participação direta da população. Também foram resgatadas do Orçamento Participativo as audiências públicas para definição das diretrizes orientadoras do

processo, bem como a ampliação do colegiado da assembléia que define a lista de votação que será submetida á população, por meio da incorporação de representantes dos municípios eleitos em acordo ao número de participantes.

> Isso também foi um aprendizado do Orçamento Participativo, quer dizer, o município realiza as assembléias municipais com cem munícipes participando, assim o município terá direito a um representante. Caso ele tenha mais participante, o município pode também, ampliar o número de representantes que participaram da assembléia geral do Corede que irá aprovar a lista de votação, ou seja, a lista dos projetos que serão submetidos a votação da população que propriamente se chama consulta popular. Que é o momento que conta com a participação direta da população, de todos os eleitores (FRIZZO, 2007).

A consulta popular implantada em 2003, segundo Frizzo (2007), apresentou na prática como um dos principais pontos positivos, o acompanhamento permanente do interlocutor, o vice-governador Sr. Antonio Hohlfeldt. Por outro lado, deixou a desejar em alguns aspectos como: a receptividade em algumas secretárias, chegando a ocorrer o boicote dos encaminhamentos vinculados a Consulta Popular, quando o assunto não era de interesse destes, sendo necessário, nestes casos, pressão dos COREDES junto ao governo do Estado, para que os encaminhamentos fossem realizados. Ocorreu, ainda, desinformação por parte dos agentes das secretarias sobre os trâmites da consulta popular.

Contudo, a principal dificuldade da Consulta Popular foi a não execução ou a execução não equitativa em relação ao que havia sido decidido pela população.

> O principal problema da consulta popular que foi crônico tanto no Orçamento Participativo quanto na Consulta Popular foi a não execução daquilo que era decidido ou para ser mais exato uma execução muito acanhada, pequena do que era decidido. E o resultado está ai hoje nós temos mais de 500 milhões atrasados das três consultas populares que deveriam ter sido executadas no governo Rigotto e mais 3 milhões deste ano, mas ainda está em tempo do governo se capacitar e executar. (FRIZZO, 2007).

Destaca-se, em acordo com Frizzo (2007), que o melhor índice de execução das prioridades eleitas, foi alcançado na primeira consulta popular em 1998, por parte do governo Olívio Dutra em 1999. Esse compromisso foi negociado entre o governador e os COREDES ficando a execução próxima a 100%, constituindo-se no

melhor índice de execução, quer seja no próprio Orçamento Participativo ou até mesmo nas Consultas Populares do governo Rigotto.

O primeiro semestre do governo Yeda, iniciado em janeiro de 2007, foi marcado por um período de expectativa em relação à continuidade ou a não continuidade da Consulta Popular no Estado, conforme relata o presidente do COREDE Norc em 2007.

> Hoje nós estamos no escuro ainda no governo Yeda, embora passados seis meses de governo nós ainda não temos uma definição concreta sobre a realização da consulta popular em 2007 para o orçamento de 2008. O porta voz dela, agora nosso interlocutor, é o secretário de relações institucionais junto aos Coredes. Ele tem nos inteirado desde janeiro sobre a disposição do governo em realizar a consulta popular ainda este ano, mas de concreto não acontece. E já está praticamente esgotado o prazo para se iniciar um processo de CP, já devíamos estar na metade do processo. (FRIZZO, 2007).

Também compuseram esse cenário de incerteza, o desgaste do processo, o descrédito da população frente à Consulta Popular e a frustração geral por conta da execução não equitativa das Consultas Populares realizadas principalmente durante o governo Rigotto (FRIZZO, 2007; ALLEBRANDT, 2010).

> Hoje existe no senso comum uma unanimidade de que é preferível não haver consulta popular a essa enganação, quer dizer, faz à Consulta Popular, a população vem votar, gera esperança e depois frustra. Isso é extremamente desgastante. (FRIZZO, 2007).
> [...] Então essa dificuldade do governo na parte da execução é que vai fragilizando a credibilidade do processo. (ALLEBRANDT, 2010).

Diante deste contexto, os COREDES apresentaram propostas ao governo do Estado, em 2007, visando à permanência do processo no Estado. A primeira se referiu à possibilidade de flexibilização do parcelamento do passivo dos projetos da consulta popular não executado pelo governo Rigotto, durante os quatro anos do governo Yeda. A outra proposta apresentada estava relacionada à possibilidade de redução dos valores do orçamento estadual destinado a consulta popular de 2007/2008, conforme destacam o presidente do COREDE Norc e o coordenador do COMUDE em Ijuí.

> Os Coredes estão tentando manter a chama do processo em pé. Por que mesmo achando que essa não é a principal atribuição do Corede. O processo de participação popular nós a manteremos porque sem processo de participação popular não dá para falar em Coredes [...]. (FRIZZO, 2007).
> [...] só no governo Rigotto 2003-2006 havia um passivo na ordem de 390 milhões não executados. Então os Coredes e o governo tentaram construir um compromisso sério de que o governo reconhecesse o passivo e fizesse uma proposta efetiva de pagamento desses valores, ou seja, o governo o pagaria em 4 anos. (ALLEBRANDT, 2010).

Em agosto de 2007, aconteceu o que seria a décima consulta popular na visão dos COREDES. O governo Yeda assumiu o compromisso de pagar o passivo das consultas populares dos quatro anos de consulta popular e a pagar integralmente a consulta popular de 2006 cuja competência referia-se a 2007, portanto no seu governo.

Na consulta popular de 2007/2008, ocorreu uma redução de R$ 303.364.515,00 da consulta popular anterior, ou seja, de 2006/2007 do Governo Rigotto, para R$ 40 milhões, conforme relata o coordenador do COMUDE em Ijuí (ALLEBRANDT, 2010).

> Em 2010 o governo está pagando a última parcela. E isso ele cumpriu religiosamente. Aquilo que foi acertado foi cumprido. Isso aconteceu no inicio do governo Yeda. Foi um processo de negociação com os Coredes que acabou culminando nessa proposição. E também em função disso que o governo disse para nós que só poderia disponibilizar para a consulta popular “tanto e vamos cumprir o passado”. Então o governo cumpriu os 40 milhões da consulta popular e mais ou menos 50 milhões do passivo. (ALLEBRANDT, 2010).

Já em 2008/2009 foi disponibilizado R$ 50 milhões para a consulta popular, e à medida que os pagamentos das consultas populares foram se efetivando a população foi novamente se motivando para participar do processo, conforme salientou o presidente do Fórum dos COREDES (2010).

> [...] Assumiu também o compromisso de manter a consulta popular em pagamento integral daquilo que o governo disponibilizasse e a população elegesse. Então isso lentamente provocou uma recuperação do crédito e um reforço à motivação para a população votar e veio crescendo na medida em que o governo também passou a aumentar os valores disponibilizados. (FRIZZO, 2010).

Em 2009, o valor disponibilizado para a consulta popular foi de R$ 115 milhões, sendo acrescentada a novidade de que 15% deste valor, ou seja, R$ 15 milhões fossem distribuídos posteriormente entre as regiões, com base em um índice gerado a partir do volume de participação. Esta proposição, conforme Allebrandt (2010) surgiu no Governo do Estado e foi apresentada para os COREDES.

> Essa metodologia implantada em 2009 que se por um lado pode ser entendida como uma jogada estratégica do governo. Por outro lado, os Coredes, entenderam quando veio à proposta, (houve uma discussão longa feita em duas assembléias do Fórum dos Coredes sobre isso e alguns Coredes realizaram reuniões em suas regiões sobre o assunto) que eles, os Coredes, sempre defenderam a mais ampla participação possível, e que esse era um mecanismo de privilegiar a participação, de premiar. (ALLEBRANDT, 2010).

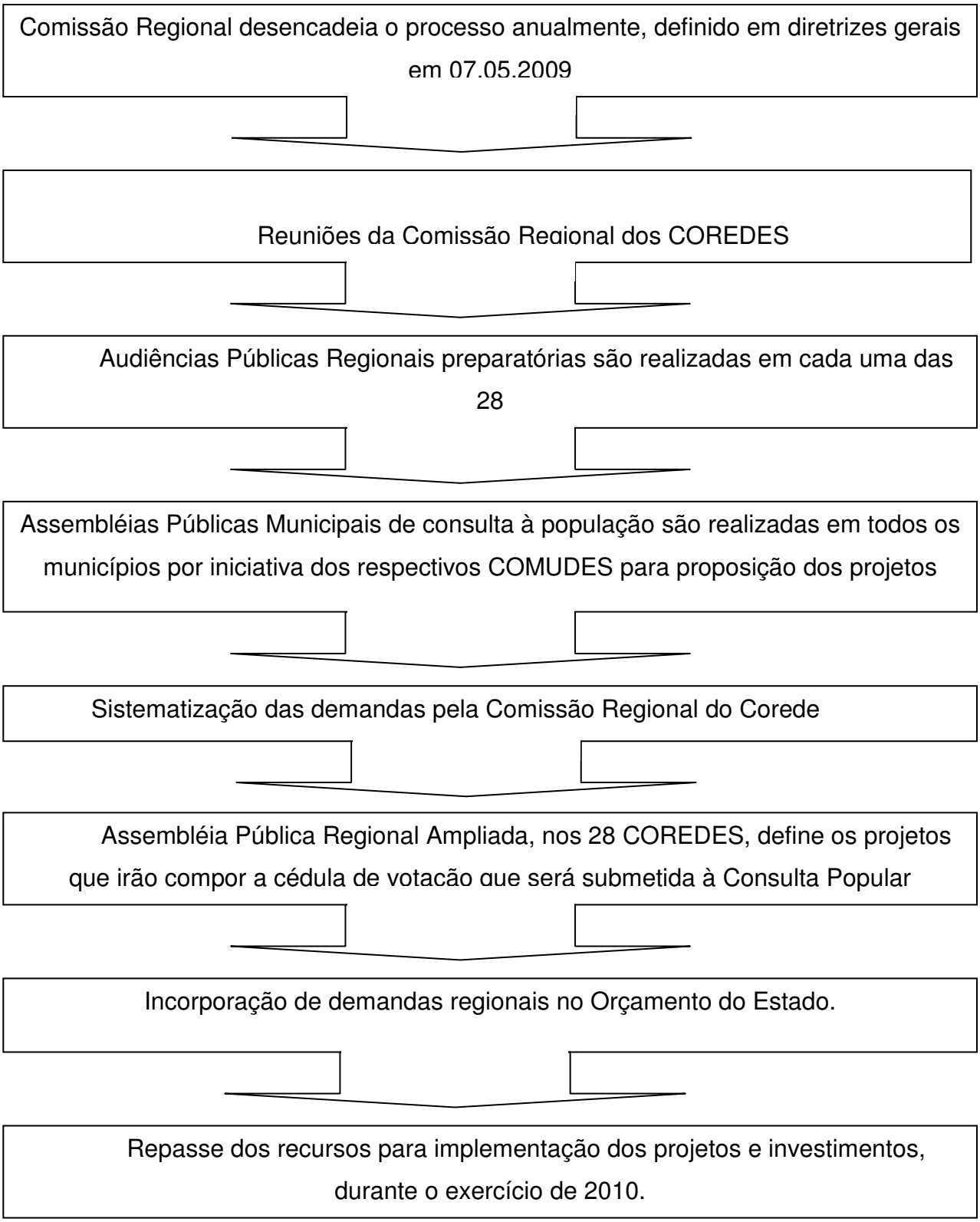
Segundo o Presidente do Fórum dos COREDES (2010), os COREDES entenderam que a nova metodologia proposta pelo governo estadual de distribuir parte dos recursos posteriormente à votação, considerando o volume de votos, é positiva, pois pode vir a motivar as lideranças políticas e a população a ampliar seu envolvimento e participação no processo. “Então obviamente que isso deu esse salto. Vamos ver se isso se mantém agora em 2010, então tem ai um desafio pela frente até porque esse é um ano eleitoral” (ALLEBRANDT, 2010).

O processo de Consulta Popular realizado anualmente no Rio Grande do Sul é regulamentado pelo Decreto nº 46.332, de 06.05.09 (RIO GRANDE DO SUL, 2010), “dispondo sobre a Consulta direta à população [...] e definindo os investimentos e serviços de interesse regional a serem incluídos na proposta orçamentária anual do Estado”.

O Decreto nº 46.332, de 06.05.09, trouxe como novidades no processo a ampliação o número de projetos estruturantes que constam na cédula de votação de 10 para 14 projetos e o acréscimo de 15% no orçamento para Consulta Popular a ser distribuído posteriormente aos COREDES de acordo com a participação dos eleitores no pleito.

O Processo de Participação Popular é desencadeado em todo o Estado do Rio Grande do Sul, após a definição de critérios de estruturação e distribuição dos recursos, assim como o montante dos recursos a ser disponibilizados para cada região no ano seguinte. A figura 2 apresenta o fluxograma do processo de consulta popular.

Figura 2 – Fluxograma do Processo de Participação Popular em 2009



Fonte: adaptado de Wesendonck (2009).

No âmbito das regiões, o processo de organização da Consulta Popular ocorre a partir do momento em que o COREDE convoca a assembléia regional e neste momento são definidas as diretrizes do processo na respectiva região, assim como os programas estruturantes do desenvolvimento regional. Essas diretrizes deverão ser respeitadas pelas assembléias públicas municipais em cada município, neste são discutidos os projetos importantes para a região do COREDE a que pertence. Assim, os municípios encaminham os projetos, cuja quantidade é definida na primeira assembléia regional do Corede. Após ocorre a assembléia ampliada[24] e neste momento é que são definidos os projetos em um número de até quatorze projetos que irão fazer parte da cédula de votação.

> [...] Ai os municípios, isso também é definido na assembléia regional inicial, encaminha um número X de projetos. Em 2009 foram 8 projetos. Cada município encaminha 8 projetos. Nosso Corede tem 11 municípios então são 88 projetos. Esses projetos não vão todos para a cédula. Na assembléia ampliada porque ai já está junto os delegados eleitos antes na assembléia municipal, para cada 20 participantes, são eleitos 1 delegado se não me engano, então esses delegados mais a assembléia geral do Corede é que vai dizer dos 88 projetos, os até 14 projetos que iram compor a cédula de votação. Claro que dos 88 muitos vão se repetir. (SLA, Coordenador do Comude, 2010).

Em termos de distribuição de recursos para os projetos na cédula de votação ocorre uma negociação na primeira assembléia regional, na expectativa que um número maior de áreas possa participar do processo de consulta popular.

> O Novo Hospital Bom Pastor em 2009 foi beneficiado, então já ficou claro que em 2010 ele não terá recursos. Já houve uma espécie de acordo na primeira discussão. O Corede tem tentado fazer, desencadeia o processo e diz: Olha vão pensando como vamos fazer esse ano. Na última vez houve muita discussão porque entrou toda uma defesa para privilegiar um projeto que seria para o aeroporto. [...] Então o Corede sempre tentou privilegiar a agricultura, saúde, educação e ações de desenvolvimento mais amplas tipo o aeroporto. O projeto do Novo Hospital Bom Pastor e HCI têm sido privilegiados muitas vezes. Esse ano se privilegiou o Novo Bom Pastor e Ijui tem feito o seguinte: na assembléia municipal chegamos a 900 pessoas, em torno disso, então nessa assembléia para definir quais os projetos de se encaminha, temos o formulário que é distribuído nas entidade e segmentos da sociedade, onde estes tem que preencher com os dados do projeto, justificativa, previsão de recursos e depois encaminhar ao Comude. O Comude leva a assembléia então tem um processo não é simplesmente decidido entre dois, três. É um processo público aberto. Vinculam-se na rádio, nos jornais os prazos para entrega dos projetos. O Novo Bom Pastor

[24] Assembléia ampliada refere-se à assembléia geral do Corede acrescido dos delegados eleitos anteriormente na assembléia municipal. Sendo para cada 20 participantes, pode ser eleito 1 delegado.

> encaminha e lá no dia se decide. Inclusive o Bom pastor fez a espécie de um projeto conjunto com a CISA - ele é mais abrangente porque atende todos os 11 municípios. Então se é para remédio, todos os municípios vão ser beneficiados. Entra também o hospital de Augusto Pestana – doença mental também. Então ficou em 2010 para esse hospital.

Essa negociação tem recebido criticas segundo o Coordenador do COMUDE, contudo este reitera que a assembléia regional é realizada com o objetivo de que sejam definidas as diretrizes do processo, bem com diz respeito, na visão do mesmo, que a visão estratégica de desenvolvimento seja discutida. Pois se ficar sempre as mesmas áreas participando do processo de consulta popular, o debate ficará comprometido.

> Até tem se ouvido algumas críticas que há uma espécie de condução do processo. Mas a assembléia é feita para isso ela define diretrizes. Na assembléia ela poderia ter dito deixa vir todos os projetos o mais votado é que vai levar. Só que a gente sabe com toda história do OP e da consulta popular 1998, 2003 e 2004 que se isso deixa assim sempre vai ganhar educação e saúde. E ai agricultura não consegue. E ai se acaba privilegiando só aquelas áreas que a rigor já tem uma proteção constitucional de que os governos são obrigados a aplicar 25% ou no mínimo 15% em saúde ou educação. Então eles já têm uma proteção. Então por isso que a gente entende que as diretrizes têm que existir. Vota-se na assembléia 6 ou 7 áreas prioritárias e se defini o montante de valores. Agricultura tanto, aeroporto tanto, saúde tanto. Ai pode aparecer outros projetos. O Novo Bom Pastor conseguiu negociar com o Cisa e em função disso os prefeitos dos 11 municípios apoiaram o Bom Pastor. E uma forma de se garantir que a visão estratégica de desenvolvimento seja discutida. Se ficar só na saúde e educação não se está discutindo estrategicamente. Aliam na educação os recursos só vão para escolas estaduais. São recursos importantes, mas bem o mau o governo tem que cumprir. Claro talvez ele fosse cumprir em Cruz Alta e não em Ijuí. A agricultura para nossa região é fundamental. Bom mais como vai fazer? Se a agricultura hoje não tem força de voto? Porque a maioria das pessoas hoje vive na área urbana e não se dão conta que tudo gera em torno da agricultura. O PIB da agricultura hoje em Ijui é em torno de 10, 12% mas o serviço que gera em torno da agricultura e só olhar o comércio. O tem de empresas de implementos, veterinária, insumos tudo voltada à agricultura. (SLA, Coordenador do Comude, 2010).

5.2 O Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Noroeste Colonial – COREDE - Norc

Os COREDES[25], sigla pelo qual são reconhecidos na sociedade os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, surgiram das discussões relativas ao

---

[25] COREDES - Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter regional, fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visem ao desenvolvimento regional, aberto à

desenvolvimento regional do final dos anos 80, ainda no governo Simon, ocasião em que se debatia sobre a regionalização dos recursos públicos estaduais na área da Ciência e Tecnologia, conforme Allebrandt (2006b).

Em 1990, o governador eleito, Alceu Collares do PDT, examinava a proposta de instalação de Conselhos Regionais de Desenvolvimento como órgãos de suporte às ações de governo "pensados como espaço descentralizado de decisão, espaço este aberto à participação plural que também assumiria a corresponsabilidade na implantação de políticas públicas". (ALLEBRANDT, 2006b, p. 46).

O processo de criação dos COREDES iniciou em 1991, contudo a instalação legal ocorreu apenas em 1994, pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro e pelo Decreto 35.764, de 29 de dezembro do mesmo ano.

Após este período, os COREDES somente conquistaram voz no último ano do governo Britto (PMDB-PSDB), com a adoção da Consulta Popular, que figura sobre a consulta direta à população quanto à destinação de percentual do Orçamento Estadual referente a investimentos que sejam de interesse de determinada região, de acordo ao mesmo autor.

As experiências ocorridas desde a implantação fizeram com que os COREDES, segundo Allebrandt (2006b), percebessem com maior clareza sua atuação na sociedade. Nesse sentido, o papel dos COREDES centrou-se na promoção do desenvolvimento regional e na participação no processo de definição e alocação dos recursos orçamentários (quer seja na forma de Consulta Popular ou na forma de Orçamento Participativo).

Os COREDES vieram a assumir a coordenação e a discussão, a definição e alocação dos recursos orçamentários em nível de cada região e os COMUDES na esfera municipal, com a implantação do Processo de Participação Popular – PPP, do

---

participação da comunidade regional (poderes públicos, setor produtivo e sociedade civil organizada), por meio da democracia representativa e participativa.

governo de Germano Rigotto (PMDB/PSDB). O PPP veio a substituir o Orçamento Participativo – OP na definição de recursos estaduais para investimentos no Estado.

Para Allebrandt (2006b), os COREDES consolidaram sua atuação durante as quatro gestões públicas estaduais, ainda que os governos tenham tido dificuldade para arcar com as necessidades de investimentos da sociedade.

O mesmo autor também faz referência à dificuldade da atuação dos órgãos setoriais do Estado. Nesse sentido, as três macrorregiões (Norte, Nordeste e Sul) demonstram uma "divisão muita ampla, agregando espaços heterogêneos, dificultando o planejamento de ações concretas que beneficiem toda a região" (ALLEBRANDT, 2006b, p. 47)".

A solução, segundo o autor, estaria no estudo que o governo estadual apresentou à sociedade com resultados prévios do *RumoS 2015: Estudos sobre Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes no RS*, que propõe que o governo estabeleça a regionalização de planejamento, ou seja, realize uma divisão do espaço gaúcho em nove regiões de planejamento. Essa nova configuração viria a fortificar a atuação dos COREDES, com o aprimoramento do processo de organização da sociedade, solidificando a cidadania e as competências das regiões.

Os COREDES estão organizados, atualmente, segundo o Portal dos COREDES RS (ALLEBRANDT, 2010), em subseções que correspondem a 28 regiões: Alto da Serra do Botucarai, Alto Jacuí, Campanha, Campos de Cima da Serra, Central, Celeiro, Centro Sul, Fronteira Noroeste, Fronteira Oeste, Hortênsias, Jacuí Centro, Litoral, Médio Alto Uruguai, Metropolitano do Delta do Jacuí, Missões, Nordeste, Noroeste, Norte, Produção, Paranhana - Encosta da Serra, Rio da Várzea, Serra, Sul, Vale do Jaguari, Vale do Cai, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Rio Pardo *e* Vale do Taquari.

Até 2008, a região noroeste de atuação do COREDE-NORC, era composta por 32 municípios, contudo em 10 de janeiro de 2008 a mesma foi subdividida em Noroeste Colonial e Região Celeiro. A primeira, região objeto deste estudo passou a

constituir-se por onze municípios, a saber: Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Catuipe, Condor, Coronel Barros, Ijuí, Jóia, Nova Ramada, Panambi e Pejuçara.

Destacam-se os objetivos do COREDE-NORC, segundo o art. 5 de seu Estatuto (Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional - IPD), a promoção do desenvolvimento regional, de forma harmônica e sustentável, por meio da integração dos recursos e das ações de governo e da região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição eqüitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente.

Os COREDES constituem o Fórum dos COREDES, que é o espaço em que se reúnem os representantes dos COREDES para discutir com o governo estadual ou outras instâncias sobre assuntos de seu interesse.

5.3 O Conselho Municipal de Desenvolvimento

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento, mais conhecidos como COMUDES, foram criados no Rio Grande a partir de 2003 para viabilizar a participação dos municípios no Processo de Participação Popular - PPP, segundo Allebrandt (2006b).

> A criação dos Comudes deu-se em tempo recorde no final daquele ano, por motivo muito prático: o atual governo estadual, juntamente com os Coredes e o Fórum dos Coredes, entendeu que a existência do Comude deveria passar a ser condição para os municípios participarem do PPP – Processo de Participação Popular -, que veio a substituir o OP – Orçamento Participativo -, instrumento de gestão participativa do governo anterior. Em 2003 os municípios foram autorizados a participar do PPP mediante a constituição de comissões provisórias. (ALLEBRANDT, 2006b, p. 47).

Segundo o mesmo autor, o ano de 2004 foi marcado pela urgência na institucionalização dos COMUDES nos municípios gaúchos. Processo que trouxe benefícios como à instalação de mais de 400 conselhos locais de desenvolvimento, e situações desfavoráveis devido à pressa nos encaminhamentos para a criação dos COMUDES pelos municípios. Como situação desfavorável aponta-se o comprometimento da atuação efetiva dos COMUDES.

> [...] posto que processo de cima para baixo, em muitos casos faz com que os Comudes existam apenas no papel, sem atuação afetiva no cumprimento de sua real função. Além disso, a pressa na criação dos Comudes fez com que a maioria dos municípios encaminhasse aos poderes Legislativos locais projetos de lei que era uma cópia *ipsis literis* do chamado Kit Comudes, distribuído pelo governo do Estado e pelo Fórum dos Coredes como sugestão. (ALLEBRANDT, 2006b, p. 47).

A questão crucial apontada pelo mesmo autor, que veio por transgredir a essencial do papel dos COMUDES, foi oriunda da imposição de criação dos conselhos, não havendo tempo para discussão na sociedade sobre o processo de criação dos mesmos, fato que acaba por permitir que os estes possam ser utilizados como espaços diferentes daquele que foram concebidos, como de manipulação, cooptação e argumentações superficiais, cujo objetivo é impressionar e convencer pessoas. Entretanto, Allebrandt (2006b) reforça a idéia de que uma vez criados os COMUDES, ainda que de forma imposta, estes espaços públicos podem ser ocupados em favor do fim a que se destinam que é a participação da sociedade na gestão pública e nos processos de desenvolvimento local e regional.

Destaca-se, ainda, que a idéia dos COMUDES nasceu em 2001 a partir das discussões do Fórum dos COREDES, no momento em que definia as diretrizes gerais de atuação destes para o próximo ano, de acordo com Allebrandt (2006b). A origem dessa idéia teve como ponto de partida a atuação dos COREDES na função de planejar em favor do desenvolvimento. Contudo, os mesmos não estavam obtendo êxito no processo de organização dos conselhos municipais.

> De fato, os Coredes já haviam percebido a necessidade da instalação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento, que se constituiriam na principal ligação entre o plano local e regional (município e Corede), dado que o Conselho Municipal coordenaria o processo de discussão da dinâmica do desenvolvimento no âmbito municipal [...]. (ALLEBRANDT, 2006b, p. 48).

5.3.1 O Conselho Municipal de Desenvolvimento no Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial

Segundo Allebrandt (2006b) o primeiro Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do COREDE Noroeste Colonial foi concluído em 1994. Mais tarde, em 1996, em conjunto com outros quatro COREDES, foi elaborado o Plano Estratégico

de Desenvolvimento da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Sendo que nos últimos anos da década de 90, foi o período em que os COREDES começaram a apoiar a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento e a elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento.

> É verdade que muitos municípios possuíam conselhos de desenvolvimento organizados legalmente, especialmente no processo de criação dos conselhos durante a década de 90. Também durante a década de 70 vários municípios gaúchos criaram os Conselhos de Desenvolvimento como conseqüência da instituição de Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado. Estes, porém, tendiam a se preocupar excessivamente com a questão urbano-territorial. (ALLEBRANDT, 2006b, p. 48).

Os COMUDES, na região de abrangência do Corede Noroeste Colonial, foram criados em 2003, exceto no município de Ijuí. Em Ijuí, o COMUDE foi criado em 1991, passando por reestruturação na sua arquitetura e forma de trabalho no ano de 2002.

Observa-se que o papel dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento, para além da participação na Consulta Popular, estes podem e tem assumido a função de integrador e articulador dos demais conselhos existentes nos municípios, como por exemplo, os setoriais e programáticos, sendo o principal objetivo o de dinamizar o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento local e regional em seus municípios e regiões.

Allebrandt (2006b, p. 52) afirma que os COMUDES no Noroeste Colonial, vieram a “fortalecer a ação do Corede e intensificou a dinâmica da sociedade no processo de discussão e gestão do desenvolvimento regional e local”. A dinâmica, colocada pelo autor, refere-se ao planejamento, com a elaboração dos planos estratégicos participativos realizados em grande parte dos municípios da região com benefícios positivos para sociedade. Entretanto, o mesmo autor, revela que em muitos municípios, os COMUDES servem apenas como espaços para manipulações e cooptação de grupos de interesses.

Por outro lado, ocorrem capacitações, oficinas e espaços que promovem a discussão referente ao papel dos envolvidos, a função de cada um dos agentes e a

dinâmica da consulta popular na expectativa de contribuir com a melhoria da qualidade da atuação dos envolvidos seja a nível local ou regional.

De acordo com Allebrandt (2010), é imprescindível que as capacitações ou os espaços que impulsionem a qualificação de agentes ocorram em caráter permanente e continuado. Enfatiza, ainda, que existe a necessidade que esta iniciativa seja assumida pelo governo, ou em parceria com os COREDES no âmbito estadual, ou com os COMUDES no âmbito municipal.

O Coordenador do COMUDE em Ijuí, em 2010, destaca que dentro das condições que se possui, as discussões com os agentes envolvidos como executivo e outros envolvidos são realizados nos espaços possíveis. Como exemplo, cita a elaboração dos planos estratégicos municipais, porque segundo ele, este momento não deixa de ser uma capacitação, porque acaba envolvendo os COREDES e os COMUDES, bem como ocorrem seminários, entrevistas entre outros espaços em que ocorre circulação de conhecimento.

Os COREDES e o Fórum dos COREDES, em acordo com Allebrandt (2010), têm realizado reuniões de avaliação dos COREDES. Os COMUDES também realizam uma reunião de avaliação com o apoio do Fórum dos COREDES. A primeira aconteceu a nível estadual em 2007 e a segunda está prevista para 2010, também a nível estadual, o que segundo o mesmo, também se constitui em espaços de capacitação dos agentes realizado com escassez de recursos devido a não haver um apoio mais efetivo para essas iniciativas do governo estadual.

> O que os Coredes e o Fórum acabam fazendo? Reuniões de Avaliações dos Coredes. Os Comudes fizeram isso com o apoio do Fórum dos Coredes. Fizeram o primeiro em 2007 e o segundo também a nível estadual está previsto para maio de 2010. Mas a dificuldade que se tem é disponibilidade de recursos. Teria que sair ou do orçamento estadual, ou do orçamento municipal ou de outras formas de construção de parcerias. (ALLEBRANDT, 2010).

Observou-se que iniciativas de capacitação de lideranças e do processo são realizadas pelos Conselhos. No entanto, acredita-se que está deve ser impulsionada pelo governo estadual permanentemente, pois estas ações vêm a contribuir na aproximação do cidadão para o exercício de sua cidadania.

6 CONSTATAÇÕES A PARTIR DA REALIDADE INVESTIGADA

Este capítulo resume a relação das abordagens conceituais com a pesquisa de campo realizada. São comparados conceitos como democracia, cidadania, participação popular, movimentos sociais e desenvolvimento com as análises realizadas a partir de documentos e percepções que representantes da diretoria do Hospital Novo Bom Pastor, bem como dos Conselhos, manifestaram sobre as questões postas, salientando limites e desafios, coletados por meio das entrevistas.

6.1 Processos de discussão do projeto Novo Hospital Bom Pastor

A democracia representativa prevê que o Estado seja capaz de reconhecer e garantir os direitos fundamentais, tais como o direito à liberdade de expressão, de religião, de associações entre outros. Nesse sentido, constatou-se que o processo de discussão sobre os rumos do Hospital Bom Pastor partiu dos associados, principalmente agricultores, e demais pessoas investidas ou não de cargos na direção do hospital. Estes ampliaram a discussão com as entidades reconhecidas como parceiras, a Unijuí e a Cotrijuí, bem como o poder público municipal e estadual, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, da Coordenadoria Regional de Saúde e da Prefeitura Municipal de Ijuí, conforme o trecho abaixo.

> *Ai se iniciou a discussão em 2002 com Cotrijuí, a fundadora; com Unijuí – nossa parceira; com a Secretaria Municipal de saúde; com a Coordenadoria Regional de Saúde; com a Prefeitura para se tomar a decisão em ficar onde se estava ou avançar para uma nova construção. Tomamos uma decisão. Porque ou nós continuávamos nessa estrutura meio tímida ou nós avançávamos. [...] Todos foram favoráveis em avançar para a construção do Novo Hospital Bom Pastor. (RS, direção executiva, 2009).*

A estrutura do hospital que acompanhou o processo de discussão foi à diretoria[26] do hospital, a direção executiva e o corpo clinico (médicos(as) e enfermeiros(as)) do mesmo.

---

[26] Direção: Composta pelo presidente; um vice-presidente administrativo, um vice-presidente social, um vice-presidente patrimonial, primeiro secretário, segundo secretário, primeiro tesoureiro, segundo tesoureiro. Conselho Consultivo: engloba cinco áreas com três conselheiros em cada uma delas, estas áreas são: direito; projeto e construções; relações institucionais; administração e contabilidade;

Este processo de diálogo inaugurou o que a decisão coletiva convencionou denominar pela “construção do Novo Hospital Bom Pastor”. Pode-se deduzir com base em Tenório (2007), que neste processo, a subjetividade deu lugar a intersubjetividade, que o monólogo cedeu espaço ao diálogo, a ação comunicativa. Pois o contexto de discussão em favor do novo hospital diz respeito a um espaço comunitário em que prevaleceu o entendimento entre os envolvidos em detrimento de ações instrumentais ou estratégicas, ainda que haja discordância sobre o termo “Novo Hospital Bom Pastor” ou “expansão do Hospital Bom Pastor”, como se pode observar a seguir.

> *Eu diria o seguinte, que na verdade o novo não é bem o termo mais certo. O certo seria a expansão, a continuidade do Hospital Bom Pastor. Na verdade o Bom Pastor é a conseqüência do desafio de muitos anos lançado na região. Ele praticamente brotou do inconsciente coletivo já há algumas décadas por parte dos produtores rurais, então o Bom Pastor sempre teve uma característica muito democrática de um crescimento de baixo para cima. Porque na verdade era uma estrutura física de outra instalação e foi adaptada para ser um hospital. Eu diria então que não estamos frente a um novo hospital, estamos à frente do verdadeiro Hospital Bom Pastor, neste momento. Sendo que a fase até o momento foi de crescimento que fez com que o anseio popular se transformasse, neste caso agora com o novo prédio, a nova instalação física. (HIEP, ex-vice-presidente administrativo, 2010).*

Entretanto, não houve discordância em relação à decisão sobre o avanço do hospital, para um prédio novo[27] e próprio com nova localização, com melhores condições de atender a comunidade de Ijuí e região. Observou-se, ainda, que também não há discordância entre os entrevistados do caráter comunitário regional do hospital.

> [...] fundado na trajetória de vinte e dois anos, mobilizam-se para estender os seus ideais e valores à comunidade regional, através dos serviços médico-hospitalares em defesa da saúde e da assistência à vida. A concepção e o desenvolvimento da inovação criadora de novos serviços fazem a marca do trabalho em grupo. Nas relações comunitárias e pela participação, mais uma vez, os sonhos e a esperança ganham força e transformam-se em um projeto de construção de uma nova-infra-estrutura que possa dar continuidade às obras sociais do Bom Pastor de zelo pela saúde e carinho pela vida. (FRANTZ, 2003, s.p.).

---

saúde e educação. Conselho Fiscal: com três titulares e três suplentes, totalizando em 29 componentes.

[27] O prédio novo do NHBP localiza-se ao lado do Bosque dos Capuchinhos, no Bairro São Geraldo em Ijuí - RS. Já o prédio atual do hospital situa-se a Av. David José Martins, 1376, no Bairro Hammastron em Ijuí – RS.

Contudo, o desafio permanente colocado é de que a comunidade possa se expressar e seja ouvida em relação a suas necessidades em termos de saúde. Haja vista que o agricultor de hoje não é mais aquele da época da criação do hospital em 1981[28]. Tem outras necessidades. Que necessidades seriam estas? Quais os serviços de saúde viriam a complementar os já oferecidos no município de Ijuí e região? Esse questionamento pode ser observado, no trecho a seguir.

> *Então eu diria que o desafio maior em relação à participação da comunidade foi entender o que estes precisariam para completar seu elenco de opções na área de atendimento hospitalar. Porque na verdade toda a estrutura do hospital Bom Pastor não é uma estrutura de cima para baixo. Ele nasceu, cresceu e agora entra num processo de maturidade com as novas instalações, numa área própria. (HIEP, ex-vice-presidente administrativo e conselheiro, 2010).*

O desafio foi alcançado pelo diálogo, os associados e a comunidade solicitaram que o hospital para além dos serviços de saúde existentes, desse ênfase a geriatria e a doenças mentais, complementando os serviços já oferecidos em Ijuí e região. Desta forma, para além da participação e envolvimento dos associados, contribuindo com recursos financeiros, tomando decisões, fazendo parte do corpo diretivo, por meio do trabalho voluntário, outros parceiros também vieram a contribuir promovendo campanhas beneficentes como bailes, chás entre outras formas de atuação.

Para difundir o projeto Novo Hospital Bom Pastor, fruto da discussão e decisão coletiva, com o objetivo de ampliar a visibilidade deste e prestar informação para a comunidade de Ijuí e região as opções feitas pela direção do hospital foram pela comunicação de massa, em acordo com Kotler (1994). Pois foram utilizados os veículos como o rádio e o jornal como canais de difusão. Já a televisão é um veículo que não tem sido utilizado pelo hospital devido à escassez de orçamento deste para comunicação, conforme a direção executiva, uma vez que o principal objetivo é a construção do prédio que abrigará o Novo Hospital. De outra parte, a direção do hospital também não vê como fundamental a utilização deste veículo em especial.

---

[28] O Hospital Bom Pastor foi fundado pela COTRIJUÍ, na década de 70, pela necessidade de assistência médico-hospitalar da população do meio rural. A mobilização deste meio resultou na fundação do Hospital Bom Pastor de Ijuí, em 18 de maio de 1981. (HOSPITAL BOM PASTOR, [2007?]).

O Novo Hospital também se utiliza da comunicação pessoal, segundo Kotler (1994), porque realiza interações entre agentes de mudança e público-alvo. Lucca e Froemming (2007) esclarecem que o Novo Hospital utilizou os dois tipos de comunicação (massa e pessoal) em conjunto. Pois a primeira foi utilizada para que a comunicação chegasse à comunidade enquanto massa, ou seja, que a mesma informação atingisse o maior volume de pessoais possível. Já a segunda, a comunicação pessoal foi direcionada a um público-alvo em específico ou a um segmento, sendo realizada a abordagem direta por meio da interação entre os envolvidos.

Os entrevistados colocam, ainda, que o PPP contribui na divulgação do Novo Hospital junto à comunidade. Pois o governo, os COREDES e os COMUDES utilizam-se dos meios de comunicação de massa, bem como de reuniões preparatórias para comunicar e informar a população sobre o processo. Fato que vem por despertar interesse da população em conhecer os projetos de seu município e região, possibilitando espaço nos seus eventos para que estes venham apresentar-se como ocorreu em um 'chá beneficente' promovido pelas senhoras evangélicas de Ijuí, conforme se pode observar no trecho a seguir.

> *O PPP facilitou a divulgação da proposta do Novo Hospital Bom Pastor, principalmente em reuniões preparatórios de cada Consulta Popular anual, agendadas pelo próprio COREDE ou por outras instituições também partícipes da Consulta. Por exemplo: As senhoras evangélicas da OASE concederam espaço em seu evento, chá beneficente, para a apresentação da proposta do Novo Hospital Bom Pastor, fato que foi importante "não só do ponto de vista econômico, mais também da conscientização e para a multiplicação da idéia". Muitas senhoras disseram após a apresentação do projeto Novo Hospital Bom Pastor, que isso era algo de primeiro mundo ou "eu não sabia que tinha uma entidade preocupada com os idosos aqui". (OS, ex-presidente e conselheiro, 2010).*

Percebeu-se que os espaços ocupados pelo projeto Novo Hospital mantiveram a preocupação para além do cunho econômico de angariar fundos para a obra, mas principalmente de conscientizar a população em torno da importância de participar e envolver-se em torno do projeto e do processo em si. Habitualmente, o presidente ou os vice-presidentes, ou a direção executiva do Novo Hospital ou outro membro da diretoria do Hospital realizam essa ponte com a comunidade neste tipo

de evento, podendo, ainda, ser realizado por um associado da Sociedade Hospitalar Beneficente Ijuí – Hospital Bom Pastor.

No Brasil, a inversão na cronologia e na lógica da seqüência das conquistas dos direitos formulada por Marshall (apud SIEDENBERG, 2006a), veio por influenciar a constituição dos cidadãos, como também a forma de democracia estabelecida, resultando na centralização do poder nas mãos do executivo e no estímulo da cultura corporativista dos interesses coletivos. Desta forma, as ações de conscientização da população em favor do exercício da sua cidadania, realizadas pelo Novo Hospital Bom Pastor exercem um papel fundamental na consolidação da democracia no país em bases diferenças da constituída ao longo da história.

O NHBP ao manter na sua essência o espírito comunitário, transcende ao econômico e atua despertando a população para o exercício de seus direitos e deveres para com o Estado, contribuindo para a participação e a cidadania. Pois, de acordo com Siedenberg (2006a), cidadania diz respeito à condição da pessoa que como parte integrante de um Estado possua direitos e deveres para com este. Os direitos são constitucionais e possibilitam a participação da vida pública. Os deveres são inerentes a esta condição.

Já as campanhas realizadas em favor no Novo Hospital como a “Campanha da Soja”, “Médico Amigo”, “Adote o Bom Pastor”, “Adote uma vida”, entre outras campanhas beneficentes, contam com o apoio na sua implementação e divulgação da direção, do corpo técnico e administrativo do hospital, dos associados e da comunidade, ou seja, como todos aqueles que acreditem na proposta e queiram levá-la adiante.

A “Campanha da Soja” foi inaugurada junto aos agricultores, os fundadores do Hospital Bom Pastor, entre os anos de 2002 e 2003. Consistia-se na doação de sacos de soja em favor da obra. Esses recursos serviram para viabilizar o projeto arquitetônico do novo hospital, de acordo com a Vice-Presidente Administrativa do Hospital (gestão 2007-2010).

Já a “Campanha Médico Amigo” foi desencadeada junto ao corpo médico do hospital inicialmente. Contava com um impresso, informando sobre a estrutura do Novo Hospital e os procedimentos em caso de adesão a mesma. Este procedimento corresponde à autorização do profissional pelo débito em conta corrente bancária, informando o valor, o banco e a quantidade de meses que opta por participar da campanha. Atualmente o NHBP conta com a colaboração de 38 médicos nesta modalidade de contribuição.

A “Campanha Adote o Bom Pastor” fazia referência aos pilares que sustentam o sonho da construção do hospital com o objetivo de atendimento a uma população de “750 mil habitantes de Ijuí e região noroeste” com demandas crescentes na área da saúde. Esses pilares consistem no envolvimento dos setores públicos e privados na construção do hospital, na busca do mesmo em consolidar-se como referência em Geriatria e Psiquiatria. O impresso compreendia informações sobre a história do hospital, sobre a nova estrutura física e os procedimentos para adesão à campanha. Os procedimentos, em caso de adesão, correspondiam ao preenchimento de uma ficha anexa ao impresso que depois de completada deveria ser destacada e entregue a direção do Hospital. Nesta ficha, o optante deveria escrever seu nome, endereço, o valor da contribuição e a forma de contribuição (número de parcelas). Foram citadas, pela Direção Executiva do Hospital, como principais entidades e pessoas físicas adeptas a campanha, 29 nomes, entre estes organizações dos três setores da economia, associações de funcionários de organizações de segmentos diversos da economia e famílias.

Essa ação foi dirigida, inicialmente, aos empresários de Ijuí e região, após foi ampliada para os mais diversos segmentos da sociedade. Segundo a Diretora Executiva da entidade, a iniciativa teve como modelo o que feito na igreja católica no passado, em que as pessoas auxiliavam na aquisição de uma janela, uma porta para a obra da igreja. No caso do hospital, à medida que este empresário, família ou outro colaborador adotasse um quarto, uma sala ou outra dependência do hospital, no todo ou em partes, este receberia em contrapartida como agradecimento o nome de sua empresa ou família conforme o caso, impresso em local visível nas dependências do Novo Hospital, por tempo indeterminado.

“Adote uma vida” foi o slogan da campanha desenvolvida com as pessoas físicas por meio do débito em conta de valores em favor da construção do novo hospital com a quantia e o tempo em que fosse possível com o apoio das instituições bancárias.

Outras campanhas para colaboração com o hospital, foram realizadas com o Departamento Municipal de Energia de Ijuí – Demei e a Cooperativa de Eletrificação Rural de Ijuí - Ceriluz, a cooperativa eletrifica, além de Ijuí, outros 23 municípios da região. Nesta campanha os valores autorizados pelos contribuintes faziam parte da conta mensal de energia.

Entidades como Grupo de Aposentados e Pensionistas, Clubes de Mães, Gabinete da Primeira Dama, Igrejas, também realizam eventos em favor do Novo Hospital Bom Pastor e desta forma auxiliam na divulgação da entidade e de seus propósitos.

> *O chá beneficente da Primeira Dama [no município] angariou R$ 10.200,00 somente em um chá. As rifas em favor do hospital não sobram nenhum número, todas são vendidas e os valores giram em torno de R$ 100,00 ou R$ 200,00, os valores são elevados, mas as pessoas se cotizam e participam. Claro que também tem o empenho nosso em vender. (RS, direção executiva, 2009).*

Destacam-se, ainda, os clubes de serviço como o Lions e o Rotary Internacional que também realizam eventos em favor da construção do novo hospital. “O Rotary já fez quatro edições do Baile do Chopp na Sogi, todos com ótima adesão. O Rotary também se entusiasma em fazer os bailes em favor no Novo Hospital devido à adesão da comunidade” (RS, diretora executiva do hospital, 2009).

> *O Baile do Chopp promovido pelo Rotary rende em torno de 20.000 a 22.000,00. O evento é interessante porque a marca Bom Pastor é bem aceita pela população. O Lions internacional também se comprometeu em colaborar com a geriatria, desde que o Lions local contribua com uma parcela. (GD, presidente, 2009).*

Ações de cidadania como “Dia de Vacinação” em que o Hospital Bom Pastor participa, acabam também tendo o projeto divulgado, conforme destacam membros da diretoria do hospital. Essa ação se inseriu na conquista dos direitos sociais que correspondem à luta pelo reconhecimento e respeito à cidadania. Repercute,

também, nas premissas do desenvolvimento includente de acordo com Sachs (2004), pois este pressupõe a garantia aos direitos civis (relações entre os cidadãos), cívicos (cidadão) e políticos, como o acesso aos serviços públicos (saúde, educação, moradia). O acesso à saúde, também se faz imprescindível ao cidadão, bem como uma boa alimentação, o acesso à água limpa, a melhores condições de moradia e de trabalho, a educação e a medidas preventivas como a vacinação.

A própria comunidade por meio da dialética realiza ações de 'boca a boca', que também contribuem para a difusão dos propósitos do hospital, haja vista que é unânime entre os entrevistados a percepção de que a prestação do atendimento de forma humanizada a população é reconhecida pela comunidade, "bom atendimento a pacientes e comunidade sempre foi a marca Bom Pastor" (DMF, conselheira, 2010).

> *O Departamento de saúde da Unijuí sempre atuou na linha de direção do hospital na coordenação da equipe de enfermagem, de nutrição... Sempre preocupados com a questão da humanização em que o cidadão não é apenas um doente. Que não é só técnica. Não se massifica o atendimento. Há um grande envolvimento do paciente com toda equipe. (DMF, conselheira, 2010).*

Constata-se a preocupação do Hospital em reconhecer os sujeitos que necessitam atendimento não somente como doentes, mas como cidadãos que procuram atenção aos seus direitos. Essa premissa, também se constituiu em um dos principais pilares de constituição no projeto para o Novo Hospital Bom Pastor, expressa no processo de discussão do mesmo anteriormente mencionado.

Dentre, os canais que divulgam o NHBP, como os veículos de comunicação de massa (rádio e jornal), de comunicação pessoal (campanhas direcionadas a segmentos da sociedade), as reuniões preparatórias (PPP), os eventos promovidos por associações e/ou clubes de serviços (bailes, chás), as ações de cidadania (dia de vacinação), ações de 'boca a boca' (comunidade), este conta, ainda com a representação do Hospital em órgãos colegiados como: o Conselho Municipal de Saúde - COMUS, o Conselho de Desenvolvimento Municipal – CODEMI e a

Associação Rede Gaúcha de Integração Social – ARGIS[29], em que a direção executiva e membros da diretoria participam, constituindo-se em mais uma das formas de disseminação do projeto Novo Hospital Bom Pastor frente aos agentes sociais.

Observou-se, ainda, que o hospital procura manter relações próximas com a Coordenadoria Regional e Municipal de Saúde, com o Governo Federal, bem como com o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA, onde os prefeitos da região têm representação.

Neste sentido, observa-se que os canais de difusão, as informações prestadas à população e a relação com outras entidades, tem significado para além de angariar fundos, pois busca expressar o espírito comunitário que deu origem ao hospital, e desta forma contribui para a democracia, a cidadania e promove a participação.

6.2 Pluralismo

O conceito de pluralismo perpassa pela idéia de descentralização do poder do Estado. Desta forma, entra em cena o Mercado e a Sociedade Civil na discussão dos problemas locais. A idéia de local advém do lugar onde a vida cotidiana acontece e as necessidades surgem. O pluralismo, segundo Tenório et al (2009) leva a idéia de descentralização do poder do Estado onde os problemas passam a ser localmente discutidos e consensados na busca das vias para o desenvolvimento sustentável. Pluralismo exprime à idéia da importância da diversidade dos agentes na participação dos processos decisórios nas políticas públicas locais, em detrimento as representações de grupos privilegiados.

---

[29] Em 2006 foi criada a Associação Rede Gaúcha de Integração Social - ARGIS e a marca “Rede de Integração Social”. Em Ijuí participaram como fundadoras quinze entidades filantrópicas, dentre estas o Hospital Bom Pastor.

As instituições, do Estado, do Mercado e da Sociedade Civil participam dos processos de discussão existentes ou construídos de acordo com seus interesses, por isso essa relação nem sempre é uniforme. Como tais agentes devem almejar o mesmo objetivo, ou seja, a solução dos problemas em favor do desenvolvimento para tanto precisam estabelecer consensos, ainda que mínimos.

O Novo Hospital Bom Pastor, traz em sua essência o caráter comunitário regional, afirmação constatada por meio das pessoas e dos documentos analisados. Este traço, também se fez presente no processo de discussão que deu origem a esse, pois participaram deste espaço a Sociedade Civil, o Mercado e o Estado, revelando a pluralidade do processo. O destaque principal é para a participação da Sociedade Civil que na história do Brasil, por décadas, teve um papel auxiliar na luta por seus direitos.

Contudo na história do Novo Hospital Bom Pastor, essa configuração se apresenta renovada, pois a protagonista é a sociedade civil, como se pode observar.

> *[...] Ele é a expressão da vontade da sociedade, na solução de problemas que em muitos lugares espera-se que o Estado resolva tudo. A exemplo de outros estados brasileiros, que esperam que o Estado nas três esferas de conta de tudo. O NHBP é genuinamente comunitário. (WF, conselheiro, 2010).*

A Sociedade Civil é representada no processo de discussão pelos associados e direção do hospital. Já o Mercado se fez presente no processo por meio do terceiro setor, setor de serviços educacionais e cooperativismo. Neste sentido, as parceiras Unijuí e Cotrijuí, também foram convidadas a dialogar. O Estado participou do diálogo por meio do poder público municipal representado pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Prefeitura Municipal de Saúde, o poder público estadual esteve representado pela Coordenadoria Regional de Saúde.

Os associados são pessoas da comunidade de Ijuí e região que participam tomando decisões, contribuindo e arcando com direitos e deveres previstos em Estatuto. A Unijuí é considerada parceira devido a sua presença desde o período anterior a criação do Hospital Bom Pastor em 1981, como se pode resgatar.

> *[...] Em 1979 a Cotrijui e a FIDENE/UNIJUÍ, encabeçada pelo prof. Mario Osório iniciaram a discutir sobre medicina preventiva – inicia o curso de enfermagem na Unijuí. Então foi feito um convênio com hospital de Porto Alegre que já trabalhava com saúde comunitária para que enviasse médicos residentes para o hospital de Coronel Barros. A primeira turma de médicos foi expulsa pelos médicos daqui. Em 1979/1980 sentiu-se a necessidade de se ter medicina curativa também. O hospital de Santo Augusto foi colocado a venda e a Cotrijui comprou. Em Ijuí, o Hotel Ryan foi transformado em hospital, o hospital Bom Pastor que começou a funcionar em 1981. (GD, presidente, 2009).*

A Cotrijuí também é uma parceira constituída no período anterior a criação do Hospital Bom Pastor. Consta que a cooperativa, para não deixar seus associados sem atendimento médico, devido a uma crise com o sistema FUNRURAL[30] em 1977, esta veio a atender a reivindicação dos produtores rural. Esta atenção resultou na aquisição inicial do Hospital de Santo Augusto, em 1979, e na seqüência do prédio do Hotel Ryan em Ijuí e transformá-lo em hospital.

> *Os produtores eram atendidos por meio de uma corretora [de saúde] no Hospital de Coronel Barros. Depois através do FUNRURAL. Esse recurso do FUNRURAL era precário, por isso o Hospital de Caridade de Ijuí rompeu o atendimento com o FUNRURAL em meados de 1977. Houve protesto dos agricultores [...]. (GD, presidente, 2009).*

Assim o Hospital Bom Pastor inicia seu funcionamento em 1981. Contudo em 1984 a Cotrijuí enfrenta uma crise financeira que desencadeia a necessidade de desvincular os hospitais da cooperativa. Em 1992 o processo foi concluído. Mesmo com essa medida de desvinculação do hospital da cooperativa, constata-se que sempre existiu uma parceria entre o hospital e a Cotrijuí. Como exemplo cita-se: a cedência, sob forma de comodato, do prédio que abriga atualmente o hospital, a participação da diretoria da Cotrijuí na direção do hospital, de forma voluntária, e principalmente a participação na discussão sobre os rumos futuros do hospital.

> *O prédio do hospital Bom Pastor é cedido pela Cotrijui em comodato. A partir daí sempre a diretoria da Cotrijui participou da diretoria do hospital Bom Pastor. Osvaldo Meotti e Nestor Kijano, por exemplo, participaram porque eram associados da Cotrijui, e também eram do meio rural. (GD, presidente, 2009).*

---

[30] FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural criado pela Lei n. 4.214, no ano de 1963. Acabou em 1977 com a incorporação ao Sistema Nacional de Previdência Social – SINPAS.

> *Meu vínculo assim como todos os demais e absolutamente voluntário. [...] A opção por atuar na diretoria do Hospital Bom Pastor foi pela experiência na área de saúde, já trabalhei na Cotrijuí, já acompanhei os primórdios do hospital, em reuniões do hospital, da sociedade hospitalar quando ainda era da Cotrijuí, por razões mais históricas e também porque tinha amigos e conhecidos lá. Mas principalmente porque conhecia a história mais pregressa do hospital. Acompanhei o parto, digamos assim. (HIEP, ex-vice-presidente e conselheiro, 2010).*

O processo de discussões que lançou a idéia do Novo Hospital Bom Pastor em 2003, desencadeou várias ações dentre elas a aquisição do terreno para a obra[31]. Este foi adquirido após processo de negociação como a Sociedade São Boa Ventura (Freis Capuchinhos) que doou 50% do valor do terreno e o restante foram pagos entre as parceiras: Unijuí e Cotrijuí. Em 2007, a Sociedade São Boa Ventura doou mais 1000 metros quadrados totalizando 18.072,50 metros quadrados o volume de área pertencente ao NHBP.

> *[...] Terreno: a) Área: 17.072,50 metros quadrados. b) Localização: No quarteirão formado pelas ruas Emílio Bührer, Bernardo Gressler, Palmeiras e Peri da Costa. c) Próximo: à sede acadêmica da Universidade, onde funcionam os cursos da área da saúde (enfermagem, educação física, fisioterapia, nutrição, psicologia, farmácia, etc.) d) Amplo espaço físico, com ambientes externos ajardinados e arejados. e) Junto ao Bosque dos Capuchinhos – 2 hectares de vegetação nativa, com pistas para caminhada e laser). f) Topografia plana e em região aprazível e afastada de vias urbanas de grande trânsito. (PROJETO NOVO HOSPITAL BOM PASTOR, [2003?], grifo do autor).*

Constatou-se, através de diferentes depoimentos que o hospital tem uma postura apartidária, o que possibilita a discussão de suas necessidades com diversas lideranças políticas. O que resultou tanto em documento de apoio ao Novo Hospital pleiteando recursos junto a bancadas quanto a convite para a visita de lideranças políticas ao novo hospital com o objetivo de que estes viessem a se comprometer com o projeto Novo Hospital Bom Pastor, conforme manifesta os trechos abaixo.

---

[31] Localização do Novo Hospital Bom Pastor: No quarteirão formado pelas ruas Emilio Bührer, Bernardo Gressler, Palmeiras e Peri da Rosa. Próximo à sede acadêmica da Unijuí. Ao lado do Bosque dos Capuchinhos, no bairro São Geraldo em Ijuí-RS.

> *[...] e também por manter-se eqüidistante de partidos políticos, lá nós dizemos que somos do "PHBP", ou seja, somos do partido do Hospital Bom Pastor. E a população vê essa postura como positiva. Não há intromissão partidária na gestão do hospital. (OS, ex-presidente, 2010).*
>
> *O Hospital tem uma postura apartidária, e assim criou um cenário de discussão com diferentes lideranças políticas que originou um documento de apoio ao Novo Hospital pleiteando recursos junto a bancadas. Também são convidados deputados para fazer visitas ao Novo Hospital Bom Pastor, para viabilizar medicamentos e a própria obra. Eles têm atendido ao convite. (GD, presidente, 2009).*

Os depoimentos acima registrados denotam a forma tradicional de encaminhamento das instituições ao poder legislativo quando necessitam recursos para viabilizar seus projetos, podendo este ser expresso no envio de documentos a bancadas estaduais e convite a deputados para visitar a obra em troca do comprometimento destes para com a causa.

No entanto, o limite desta relação é o caráter "clientelista" que se estabelece, pois de um lado os legisladores se vêem "donos do dinheiro do povo" e do outro a sociedade que busca dinheiro por meio destes, talvez porque ainda não percebeu seus direitos como cidadão ou porque ainda não foi capaz de construir novas formas de acesso.

> *Estamos no estágio primário de educação política. Primeiro devido à população não saber direito como se fazer ouvir. Quais os instrumentos, quais as diferentes formas que poderia utilizar para se fazer ouvir. O segundo, diz respeito ao processo político que aprisiona as pessoas na forma "clientelista". As pessoas pensam que o certo é ficar mendigando recursos aos políticos. Elas deveriam a aprender a não pedir favor aos políticos. Elas pagam impostos. E os políticos usam da situação de subserveniência da população, ou seja, liberam recursos em troca de pedidos e votos. (WF, conselheiro, 2010).*

A relação "clientelista", descrita por Silva (2001), denota oposição a cidadania e aos direitos universais. Estabelendo-se assim um padrão de relação baseado em pedidos de favores aos políticos que ao serem concedidos geram a população uma dívida a ser paga por meio do sufrágio. Desta forma, a cultura de reivindicação de direitos não foi suficientemente desenvolvida ao longo da história brasileira, sendo reproduzida em outras instâncias.

Por outro lado, o Novo Hospital previu no Projeto de Construção do Novo Hospital Bom Pastor as seguintes fontes de financiamento: Públicas (Município,

Estado RS e União), Privadas (Campanhas de Clubes de Serviço, Produtores Rurais - Soja, Empresários e Instituições "Adote o Bom Pastor", Comunidade em Geral – doações de materiais de construção, auxilio de grandes empresas do país – responsabilidade social) e Outras (Universidade, Venda de Imóveis, Cotrijuí, ONGs, doações via telefone "0300", conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Fontes de Financiamento do Novo Hospital Bom Pastor

Públicas	Valor	Privadas	Valor	Outras	Valor
Município	500.000,00	Clubes de Serviço	50.000,00	Universidade Convênio cooperação técnico-financeira	200.000,00
Estado	800.000,00	Produtores Rurais – campanha da soja	200.000,00	Venda Imóveis	150.000,00
União	3.800.000,00	Empresários e Instituições "Adote Bom Pastor"	500.000,00	Cotrijuí Cooperação técnica	100.000,00
		Comunidade Doação de material de construção	250.000,00	ONGs Nacionais e internacionais	300.000,00
		Grandes Empresas do País Lei de responsabilidade fiscal	500.000,00	Doação via telefone 0300	86.996,45
Total	5.100.000,00		1.500.000,00		836.996,45

Fonte: Elaborado pela autora com base no Projeto Novo Hospital Bom Pastor [2003?].

O montante total de recursos da área a ser construída, de acordo com o Projeto Novo Hospital Bom Pastor [2003?], foi estimada em R$ 7.436.997,35 para 7.813,96 metros quadrados. Neste sentido, as fontes de financiamento acima apresentadas totalizam este montante.

O cronograma de execução da obra previu três anos para a realização do projeto de 2004 a 2006, sendo que em 2004 e 2005 deveria ser executado 40% em cada ano respectivamente e em 2003 os 20% restantes. (Projeto Novo Hospital Bom Pastor [2003?]). Todavia, esse cronograma não foi executado conforme previsto, principalmente no que se refere aos recursos oriundos do Estado.

Ressalta-se, que a nível estadual, o Novo Hospital pretendeu apresentar seu projeto comunitário de ampliação dos serviços da área da saúde a região noroeste do RS a este, bem como contar com esse na realização de seu projeto.

> *[...] Então eu diria que o maior anseio não era a idéia de hospital na Consulta Popular e sim ao contrário. A Consulta Popular que revelou essa necessidade, inconsciente até de certa maneira da população de ter uma estrutura hospitalar mais atualizada. Então não foi uma proposta só que se levou. Foi uma proposta que se recebeu. (HIEP, ex- vice- presidente conselheiro, 2010).*

Nesse sentido, a comunidade apresentou aos demais agentes sociais o projeto Novo Hospital Bom Pastor por meio da participação no PPP nos anos de 2004, 2005, 2006, 2008 e 2009.

Em termos de participação com recursos financeiros, a Direção Executiva do Novo Hospital, declara que foi previsto no projeto a participação de 2/3 de recursos públicos e 1/3 de recursos privados. Contudo, atualmente, a participação pública e privada se equivale, o que evidencia que o processo de liberação de recursos "à conta gotas" atrasou o cronograma da obra.

Figura 3 - Centro de Atendimento Psicossocial Adulto em funcionamento à frente e ao fundo vista parcial da obra do NHBP em construção

Fonte: Autora – Foto registrada em 28 de janeiro de 2010.

6.3 Impacto e desempenho

Neste tópico, tem-se como foco revelar os objetivos alcançados pelo Novo Hospital Bom Pastor em relação ao Processo de Participação Popular. A Tabela 3 mostra a evolução da participação do processo.

Tabela 3 - Evolução da votação na Consulta Popular na área/projeto da saúde, no Corede Norc e no Estado do RS no período de 2004 a 2009

Período	Área/ Projeto Saúde	Valor do projeto NHBP	Número de votos área/projeto da saúde	Número de votos em Ijuí	Número total de votos do Corede Norc	Número total de votos no Estado
2004/2005	49- Ampliação, reforma e adaptação de área física de unidades hospitalares e de saúde; ampliação – UTI Regional Investimento: Braga – 45.000,00, Três Passos – 250.500,00; Ijuí – 21.059,13 Serviços: Ijuí – 300.000,00; São Martinho – 45.000,00	300.000,00 custeio 21.059,00 investimentos	9474	Não está disponível	Não está disponível por município	581.115
2005/2006	32- Ampliação de área física para adequação de unidades de saúde – Hospital Santa Rita de Redentora (30.000,00); Bom Partor Ijuí (250.500,00); Bom Pastor de Santo Augusto (70.500,00).	109.651,50 investimentos	14.026	9.261	18.018	674.075
2006/2007	20-Ampliação, reforma e adaptação da área física para adequação de unidades de saúde (investimentos): Bom Pastor, Ijuí (457.500,00); (Serviços): Bom Pastor, Santo Augusto (212.000,00).	226.500,00 investimentos	25573 (1 lugar)	10.481	19.789	726.980
2007/2008	*	*	*	4.514	13.808	369.417
2008/2009	7102 –Saúde Regional Ampliação de área física para adequação de unidades de saúde - Hospitalar Bom Pastor de Ijuí – (R$79.800,00); -Custeio para ampliação de serviços de média e alta complexidade através do Consórcio Intermunicipal de Saúde Regional (R$ 55.437,00) para todos os municípios participantes da Consulta Popular.	79.800,00	8.548	3.966	11.984	478.310
2009/2010	7102- Saúde Comunitárias Regional Construção e ampliação de Unidade Hospitalar – Hospital Bom Pastor de Ijuí – Regional	119.700,00 investimento	14.283 (1 lugar	10.868	24.536	950.077
TOTAL		856.710,50				

Fonte: Autora com base nas informações do COREDE-NORC em 15.12.2009 e no Portal da Consulta Popular do site <http://www.consulta popular.rs.gov.br/portalppp>. Acesso em: 08 jan. 2010

* O NHBP não participou, por opção, do processo de CP do ano de 2007.

O período de análise corresponde a 2004 até 2009, pois, no ano de 2003, apesar de ter ocorrido à primeira Consulta Popular no Estado, o Hospital Novo Bom Pastor não participou do processo devido ao mesmo não ter se habitado para o pleito, segundo a Direção Executiva do Hospital.

Em 2007, o Novo Hospital Bom Pastor, por opção, não participou do PPP, porque na ocasião "não fazia sentido participar", na visão da direção do mesmo, haja vista que o novo hospital tinha recursos a receber das consultas anteriores não executados. Além do fato de que em 2007 havia uma crise de credibilidade quanto ao pagamento dos valores por parte do governo estadual.

> *Os atrasos no repasse de verbas do governo estadual desmotivaram, houve uma falta de respeito com a população que votou. Perguntamo-nos: Para que mobilizar? E isso causou efeito na Consulta Popular de 2007. (CASL, vice-presidente administrativa, 2010).*

Registra-se, ainda, com base na Tabela 3, que exceto na Consulta Popular de 2009, o Novo Hospital Bom Pastor sempre participou da cédula de votação com outros hospitais e/ ou instituições da área da saúde de Ijuí e dos municípios que compõem o COREDE NORC. Esta decisão de organização da cédula de votação é realizada pela Assembléia Regional Ampliada do COREDE.

Em relação à execução orçamentária das Consultas Populares, registra-se que os valores disponibilizados nos anos de 2004, 2005, 2006 e 2008 destinados ao Novo Hospital Bons Pastor foram executados pelo Governo Estadual, totalizando o montante de R$ 737.010,50. Já o montante de R$ 119.700,00, conforme Tabela 3, aprovado na CP de 2009 não foi executado até o momento, haja vista que conforme a Direção Executiva do NHBP, este tem prazo até março de 2010 para realizar os trâmites junto ao Governo Estadual para que este realize os encaminhamentos finais de execução dos recursos até o final do ano. A Figura 4 evidencia a participação do Estado na construção dessa demanda popular.

Figura 4 - Placa de identificação dos recursos populares para a construção do Novo Hospital Bom Pastor

Fonte: Autora, registro em 28 de janeiro de 2010.

Em relação à votação do grupo de projetos em que o Novo Hospital Bom Pastor fez parte na cédula de votação, percebe-se uma oscilação no número de votos: 9.474 (2004), 14. 026 (2005), 25.573 (2006), 8.548 (2008), 14.283 (2009). Registra-se que em 2006 a área da saúde obteve o primeiro lugar em votação seguido das áreas da educação e da segurança. Já em 2009 a área da saúde e da segurança foram as que obtiveram o primeiro lugar em votação.

A votação do NHBP considerada 'surpreendente' pelos membros da direção do Novo Hospital pode ser explicada por alguns fatores conforme segue:

1) De 2004 a 2008, não havia na cédula de votação espaço para projetos específicos, a organização da cédula era por áreas como saúde, segurança entre outras, sendo que os projetos eram incluídos nas respectivas áreas.
2) A organização da cédula por área permite que vários projetos possam fazer parte da mesma área, possibilitando que sua votação fosse ampliada;
3) Como cada processo de Consulta Popular prevê que cada votante escolha três áreas dentre o rol de opções da cédula, este fato possibilita que algumas áreas se articulem, melhorando sua votação, conforme observa-se no trecho em destaque.

> *Com a Brigada Militar, houve "troca de figurinha", ou seja, como a população podia optar em três projetos para votar, então ambos se apóiam na divulgação das propostas juntos a população. Com os colégios, idem. Aconteceram reuniões junto a escolas para divulgação do projeto Novo Bom Pastor. Os professores também difundiram com os alunos e estes com os pais a proposta do Novo Hospital e a importância do voto. Já com os bairros, também houve espaço e apoio para apresentação do projeto Novo hospital Bom Pastor, fomos até o CEBEI – Conselhos de Bairros de Ijuí e nas Associações de Bairros. Nestes espaços "constatou-se a preocupação da população com a saúde". O Novo Hospital Bom Pastor sempre esteve no primeiro lugar ou entre os primeiros no índice de votação da Consulta Popular. Acredita-se que este fato se deve a forma compartilhada de gestão, por este ter o propósito comunitário desde sua concepção, pluralidade na gestão e muita atenção para o coletivo na forma de pensar. (OS, ex-presidente, 2010).*

Observa-se, conforme a Tabela 3, que a votação do COREDE NORC também registrou oscilação no número de votos: 18.018 (2005), 19.789 (2006), 13.808 (2007), 11.984 (2008), 24.536 (2009). Registra-se que esta votação refere-se à constituição do COREDE NORC por 11 municípios. A votação do CORDE NORC no

ano de 2004 não estava disponível por município, impossibilitando seu registro dentro da nova composição. Salienta-se que em 2009 se evidencia um crescimento no número de votos superior a 100% em relação a 2008.

A mesma oscilação é percebida no número de votos no Estado do RS, bem como em 2009 também se evidencia um crescimento de 100% no número de votos em relação ao ano anterior, de 478.310 votos (2008) para 950.077 votos (2009).

Os números de votos constantes na Tabela 3 revelam uma queda no ano de 2007, em relação aos anos anteriores. Esse fato é explicado pelo atraso no pagamento dos valores das Consultas Popular anteriores, bem como a queda dos valores do orçamento estadual destinado a Consulta Popular.

Constata-se ainda a evolução da votação em 2009 em relação aos anos anteriores. Este acréscimo é explicado pela mudança na metodologia em relação à distribuição dos recursos, bem como na ampliação dos valores do orçamento estadual destinado a Consulta Popular, conforme Tabela 4.

Tabela 4 - Valores disponibilizados aos COREDES de 2003 a 2009 no RS e no COREDE NORC

Período	**Estado**	**COREDE NORC**
2003	310.117.101,98	12.127.873,86
2004	324.749.337,56	9. 698.220,73
2005	147.994.413,00	3.502.693,20
2006	303.364.515,00	5.362.111,23
2007	40.000.000,00	1.296.201,84
2008	50.000.000,00	837.137,35
2009	115.000.000,00	1.938.092,93 + 387.450,00

Fonte: Autora com base nas informações do COREDE NORC em 25 jan. 2010

Em relação aos dados constantes na Tabela 4, ressalta-se que em 2004 o COREDES NORC era composto por 24 municípios. Já em 2006 por 26 municípios e em 2008 por 28 municípios, respectivamente. Observa-se, ainda, que o COREDE

NORC, em 2008, foi subdividido passando de 32 municípios para 11 municípios, fato que também explica a redução dos valores disponibilizados ao mesmo naquele ano.

Na Tabela 4 observa-se que o montante de recursos destinado a Consulta Popular de 2003 a 2006, período do Governo Rigotto, foram superiores aos anos de 2007 a 2009, período do Governo Yeda. Esta redução de um período para outro se explica pela crise gerada devido à falta de execução orçamentária das CP do primeiro período. Os valores destinados as consultas, no período 2003 a 2006, eram atraentes, contudo não havia uma execução conforme cronograma estabelecido aos projetos aprovados pela população. Desta forma, o governo, propôs à sociedade a continuidade da Consulta Popular, o pagamento dos valores em atraso das consultas anteriores e a redução do montante destinado a CP, resultando na redução dos valores no período 2007 a 2009.

6.4 Aprendizagem e consolidação da participação e da cidadania

Este item sintetiza a percepção e avaliação dos entrevistados sobre o Processo de Consulta Popular. O enfoque versa sobre os principais problemas e desafios, principais revelações ocorridas durante o processo e aprendizagens adquiridas na busca da consolidação da participação e da cidadania.

6.4.1 Problemas e desafios da consolidação da participação e da cidadania

Um problema do Processo de Participação Popular, apontado pela liderança local, foi o caráter “colonialista das estruturas de poder” no que se refere aos encaminhamentos por parte do governo no Estado em que este propõe para que a população vote em situações que seria de sua competência fazer, não necessitando consultar a população para tanto.

> *Penso que no PPP a população aprova aquilo que o executivo propõe. Existe certa “colonização da estrutura dos poderes”, há uma perda de substância do poder de participação, há democracia, mas não há educação política na mesma dimensão. Em algumas regiões o Estado propõe ao PPP o óbvio, como por exemplo, reforma em escolas. A população acaba votando em reformar uma escola, algo que seria óbvio que o Estado deveria fazer. Não é necessário votação para isso. (WF, conselheiro, 2010).*

Na mesma linha de críticas sobre o processo foi mencionado, que o Estado também direcionava o investimento, cabendo a população somente dizer onde gostaria que o investimento fosse realizado. Não sendo dada a esta a opção de inovar ou a liberdade de expressar a totalidade da sua vontade.

> *Na Educação, por exemplo, o que acontecia era um "carimbamento do recurso", ou seja, o Estado já dava o norte ou o direcionamento em que deveria ser investido, cabendo a população somente dar o endereço do investimento. Por exemplo: O Estado dava o norte de que o investimento seria feito em uma quadra de esporte, assim cabia a população somente votar se a quadra seria construída na Escola X do Bairro Y ou na Escola Z do Bairro H. Esse fato "restringia a criatividade da população", bem como não cabia a ela optar por outros investimentos como, por exemplo, rede de esgoto, hospital ou outra necessidade. (OS, ex-presidente, 2010).*

Entretanto, cabe destacar que em relação ao Novo Hospital Bom Pastor, os entrevistados acreditam que o PPP promova à educação política, a participação, a cidadania, pois este advém da vontade da sociedade civil organizada, ou seja, esta conseguiu expressar sua vontade.

> *No Novo Hospital Bom Pastor a comunidade apresenta e discute os projetos. Tem razoável sucesso. Destaco que o PPP promove a educação política resguardado àquilo que seria relativo aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, ai se distinguiu, pois tem projeto que são deveres do Estado. Mas um projeto com o NHBP não é. Ele é a expressão da vontade da sociedade, na solução de problemas que em muitos lugares espera-se que o Estado resolva tudo. (WF, conselheiro, 2010).*

Outro problema recorrente mencionado pelos entrevistados foi a não execução dos valores relativos aos projetos votados pela população na Consulta Popular, ou uma execução parcial e não equilibrada, por vezes, por parte do Estado, gerando frustração, descrédito da população frente ao processo, agravada no início de 2007 devido à mudança de governo no Estado ocasionando instabilidade quanto ao pagamento dos valores em atraso.

> *Contudo o PPP sofreu uma crise de desencantamento por parte da população por volta dos anos de 2004, 2005, 2006, 2007 devido ao fato de que o que era votado e eleito pela população não era colocado em prática, ou seja, não eram liberados recursos por parte do governo estadual para que os investimentos de fato acontecessem. Então o processo era como um "faz de conta". (OS, ex-presidente, 2010).*

Contudo, a história mostra que o problema da não execução daquilo que a população decidiu como prioridade ocorre desde 1998, devido ao fato de que um governo não quer assumir aquilo que foi realizado pelo outro. Além desse conhecido dilema foram apresentados outros problemas como entraves burocráticos e o não encaminhamento de documentos no tempo adequado para o repasse dos recursos legais, bem como problemas de interpretação que também vem a dificultar a execução dos recursos e, por conseguinte, da vontade popular.

> *Esse problema de não execução ocorre desde 1998 com o governo Brito, porque o governo que assume não quer cumprir a consulta de outro. Ai o COREDE fica batendo na mesma tecla, tem que cumprir. No PT também houve muita dificuldade em cumprir inclusive o que foi votado no OP também houve problemas de execução de toda ordem. Por exemplo: Foi votado para que uma escola municipal de Ijuí fosse equipada com computadores. Ai o que o governo diz: Não pode. Tem que ser escola estadual. Então começou a se fazer amarras desse tipo e isso existe até hoje com todo tipo de problema. Tem amarras até constitucionais, às vezes, ou até de interpretação [...] que impedem que determinados projetos sejam implementados. (SLA, coordenador COMUDE, 2010).*

Em relação à construção do Novo Hospital Bom Pastor, o atraso no pagamento dos valores da CP ocasionou um descompasso entre o cronograma previsto e o executado. Entretanto, a obra não parou devido ao apoio das empresas locais que concederam crédito ao Novo Hospital.

Todavia, segundo a direção executiva do Novo Hospital, o NHBP não veio a enfrentar dificuldades por entraves burocráticos que pudessem prejudicar a execução em dia dos recursos da CP.

A falta de uma discussão interna por parte do Estado junto às instâncias que deveriam acompanhar os trâmites da Consulta Popular, também foi percebida pelos entrevistados como um problema no processo como um todo, pois ocasionou entraves nos encaminhamentos. Contudo, este problema também não foi enfrentando pelo Novo Hospital Bom Pastor, devido a Secretaria de Saúde ter apresentado condições favoráveis.

> *No Estado, as secretárias não se preparam para acompanhar a Consulta Popular de modo geral. Exceto a Secretaria da Saúde que estava preparada. Os agentes das secretarias também não percebiam a*

> *importância do processo. "Não foi feita uma discussão interna para agir". (OS, ex- presidente, 2010).*

Como desafio denota-se em relação ao PPP, a necessidade que este venha a promover a educação política, bem como a participação na sua essência, ou seja, sem anulação dos princípios que a fundamentam como a possibilidade de intervir nas decisões. A participação cidadã no PPP necessita ser revisitada. Uma vez que a promoção incentivada pelo Estado está em desarmonia com a construção preconizada por estudiosos visando a sua consolidação.

6.4.2 Revelações da consolidação da participação e da cidadania

Quando questionados sobre as principais revelações da Consulta Popular, ouviram-se questões que serão destacadas, tais como:

> *O PPP revela que a sociedade precisa aprender a fazer-se ouvir mais perante o Estado. A proposta do NHBP é nova porque advém da comunidade, ela propõe. Contudo depara-se com uma estrutura por parte do Estado com composição paternalista e eleitoreira. O Estado "hora vê a iniciativa da comunidade e hora não vê as necessidade e sim os votos que pode angariar com a iniciativa". Assim é difícil porque quem precisa dos recursos precisa conviver silenciosamente com isso. A sociedade quer por si resolver seus problemas e quer o Estado como parceiro. Contudo o Estado está de olho nos votos e não nas necessidades da sociedade. Eu não posso me silenciar diante disso. (WF, conselheiro, 2010).*

Quanto à participação do Novo Hospital Bom Pastor na Consulta Popular, este revelou que é necessário "uma democracia mais efetiva, menos clientelista", na visão de alguns conselheiros. Pois tanto a sociedade como o Estado aprovam o Novo Hospital, contudo a liberação de recursos que deveria vir de forma como conseqüência desta aprovação até o final da obra não acontece. A forma como está estruturado o processo participativo faz com que a cada ano o Novo Hospital tenha que submeter-se a nova Consulta Popular. Além disso, pode necessitar, ainda, apoio de políticos para que o projeto, mesmo que aprovado, tramite até o final, ou seja, até a execução dos recursos que lhe são devidos pelo Estado. Pois pode ocorrer que o projeto fique "parado" em algum órgão do governo.

> *Carecemos de uma democracia mais efetiva menos clientelista. Pois uma vez o projeto aprovado no PPP, o governo deveria passar a ser parceiro da proposta, e não o que acontece hoje que mesmo depois de aprovado tem que se fazer uma via sacra para conseguir os prometidos recursos. Deveria*

> *ser óbvio o repasse dos recursos após a aprovação do projeto. Contudo a cultura paternalista, clientelista não permite a conclusão da obra. Outras experiências como em países da Europa isso funciona. Na cidade de Münster, onde morei e conheço o prefeito na Alemanha a sociedade discutiu sobre a construção de um aeroporto. Claro essa discussão não foi reunindo toda a população em um auditório, foi com os representantes reunidos em comitês, grupos de trabalho. Todos os governos reconheceram a importância da construção do aeroporto e a partir dali encaminhou recursos até a execução e conclusão da obra. Neste caso o governo é parceiro. É não como aqui, que ficamos a cada ano aprovando o projeto e com o chapéu na mão solicitando recursos aos políticos. Essa visão é clientelista. Os políticos pensam que são donos do dinheiro. E o povo ainda não se deu conta disso. (WF, conselheiro, 2010).*

O Processo de Participação Popular revelou, conforme os entrevistados, a ampla aprovação do projeto por meio do voto da população como também por meio de pareceres de instâncias como o Conselho Municipal de Saúde e a Comissão Bipartite Regional que abrange 21 municípios da região. Este último parecer foi necessário devido ao Novo Hospital ter caráter regional.

Entretanto, outros entenderam que o processo revelou que seria possível uma participação mais massiva da população apta a votar, elencando como sugestão que a Consulta Popular tivesse o repasse o regular, e que não fosse um episódio, mas um processo. Além disso, que tivesse por parte do governo uma maior publicização dos investimentos e uma forma de avaliar os efeitos desses projetos na qualidade de vida da população.

> *Hoje a consulta popular tem data pra começar e terminar. Eu acho que deveria ser uma ação permanente para que a população fosse percebendo que a sua participação faz a diferença que a sua participação pode mudar as coisas que de um modo geral, As pessoas reclamam: falta isso, falta aquilo, não temos estradas, não temos um atendimento adequado, não temos saúde. Reclamar, as pessoas reclamam bastante. Então o processo revela que é trabalhoso. Eu tenho certeza que o Corede vai dizer que trabalha o ano todo para fazer a Consulta Popular. Os conselhos de desenvolvimento também já devem estar preocupados para ver como fazem já deve fazer as reuniões periódicas, devem vir à tona os planos estratégicos dos municípios. Essas coisas não são muito claras para a população. Para a população parece um episódio, em tal data vai acontecer a Consulta Popular. E ai também nós nos botamos a fazer a busca do voto, porque cada instituição já está pensando seu projeto. Porque no nosso planejamento nos já estamos pensando como é que nós vamos participar da Consulta Popular, bom e depois daí a gente sai atrás do voto. Então a gente tem que ficar no período que antecede a consulta popular usando o meio eletrônico, a imprensa, escrita, falada, televisiva, usando nossos canais de relacionamento até mais pessoais. (ESB, vice-presidente social, 2010).*

Houve registro de que a vinda dos recursos da Consulta Popular para a obra no Novo Hospital ativou postos de trabalho local e regional, direto e indireto. Como também denotou que a obra gera economia devido ao fato de que o Novo Hospital ser uma entidade filantrópica, em que os membros da diretoria não são remunerados, também porque não há gasto com viagens tendo em visto que os gestores residem no município da obra, "se fosse realizada pelo Estado, os custos seriam infinitamente maiores" (OS, ex-presidente, 2010).

O Processo de Participação Popular revela, entre os entrevistados, que o Estado deve dar continuidade à condução do processo independente de partido. Pois, segundo estes, o processo está institucionalizado, os aperfeiçoamentos realizados foram positivos, bem como estes favorece as discussões de forma organizada, ou seja, "retira a intromissão política. Inclusive os políticos não gostam muito do PPP porque a população tem deixado os políticos de fora. O contato da população acaba sendo mais com o Corede que é o gestor do processo" (OS, ex-presidente, 2010).

6.4.3 Aprendizagens da consolidação da participação e da cidadania

Em relação à satisfação dos gestores no processo referente à participação da população às respostas são variadas. Há os que estão satisfeitos com participação conquistada pelo Hospital até o momento e a outros que esperavam uma resposta melhor tendo em vista o trabalho realizado pelas instâncias responsáveis, o objetivo da Consulta Popular e a essência do projeto. Nesse sentido, invocam como 'complexo' o fenômeno da participação popular.

> *Uma aprendizagem que eu acho crucial refere-se a complexidade desse fenômeno da participação. Se nós formos considerar a população ativa, produtiva da região exceto crianças, que poderiam participar por uma questão de cidadania por que saúde é um direto do homem. Se nós tomarmos isso e o número de pessoas que participam votando na consulta popular isso deixa a gente "meio frustrado", vamos dizer assim. Por que a gente trabalha, tem divulgação do governo, das comissões, dos Coredes, das instituições de todas as áreas, então na verdade o que a gente desejaria é que houvesse a compreensão de que os conselhos regionais através aos quais acaba acontecendo à consulta popular como uma forma de processo participativo de planejamento do governo que as pessoas entendessem isso. Os Coredes hoje são órgãos consultivos do Estado é de esperar que tivesse assim espontaneamente porque somos nós que estamos escolhendo em que o orçamento do estado fosse aplicado. Então*

> *essa para mim foi uma aprendizagem bastante importante. (ESB, vice-presidente social, 2010).*

Destaca-se, o reconhecimento dos entrevistados quanto à importância daqueles que participam do PPP para o desenvolvimento, bem como acreditam que é possível mudar o estabelecido através do voto consciente, ou seja, o cidadão que vota e acompanha o processo.

> *Então mesmo com essa espécie de "frustração" entre aspas eu penso que aqueles que participam dão uma contribuição inestimável para o desenvolvimento do Estado, como também dão testemunha de que é possível sim a gente fazer algumas mudanças naquilo que a gente entende que não é o melhor, então vamos participar com a nossa voz, com o nosso projeto e depois com o nosso voto, não simplesmente votando, mas depois do voto com a atenção voltada para ver como se aplicada o recurso. E isso nos sempre tivemos o cuidado de ter muito claro que a população precisa saber onde se aplica o recurso. (ESB, vice-presidente social, 2010).*

Destacam-se as referências realizadas entre os entrevistados que aprenderam que é possível a comunidade elaborar e discutir projetos que venham de encontro as suas necessidades. Também fez coro entre os mesmos a necessidade da relação entre o Estado evoluir da relação 'clientelista' para uma democracia mais efetiva. Este aprendizado é oriundo dos embates do Novo Hospital Bom Pastor com as "velhas estruturas" encontradas no Estado que dificultam a relação pretendida.

> *Em primeiro lugar é possível a comunidade elaborar, discutir projetos;*
> *Em segundo lugar que mesmo tendo sido aprovado falta uma democracia mais efetiva, na gestão da coisa. A relação entre sociedade e estado ainda é velha e baseia-se na forma "clientelista". Os políticos ao invés de fazer leis, ficam servindo de ponte entre os recursos para angariar votos.*
> *Em terceiro lugar, temos deficiência de uma democracia de funcionamento mais efetivo na sociedade.*
> *Em quarto lugar relativo ao desafio da sociedade em resolver suas necessidades, mas encontra estruturas velhas. A obra do NHBP enfrenta muito sacrifício da diretoria e de todos os envolvidos para ir adiante. Porque a democracia a gestão democracia depende de políticos não comprometidos com a necessidade da população. (WF, conselheiro, 2010).*

Outro aprendizado recorrente se refere à participação naquilo que se refere ao retorno sobre seu ato ao cidadão, na expectativa de uma mais mobilização. Pois, ainda que o projeto Novo Bom Pastor tenha conquistado uma votação expressiva

em relação a outros projetos, a participação de modo geral no processo poderia ser maior na visão dos mesmos.

> *Então o canal mais importante é o retorno para a população sobre sua participação para que ela seja uma espécie de mobilizadora de outros como se fosse uma multiplicadora. [...] Quanto mais participação, mais o governo vai se sentir compromissado, porque é uma população com uma percentagem muito maior que participa. Porque hoje nos temos uma população que não participa mesmo, não participa de assembléia, não opina, mas reclama. (ESB, vice-presidente social, 2010).*

De outra parte, acrescenta-se a aprendizagem adquirida, pelos agentes do processo, em relação à importância do diálogo com as lideranças locais e com a população tanto no período da Consulta Popular como fora deste.

> O que se aprendeu nesse tempo é que não adianta divulgar a proposta somente na imprensa é preciso conversar com as lideranças dos Bairros. E isso nós fizemos principalmente no período de consulta popular. Vamos até as associações de Bairros, aos clubes de serviços, nos eventos, e divulgamos o projeto, falamos da importância de participar do processo. Todo ano no período de consulta popular nós nos reunimos à diretoria para ver quais ações podem ser feitas. E de modo geral nos consideramos eficientes desde o início do processo, na discussão, na mobilização de pessoas. Acredito que o principal aprendizado foi o que é preciso falar diretamente com lideranças e preciso fazer o "trabalho de formiguinha" todo ano. (NLS, conselheiro, 2010).

Em relação à articulação com outros hospitais ou instituições de saúde na região, também houve referência de aprendizado no que diz respeito a ter-se um objetivo coletivo que é a saúde e este produzir uma maior 'força política'. Este fato refere-se à cédula de votação da Consulta Popular que de 2004 a 2008 constituiu-se por área facilitando as relações entre segmentos com o mesmo objetivo. Já em 2009, o projeto Bom Pastor participou do processo sozinho. Contudo não foi observada alterações na votação da população devido a este fator.

> *Sempre quando há consulta a gente está lá. Desde que o governo chama, da primeira assembléia. Desde que o governo diz quando do orçamento destina para a consulta popular, porque o governo não põe todo ser orçamento lá, ele põe parte dele. Ai apresentamos um projeto, não vou dizer competir porque Também aprendemos isso que quando nos unimos temos mais força política. Porque afinal estamos todos em favor da saúde para nossa região. Em 2007 os recursos também não eram muitos. Então pensamos em dividir. Nossos parceiros para montar projetos são o HCI, o Hospital de Caridade de Três passos, o Hospital Bom Pastor de Santo Augusto, o Hospital de Saúde Mental em Augusto Pestana e sempre discutimos, mas não necessariamente o mesmo projeto. Quem são os*

> *parceiros: Ai claro na busca da mobilização são inúmeras as parcerias, a Unijui, os clubes de serviços, os associados da associação beneficente Bom Pastor, os agricultores, porque surgiu da demanda deles por saúde, aposentados, nós temos tido uma boa simpatia da comunidade regional isso a gente percebe no momento da votação geralmente estamos na ponta. E quando estamos juntos, estamos juntos na ponta. (ESB, vice-presidente social, 2010).*

Observa-se, ainda, no depoimento acima, a visão estratégica da diretoria do Novo Hospital, haja vista que os recursos disponibilizados pelo Estado em 2007 reduziram em relação aos anos anteriores. Além do fato que o Novo Hospital já possuía aprovação de seus projetos nos anos de 2004, 2005, 2006 com valores a receber do Estado em atraso. Desta forma, a opção foi pela não participação no processo em 2007, mas apoiar a área da saúde.

Cabe o registro, de que os entrevistados de modo geral concordam que o PPP continue no Estado, ainda que necessite evoluir visando à consolidação da democracia, da cidadania e da participação. Acrescentam, ainda, que o PPP possibilita que as regiões periféricas, ou seja, distantes da capital, possam obter conquistas, uma vez que as políticas são realizadas com a visão dos grandes centros em detrimento do interior.

> *Contudo é um processo interessante. Apesar de tudo eu sou favorável que a gente continue fazendo, se não é possível a gente fazer um orçamento participativo com o total do orçamento do Estado porque nos temos legislações que já determinam algumas coisas, então que de fato o orçamento seja assim resultado desse processo. Sou favorável a isso. Eu acredito que algumas regiões como a nossa região teve algumas conquistas, quer seja, pelos conselhos municipais de desenvolvimento devido à Consulta Popular porque a relação centro/periferia sempre é muito complicada. Às vezes as políticas são feitas da ótica de quem está lá no centro e não de quem está no interior, na periferia territorial vamos chamar assim. Então para mim é uma forma da gente se colocar no mapa, não apenas como ponto geográfico, mas de forma a nos colocarmos como ponto de produção da voz da cidadania, que a gente pode fazer isso através da participação. (ESB, vice-presidente social, 2010).*

Quando questionados se o PPP está no caminho para a consolidação da democracia, encontra-se como resposta que se está na caminhada ou na possibilidade da realização de uma democracia deliberativa, pois a sociedade civil tem participado dos espaços decisórios proporcionados pelo mesmo.

> *Eu sempre digo que isso é uma caminhada. Eu aposto na existência, na possibilidade de uma democracia deliberativa, onde a sociedade organizada participa da decisão das políticas de controle afinal dos recursos públicos pensando no desenvolvimento local, que é mais amplo ainda. (SLA, Coordenador do Comude, 2010).*

A sociedade civil participa dos espaços decisórios, por meio de movimentos sociais, de instituições e de organizações, oriundos de processos de aprendizagens sociais e subjetivas que buscam reconhecimento, liberdade, cumprimento de direitos conquistados ou adquiridos e/ou dos deveres do Estado. Neste sentido, a proposição do Novo Hospital Bom Pastor surge de um processo de aprendizagem que iniciou com o movimento dos produtos rurais em 1981. Essa proposição, naquele momento, tinha por objetivo suprir a carência em atendimento médico-hospitalar da população rural, atendida de forma insuficiente pelo Estado. Hoje, as necessidades se ampliaram tanto em relação ao público que passou a abranger a população urbana além da rural, quanto em atendimento, pois as necessidades reproduziram-se em um formato maior incluindo as áreas da geriatria e das doenças mentais (dependência química). Para tanto, o movimento social em favor do Novo Hospital Bom Pastor busca o reconhecimento e a parceria do Estado.

Quanto a este reconhecimento, observa-se no depoimento dos entrevistados, que este se caracteriza por um processo lento. A consolidação da democracia no país se constitui desta forma, por ser recente, ainda que existam instrumentos, leis e locais que favoreçam a visualização dos anseios da sociedade civil, como a Consulta Popular e espaços de discussão organizados pelos conselhos no Estado. Entretanto, denota-se que a consolidação democrática e participativa destes espaços requerem sua continuidade, ou seja, sua construção cotidiana pela esfera pública e privada.

> *Só que isso precisa de um processo pedagógico permanente. Não se faz isso do dia para a noite. Pode levar gerações no meu entendimento para que possa obter evoluções e sempre serão necessárias pessoas que acreditem no processo. Eu acredito que estamos no caminho. [...] Acho que a caminhada do Comude e outros conselhos são caminhadas diferentes em diferentes região sempre vai ser. Então é importante essa vinculação em rede com os Coredes, com outros conselhos e espaços juntos com movimentos sociais no sentido de nos consolidarmos a democracia que ainda é curta a nível de Brasil. Nossa democracia tem 20 anos. Nós estamos aprendendo a participar faz muito pouco tempo. Depois de um corte drástico de uma caminhada que vinha se estabelecendo lá pelos anos 50, 60, houve um corte drástico pela revolução e isso só se retoma na*

> *década de 90. Então é uma caminhada bastante insipiente. E a democracia tem que ser construída nessa caminhada. Pode ser que outros povos, países tenham feito uma caminhada totalmente diferente, mas essa idéia de construir uma democracia participativa embora ela esteja prevista no âmbito constitucional, agora na prática ela tem que ser construída. Ela não se dá pelo fato de se ter uma lei. (SLA, coordenador do COMUDE, 2010).*

Em relação aos espaços de discussão, a exemplo dos COMUDES e dos COREDES, encontra-se referência de que estes favorecem a democracia, embora ainda seja possível avançar na opinião do Coordenador do COMUDE.

> *Eu acho que sim. Mas dá para se avançar muito mais. E os avanços obviamente sempre vão ser diferenciados dependendo também da postura dos agentes públicos, prefeitos nesse caso, falando do papel dos Comudes e outros conselhos. Porque há espaço onde há manipulação ou cooptação. O presidente do Comude é o próprio prefeito ou secretário ou é alguém que foi aprovado lá pelo prefeito então pode e ai até onde tem legitimidade para contrapor daqui a pouco o prefeito. Mas por outro lado acho que tem avanços na caminhada. Das pessoas que se inserem no processo. Toda questão do trabalho voluntário depende de aspectos de pessoalidade e cultura das pessoas que se inserem nisso. Não é todo mundo que vai conseguir, porque o sujeito ser membro ou coordenador de um conselho isso exige. E a maioria das instituições dá todo apoio. Mas há situações, em que a entidade indica a pessoa para fazer parte do conselho, depois só libera para que essa pessoa faça parte de uma reunião se for durante o horário de expediente. Onde está o problema na pessoa que assumiu esse papel ou é na entidade que aceita fazer parte da composição do conselho depois libera essa pessoa uma única vez só para ir lá e fazer de conta que participa. Então obviamente que tem vários aspectos que interferem no processo. Mas sou otimista. Estamos avançando. Mas lentamente do que eu gostaria. Mas esse é o processo. (SLA, coordenador do COMUDE, 2010).*

Ao longo das dez Consultas Populares já vivenciadas pelos COREDES no Estado, segundo o Presidente do Fórum dos COREDES, evidenciou-se que a postura, principalmente de políticos, traz à tona traços culturais históricos de defesa daquilo que é seu, ou seja, “meu projeto”, “minha região” em prejuízo de um pensamento coletivo de longo prazo, vindo por prejudicar a construção da democracia, e o alcance do objetivo maior do PPP no que se refere à promoção do desenvolvimento.

> *Uma das aprendizagens é que é difícil combater esses traços da nossa cultura, ela é com certeza secular. O “paroquialismo” ainda é muito forte, o interesse pelo “meu projeto”, pela “minha instituição”, pela “minha região”. E no momento em que o cidadão é chamado a se colocar em termos de prioridade e sempre se coloca aquilo que é mais importante em termos de prioridade da região e isso na cabeça de muitos eleitores pesa mas também na cabeça de muitos eleitores não determina na hora de votar o que*

> *determina é o "paroquialismo", o "meu município", a "minha região", a "minha área", e não vota-se com o olho no estratégico, aquilo que é fundamental para o desenvolvimento da região. E isso está presente principalmente na classe política, nos próprios mandatários, naqueles de deveriam darem o exemplo para a população. Isso é um processo que não desanima, mas não contribui com o nível de satisfação com que a gente acompanha o processo todo. (PAF, presidente do Fórum dos Coredes, 2010).*

A não distribuição equilibrada dos recursos ou a não execução dos recursos aprovados nas Consultas Populares ao longo da realização das mesmas, resultaram em prejuízos na consolidação da democracia, da participação e da cidadania. Pois a decisão da população acaba não sendo mais a expressão da vontade interior da desta em exercer a sua cidadania e sim resultado da descrença por não perceber o valor da sua decisão perante o órgão promotor, e desta forma acaba por ser vítima de práticas de "caça ao voto".

> *Ninguém gosta de bancar o bobo, ser enrolado. O fato de eu ser chamado a votar em alguma coisa e o meu voto ser a expressão da maioria e não ser respeitada depois em termos de liberação de recursos, isso é um fator que diminui os efeitos daquilo de tudo que agente gostaria de construir junto ao processo, os fundamentos da democracia. No fim as pessoas votam ou muitas pessoas vão votar não por um movimento interior ou por uma vontade de exercer cidadania, mas vão votar constrangidos, muitas vezes, pela pressão da boca de urna, ou dos interessados na eleição de seu projeto. Então, infelizmente, a gente assistiu práticas de caça ao voto, porque a população muitas vezes não teria ido votar em função de que: "Olha, eu vou votar, a gente elege projetos que depois não são executados". Isso não sustenta uma motivação e uma disposição para votar. É fundamental que o processo tenha conseqüências e que o voto da população seja sagrado, seja respeitado pelo governo na hora de distribuir recursos. (PAF, Presidente do Fórum dos COREDES, 2010).*

Os interesses individuais das lideranças políticas também são acrescentadas à lista dos obstáculos na consolidação da democracia, pois revela o aprendizado da dificuldade em manter a fidelidade daquilo que a população elegeu por meio do voto à medida que estes contrariam a vontade de alguns.

> *A gente também aprendeu e isso teve um custo caro para a região, na minha avaliação pessoal é que é difícil você manter fidelidade naquilo que a população elegeu quando são contrariados interesses daqueles que detém o poder na região, lideranças políticas. (PAF, Presidente do Fórum dos COREDES, 2010).*

Neste sentido, para além das mazelas da sociedade oriundas da pobreza extrema, da desnutrição, da fome entre outros males, acrescenta-se a estas as

chagas políticas, conforme destacado pelos entrevistados, oriundas do fato de que lideranças políticas almejam sobrepor seus interesses a vontade da maioria da população seja após a votação desta ou no período anterior a este exercendo práticas de "paroquialismo", que vem a dificultar o fortalecimento da democracia, bem como o processo de desenvolvimento de regiões, Estados e do País, tornando-o lento, pois são necessárias que culturas e comportamentos sejam modificados.

> *Um aprendizado também, se refere-s ao quanto é difícil trabalhar com desenvolvimento, pois exige um olhar mais de longo prazo. Isso não é só relacionado à Consulta Popular, mas a toda atuação do Corede. Se agente for imediatista nesse processo vai desanimar depois de duas, três, quatro decepções. Criar uma cultura de desenvolvimento, criar uma organização regional reeducar a participação para a cidadania para o exercício da verdadeira cidadania é muito lento é não se dá através de esforços isolados, exige uma soma de esforços a começar pela educação, por políticas é um processo muito complexo. A gente já tinha essa percepção pelo trabalho do Corede que tem a promoção do desenvolvimento a sua principal razão de ser, mas também a Consulta Popular veio a confirmar isso. Como é difícil a gente conseguir mudar comportamentos, cultura inclusive de participação, superar os vícios da cultura eleitoral. Na prática a gente constatou talvez muito mais do que na teoria como é difícil a gente mudar a cultura, comportamento. A nossa cultura eleitoreira se reproduz nas eleições para prefeito, governador e assim por diante também se reproduz na Consulta Popular, mas a gente esperaria que não. É um belo exercício de cidadania, participação, mas a experiência desses "paroquialismo", desse "bairrismo" [...]. (PAF, Presidente do Fórum dos Coredes, 2010).*

Registra-se, ainda, o aprendizado destacado referente à Consulta Popular realizada em 2009 com execução para 2010, citada pelos entrevistados, em que houve um incremento de 100% no valor destinado a Consulta Popular em relação ao ano anterior, ou seja, de 50 milhões para 100 milhões, acrescido de mais 15% a ser distribuídos de acordo aos níveis de participação por COREDE. Este fato motivou as lideranças na chamada da população ao voto e este fato resultou em um aumento da votação no Estado, COREDE e especialmente em regiões com histórico de votação baixo.

> *Isso contribuiu, eu até acho que nem tanto lá no cidadão que votou, mas na equipe, na coordenação regional no COREDE, na Comissão de Coordenação da região em cada COREDE e no Conselho de Desenvolvimento Municipal. Os prefeitos, a câmara de vereadores, as lideranças no sentido de ter um maior número de votantes e com isso elevar o número de participação do Corede para tentar ter acesso a um valor maior de recursos. Então de fato esse fato ele é significativo na determinação dos níveis de participação. O cidadão talvez nem soubesse disso, mas as lideranças que os chamavam a votar certamente estavam motivadas*

também por estas circunstâncias. (PAF, Presidente do Fórum dos Coredes, 2010).

Houve regiões que mais que dobraram o seu nível de participação. A região metropolitana foi surpreendente o aumento do número de eleitores participantes do processo. O Vale do Caí, regiões quase inertes em relação ao Processo de Consulta Popular, passaram a ter um desempenho bem expressivo pelo menos em relação ao que era antes. (PAF, presidente do Fórum dos Coredes, 2010).

A ampliação da votação na Consulta Popular 2009, conquistada por meio da motivação às lideranças, oriunda do incremento dos valores destinados ao processo e a premiação pela participação propostas pelo Estado, parecem em um primeiro momento distante dos princípios de fortalecimento da democracia, da participação e do exercício da cidadania. Entretanto, a discussão realizada pelo Fórum dos COREDES, esclarece que os princípios da democracia e da cidadania continuaram a prevalecer, considerando que sempre se debateram com a questão: Como motivar as lideranças políticas para que se envolvessem no processo informando, conscientizando, se aproximando da população? . Os trechos abaixo remetem a este questionamento.

Inclusive isso foi muito discutido entre os COREDES, nós não estamos transformando um processo que tem como principio primeiro fortalecer cidadania, democracia, num simplesmente num processo de estimulo e resposta, premiando quem competir mais, quem chega primeiro com um número maior de votos ganha mais, quer dizer nesse processo mais interesseiro. Foi muito avaliado, mas nós entendemos que de qualquer forma não há como negar isso. Como deixar de premiar aquelas regiões que são mais operosas, porque a gente sabe historicamente, ao longo desses mais de dez anos de processo de Consulta Popular que há regiões que realmente não mobilizam não se organizam não se motivam e nós temos regiões com 30% do eleitorado votante e outras com menos de 1% então eu acho que é mais que justo e esse argumento prevaleceu, para premiar aquelas regiões mais operosas, mas mobilizadas e que isto até sirva de isca para mobilizar outras regiões. [...] Premiar a maior participação realmente mobiliza, mobilizou-nos, dobramos o número de eleitores votantes no Estado. Verdade que dobrou o montante de recursos mais isso só não teria sido suficiente. Essa avaliação foi com muita clareza. (PAF, Presidente do Fórum dos COREDES, 2010).

Essa metodologia implantada em 2009 que se por um lado pode ser entendida como uma jogada estratégica do governo. Por outro lado, os COREDES, entenderam quando veio à proposta, (houve uma discussão longa feita em duas assembléias do Fórum dos COREDES sobre isso e alguns COREDES realizaram reuniões em suas regiões sobre o assunto) que eles, os Coredes, sempre defenderam a mais ampla participação possível, e que esse era um mecanismo de privilegiar a participação, de premiar. Quanto mais participação, mais a região ganha. (SLA, Coordenador do COMUDE, 2010).

Em 2009, o Estado propôs essa novidade na metodologia aos COREDES, que após avaliar a proposição aceitou-a. Este fato produziu resultados quantitativos na votação da Consulta Popular. Já quanto à qualidade desse voto no que tange aos princípios da democracia caberiam novos estudos.

CONCLUSÃO

A partir da pesquisa e das constatações realizadas neste estudo, se observou que o papel da participação popular na trajetória do Novo Hospital Bom Pastor se constitui em um espaço de conquista e de construção contínua, na perspectiva colocada por Demo (1993) em que a participação é um processo de conquista e uma construção organizada de emancipação social. Uma vez que a iniciativa partiu da sociedade civil para os demais agentes sociais.

Em relação à função do COREDE NORC e do COMUDE, registra-se que estes têm por objetivo a promoção do desenvolvimento regional, enquanto instâncias regionais de planejamento, à realização de assembléias abertas à participação cidadã, bem como a organização do processo de definição e de alocação dos recursos orçamentários, dentro daquilo que lhes cabe realizarem. O COMUDE para além das atribuições expostas tem assumido a função de integrador e de articulador dos demais conselhos existentes nos municípios, como por exemplo, os setoriais e programáticos, tendo como principal objetivo a dinamização do processo de planejamento e gestão do desenvolvimento local e regional em seus municípios e regiões (ALLEBRANDT, 2006b).

Os Processos de Participação Popular desencadeados pelo COMUDE e pelo COREDE NORC denotam que existe uma preocupação na garantia de que a visão estratégica de desenvolvimento seja discutida, “então o COREDE sempre tentou privilegiar a agricultura, saúde, educação e ações de desenvolvimento mais amplas como o aeroporto” (SLA, Coordenador do Comude, 2010). Para tanto, na assembléia regional do COREDE são definidas as diretrizes da condução do processo.

Já o Novo Hospital Bom Pastor, nesta perspectiva, como teve seu projeto de construção do Novo Hospital aprovado nas Consultas Populares de 2004, 2005, 2006, 2008 e 2009, foi acordado na última assembléia municipal realizada em 2009, que este não viesse a participar do PPP em 2010, pois "cada município encaminha 8 projetos. Nosso COREDE tem 11 municípios então são 88 projetos. Esses projetos não vão todos para a cédula de votação. A assembléia ampliada [...] é que decide". (SLA, Coordenador do Comude, 2010). Este acordo foi realizado dentro do que é cabível aos conselhos pela legislação em relação à definição de diretrizes para o processo, "[...] é uma forma de se garantir que a visão estratégica de desenvolvimento seja discutida. Se ficar só na saúde e educação não se está discutindo estrategicamente" (SLA, Coordenador do Comude, 2010).

A definição de diretrizes para o PPP, ainda que receba críticas de que possa estar existindo uma espécie de condução do processo, constata-se que a sistemática adotada é oriunda de aprendizados dos processos anteriores em que senão houver norteadores para o mesmo, os objetivos de discussão dos projetos prioritários para o desenvolvimento da região podem ficar comprometidos, devido às inúmeras necessidades da população, historicamente não supridas pelo Estado ou supridas aquém das necessidades, principalmente nas áreas de saúde e educação, ainda que estas tenham garantido proteção constitucional quanto à aplicação de recursos por parte do Estado.

Entretanto, o Novo Hospital Bom Pastor não se constitui em um projeto que é dever do Estado, haja vista que ele é a expressão da vontade da sociedade civil, ou seja, esta propõe seu projeto ao Estado, visando à incorporação de novas especialidades para a área de saúde, à região noroeste do RS. Para tanto, almeja contar com o poder público como parceiro na realização deste. O projeto NHBP foi proposto pela comunidade e aprovado pela sociedade e pelo governo, desta forma se esperaria que fosse natural o repasse de recursos até a conclusão da obra. Contudo, não é o que acontece, pois o governo, tanto a nível federal como estadual ora considera e ora não considera essa iniciativa popular como relevante.

Existem experiências em países da Europa em que os representantes da sociedade reunidos em comitês ou grupos de trabalho decidem sobre o que é

prioritário para a região e a partir daí todos reconhecem a decisão, cabendo ao governo encaminhar recursos até a execução e conclusão da obra. “Neste caso o governo é parceiro”. (WF, conselheiro, 2010). Já a experiência do NHBP com o governo, mostra que anualmente é necessário solicitar recursos quer seja via processo de Consulta Popular, quer seja via políticos. Essa situação evidencia que o Estado possui ‘estruturas velhas’ na relação com iniciativas de cunho popular como a do NHBP, bem como a população nem sempre tem clareza de quais os instrumentos e as formas que poderiam ser utilizados para fazer-se ouvir.

Além disso, o hospital na relação com políticos encontra traços históricos da cultura brasileira, baseada na relação “clientelista” que prevê a disponibilidade de recursos em troca de voto. Para além do “clientelismo”, observa-se que o “paroquialismo”, o “colonialismo”, a “pressão da boca de urna’ e ‘práticas de caça ao voto”, também foram situações percebidas e/ou vivenciadas pelos entrevistados no transcorrer do Processo de Consulta Popular. A “pressão de boca de urna” e “práticas de caça ao voto”, ainda que combatidas pelos gestores do processo, somam-se as práticas que se constituem em chagas culturais que podem levar décadas para serem banidas do processo, porque se referem à mudança de comportamento, principalmente, das lideranças políticas.

Essas experiências não vem a contribuir para a consolidação da democracia, da participação e do exercício da cidadania. Pois a ação de participar não é algo “dado”, é conquistada, não pode ser imposta, concedida ou doada (DEMO, 1991) e assim como o próprio conceito de participação, o ato de participar encontra-se em um permanente processo de construção e recebe influências positivas ou negativas ao longo da sua trajetória de acordo com o contexto que se insere. Desta forma, no caso brasileiro, o nível de participação, o exercício da cidadania e a efetividade da democracia podem receber influências sociais como o ‘clientelismo’ entre outras heranças culturais que acabam por representar ameaças na consolidação dessas.

Para além destes fatores, o PPP revela que a sociedade necessita aprender a fazer-se ouvir mais perante o Estado, bem como precisa de uma democracia mais efetiva e menos “clientelista”, ou seja, que não sustente práticas como a

necessidade de aprovação anual do mesmo projeto, como também situações que a comunidade precise ficar com o ‘chapéu na mão’ solicitando recursos aos políticos.

Outro fato marcante que veio a desfavorecer o Processo de Participação Popular foi a não execução ou o não pagamento equilibrado das Consultas Populares realizadas. Pois para que a população participe exercendo sua cidadania é necessário que esta visualize que sua ‘voz faz a diferença’ naquilo que propõe e define como prioridade para a sua região.

O não pagamento do total orçado nas Consultas Populares, principalmente nos anos de 2003 a 2006, devido a ser constatado neste período uma desproporcionalidade em relação ao que foi proposto e de fato executado durante os processos, também vieram a ocasionar frustração e desencantamentos tanto na população quanto nos gestores do processo.

A percepção dos entrevistados em relação ao PPP se situa entre a satisfação pela votação do Novo Hospital no processo, como na insatisfação ou frustração em relação este. Pois, na visão destes, o nível de participação popular poderia ser maior desde que o processo de Consulta Popular tivesse um repasse regular de recursos, bem como que a população pudesse visualizar o PPP não como um episódio como data para iniciar e terminar, mas um processo continuado.

Outra sugestão apontada, pelos entrevistados, refere-se à publicização por parte do governo dos investimentos realizados por este, vindo a considerar indicadores ou parâmetros de avaliação dos efeitos dos projetos aprovados pela população na qualidade de vida destes, bem como no processo de desenvolvimento da região. Esta tem por objetivo que os cidadãos percebam sua capacidade de modificar seu cotidiano conforme preconiza Habermas (apud Tenório 2004) sobre a concepção de cidadania, sendo necessário que o cidadão se apresente democraticamente ativo, ou seja, que tenha a possibilidade real de influenciar na transformação da sua própria condição no mundo que vive e atua.

O Processo de Participação Popular, mesmo diante de limitações e desafios, evidenciou, estar institucionalizado no Estado, apresentar melhorias em

relação ao processo anteriores, favorecer as discussões de forma organizada devido à atuação dos conselhos na gestão do processo. Desta forma, denota-se um contexto favorável, entre os entrevistados, à continuidade do Processo de Participação Popular no Estado. Haja visto que o PPP vem a promover a democracia e o desenvolvimento, ainda que necessite evoluir na promoção da educação política na mesma dimensão e na consolidação das primeiras.

Inferi-se que a democracia participativa é construída no PPP, como alternativa aos limites tanto da democracia direta quanto da democracia representativa. A democracia participativa, de acordo com Tenório (2007), se apresenta como semi-direta, pois busca aproximar a sociedade dos espaços de decisão sem desconsiderar os representantes eleitos, a exemplo dessa experiência no Estado.

Além disso, segundo Limana (1993), a democracia assemelha-se a “uma obra em aberto”, permanentemente em construção e aprimoramento, tendo, portanto o caráter de ponto de partida e utopia. Desta forma, a democracia jamais será um ponto de chegada para um fim em si, mas sim, um horizonte a ser conquistado. Neste sentido, a democracia participativa mesmo que seja prevista no âmbito constitucional, ela precisa ser construída entre os agentes sociais.

Já quanto à democracia deliberativa, que pressupõe a participação da sociedade civil em favor dos assuntos coletivos por meio da deliberação em que a cidadania possa estar presente tanto exercendo o controle social como deliberando sobre o bem-estar da sociedade local, o caminho é incipiente. Nesse sentido, o PPP vem a se constituir em uma possibilidade de uma democracia deliberativa, onde a sociedade organizada participa da decisão das políticas de controle final dos recursos públicos visando o desenvolvimento local. Contudo, essa trajetória necessita de processos pedagógicos permanentes, do fortalecimento dos espaços abertos a participação cidadã, como também de lideranças políticas que acreditem na possibilidade de uma democracia nesta dimensão.

O NHBP, na acepção do conceito, preconizado por Tenório (2000), vem a promover a cidadania deliberativa considerando-se a forma como aconteceu processo de discussão deste, ou seja, baseado nos princípios da dialética, a

pluralidade do grupo promotor, por envolver Sociedade Civil, Mercado e Estado, por resguardar sua autonomia, por promover o bem comum, ser genuinamente comunitário, com origem em grupos excluídos da sociedade entre outros fatores que levaram a construção da proposta em questão como alternativa a solução as necessidades contemporâneas da população.

Em relação ao desenvolvimento, Sen (2000), considera que o fortalecimento do sistema democrático é um componente essencial do desenvolvimento, pois este contribui quer seja de forma intrínseca quer seja de forma instrumental. Desta forma, constata-se, a partir do estudo realizado, que o PPP, em relação ao caso estudado, contribui, em certa medida, para o desenvolvimento socioeconômico local. Uma vez que o desenvolvimento econômico não pode ser medido somente por indicadores de expansão econômica global, mas também pelo impacto da democracia e das liberdades políticas sobre a vida e as capacidades dos cidadãos. Nesse sentido, o estudo mostra que se está no caminho da consolidação da democracia, entretanto este processo é lento. Já em relação à participação e ao exercício da cidadania estes necessitam ser revisitados para que ocorram na mesma dimensão da democracia. Pois quanto mais condições e acesso as pessoas possuírem, mais livres elas podem se tornar, tanto para cuidar de si mesmas como para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria do C. Participação cidadã nas políticas públicas. In: HERMANNS, Klaus. **Participação cidadã**: novos conceitos e metodologias. Fortaleza: Fundação Konrad Adenaur, 2004.

ALLEBRANDT, Sérgio L. Entrevista concedida a Viviane Rodrigues Lucca, em 2 fev.2010

_____. Sociedade civil. In: SIEDENBERG, D. R. **Dicionário desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006a.

_____. Espaços Públicos Ampliados para o Processo de Planejamento do Desenvolvimento Local/Regional: Os COREDES e os Comudes no Rio Grande do Sul. In: **Revista de Participação, Cidadania e Gestão Local**, Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional da Fidene e do Departamento de Estudos da Administração da Unijuí, n. 10/11, p. 41-55, jan./jun. jul/dez. 2006b.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicomacos**. Tradução de Mario da Gama Kury. Brasília, 1985. (Coleção Biblioteca Clássica UnB).

BANCO DE DADOS. Disponível em: <http://www.ipd.unijui.edu.br/corede/norc/infgerais.html> Acesso em: 21. ago. 2009.

_____. Disponível em: <http://www.ppp.rs.gov.br/consultapopular> Acesso em: 8 jan. 2010.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional.** Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasilia, 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td_99_630.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2009.

BARQUERO, Antonio V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BASTOS, Antonio Virgílio B.; GONDIM, Sônia Maria G.; LOIOLA, Elizabeth. Aprendizagem organizacional versus organizações que aprendem: características e

desafios que cercam essas duas abordagens de pesquisa. In: **Revista Estudos da Administração,** São Paulo, v. 39, n.3,p.220-230, 2004.

BAVA-CACCIA, Silvio. Participação para quê? In: **Diário de São Paulo**, 02 dez. 2003.. Disponível em: <http://www.unijui.edu.br/dead/cidadania/artigo40.html>. Acesso em: 25 nov. 2008.
BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz (Orgs.) **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

BEGNIS, Heron S. M.; ZERBIELLI, Jerusa. Mercados, Eficiência Alocativa e desenvolvimento sob o enfoque da nova economia institucional. In: BECKER, Dinizar F., WITTMANN, Milton L. (Orgs.). **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p.117-135.

BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (Orgs.) **As regiões ganhadoras – distritos e redes:** os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras (PT): Celta, 1994.

BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

BRUM, Argemiro J. **UNIJUÍ:** sua história, suas idéias. Uma experiência de universidade comunitária. 2. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 1998. v. 1.

CAIDEN; Gerald E.; CARAVANTES, Geraldo R. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

CAMPOMAR, Marcos C. Do uso de “estudo de caso” em pesquisas para dissertações e teses em administração. In: **Revista Estudos da Administração,** São Paulo, v. 26, n.3, p.95-97, 1991. Disponível em: <http://www.pessoal.utfpr.edu.br>. Acesso em: 01. abr. 2010.

CARVALHO, José Luis Felício; VERGARA, Sylvia Constant. A fenomenologia e a pesquisa dos espaços de serviços. **Revista de Administração de Empresas** – RAE, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 78-91, jul./set., 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 5. ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2004.

CERVO, Amado L., BERVIAN, Pedro A., SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CORRÊA, Darcísio. **A construção da cidadania**: reflexões histórico-políticas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

COSTA, Frederico L; CUNHA, Augusto P. G. **Pensar o desenvolvimento a partir do local: o novo desafio para gestores públicos.** Lisboa – Portugal, 2002. Disponível em:
<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044418.pdf>.
Acesso em: 24 out. 2008.

COREDE-NORC. Informações sobre PPP.

DEMO, Pedro. Participação e planejamento: um arranjo preliminar. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 31-54, jul./set. 1991.

_____. **Estratégias de desenvolvimento. Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n.12, dez. 1993.

DOWBOR, Ladislau. **O que é**: poder local. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Primeiros Passos).

EMATER – ASCAR/RS. Disponível em: <http://www/emater.tche. br/site>. Acesso em: 21 out. 2009.

FAMURS – FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL. Informações Municipais. Disponível em: <http://ww2/famurs.com.br/informaçõesmunicipais/salaentidade.php?acao=A_inicia_sala&codOntologia=32&setPortalIndex=1>. Acesso em: 22 out. 2009.

FÁVERO, Altair Alberto; GABOARDI, Ediovani Antônio (Coords.). **Apresentação de trabalhos científicos**: normas e orientações práticas. 4. ed. Passo Fundo: UPF, 2008.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. Siegfried Emanuel Heuser. Índice de Desenvolvimento Socioeconomico – IDESE. Disponível em: <http://www/fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatísticas/pg_idese.php>. Acesso em: 20 out. 2009.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **O dicionário da língua portuguesa**. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FISCHER, Tânia. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: FISCHER, Tânia. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliações. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 12-32.

FRANTZ, Walter. **Uma iniciativa comunitária no espaço público não-estatal**: o Hospital Bom Pastor, 2003.

FRIZZO, Paulo. Entrevista concedida a Viviane Rodrigues Lucca, em 20 jun.2007.

GAVRONSKI, Alexandre Amaral. **Participação popular**. Disponível em: <http://www/esmpu.gov.br/dicionario>. Acesso em: 03 fev. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

HOSPITAL BOM PASTOR. **Projeto Novo Hospital Bom Pastor**. [2003?].

_____. Campanha Adote o Bom Pastor. [2007?]. Impresso.

INSTITUTO de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional - IPD. Disponível em: <http://www.ipd.unijui.edu.br/corede/corede.html?page_nome=descrição>. Acesso em 18. nov. 2009.

KELM, Martinho Luís. **Subsídios à disciplina de metodologia da pesquisa**. Ijuí, 2002. (mímeo)

KOTLER, P. **Marketing para organizações que não visam lucro**. São Paulo: Atlas, 1994.

LIMANA, Amir. "**Os dilemas da democracia**": contribuições ao debate. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1993.

LUCCA, Viviane R.; FROEMMING, Lurdes M. S. **Estratégias de marketing social voltadas ao Processo de Participação Popular - PPP**: o caso do Novo Hospital Bom Pastor de Ijuí. Ijuí, 2007. (mímeo).

LUCHMANN, Lígia Helena H. A democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2033.pdf>. Acesso em: 01. fev. 2010.

MARQUES, Mario Osório. **Botar a boca no mundo**: cidadania, política e ética. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.

_____. **IJUÍ (RS):** Uma cultura diversificada. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. (Coleção Museu Antropológico Diretor Pestana).

MINAYO, Maria Cecília de Souza et. al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. [s.l.]: Vozes, 2002.

MOREIRA, Daniel A. (Org.) **Didática do ensino superior**: técnicas e tendências. São Paulo: Pioneira, 2000.

PRANGE, Christiane. Aprendizagem organizacional – desesperadamente em busca de teorias? In: Easterby-Smith, Mark et al. **Aprendizagem organizacional e organização de aprendizagem**. Desenvolvimento na teoria e na prática. São Paulo, Atlas, 2001. p. 41-63.

PORTAL dos COREDES RS. Disponível em: <http://www.nidus.org.br/coredesrs/sitemgr/sitemgr-site/?category-id=4>. Acesso em 18. nov. 2009.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 46.332**, de 06 de maio de 2009. Porto Alegre. 2009. Dispoanível em: <http://www/saude.rs.gov.br/dados/decreto46332regulamentoCP%>. Acesso em: 28 dez. 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIEDENBERG, Dieter R. Desenvolvimento: ambigüidade de um conceito difuso. In: **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí: Ed. Unijuí, n. 3, p. 9-26, jan./jun 2004.

_____. **Cidadania.** In: SIEDENBERG, D. R. **Dicionário desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006a.

_____. **Participação.** In: SIEDENBERG, D. R. **Dicionário desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006b.

_____. **Dicionário desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006c.

_____. A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: BECKER, Dinizar F., WITTMANN, Milton L. (Orgs.) **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008a. p.157-173.

_____. **Gestão do desenvolvimento**. Ijuí: Unijuí, 2008b. (Coleção Educação à Distância. Série Livro-Texto).

SILVA, Marcelo Kurnath. **Construção da "participação popular**": análise comparativa de processos de participação popular na discussão pública do orçamento em municípios da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Porto Alegre, 2001. 152 f Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação da UFRGS, Porto Alegre, 2001.

TENÓRIO, Fernando G. Inovando com democracia, ainda uma utopia. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, p. 229-238,1999.

_____. **Flexibilização organizacional:** mito ou realidade? Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. **Um espectro ronda o terceiro setor:** o espectro do mercado. Ensaios de Gestão Social. 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2004.

_____ (Org.) **Cidadania e desenvolvimento local**. Ijuí: Unijuí, 2007.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA. HOSPITAL BOM PASTOR [2003?].

TRIVINÕS, A. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.

WEFFORT, Francisco. **Qual democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WESENDONCK, Claudia C. **O Processo de Participação Popular (PPP) como fator de desenvolvimento socioeconômico nos COREDES RS:** direcionamentos, referências e indicadores. 94 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, Ijuí, 2009.

ANEXOS

ANEXO A

QUESTIONÁRIO PRÉ-ESTRUTURADO DA PESQUISA

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 497 de 28/06/85 - D.O.U 01/07/85, Regionalizada pelas Portarias Ministeriais nº 1626 de 10/11/93 - D.O.U 11/11/93 e nº 818 de 27/05/94 - D.O.U 30/05/94

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DIREÇÃO DO NOVO HOSPITAL

Nome do entrevistado:.....
Cargo:.....
Gestão: .....
Data da entrevista:...../...../.....

Questões sobre Aprendizagem e Consolidação da Participação e Cidadania

1) Cite e comente sobre os principais problemas e/ou desafios do Processo de Consulta Popular em que o Novo Hospital Bom Pastor esteve presente?

2) Cite e comente as principais revelações ocorridas durante o processo de Processo de Consulta Popular em que o Novo Hospital Bom Pastor esteve presente?

3) Comente sobre as principais aprendizagens adquiridas durante o período do Processo de Consulta Popular em o Novo Hospital Bom Pastor este presente?

4) Qual a percepção em relação ao processo de consulta popular no período de 2003 a 2009 e em relação à votação do Novo Hospital Bom Pastor?

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 497 de 28/06/85 - D.O.U 01/07/85, Regionalizada pelas Portarias Ministeriais nº 1626 de 10/11/93 - D.O.U 11/11/93 e nº 818 de 27/05/94 - D.O.U 30/05/94

ROTEIRO DE ENTREVISTA

LIDERANÇAS COREDE E COMUDE

Nome do entrevistado:.....
Cargo:.....
Gestão: .....
Data da entrevista:...../...../.....

Questões sobre Aprendizagem e Consolidação da Participação e Cidadania

1) Cite e comente sobre os principais problemas e/ou desafios do Processo de Consulta Popular?

2) Cite e comente as principais revelações ocorridas durante o processo de Processo de Consulta Popular?

3) Comente sobre as principais aprendizagens adquiridas durante o período do Processo de Consulta Popular?

4) Qual a percepção em relação ao processo de consulta popular no período de 2003 a 2009 e em relação à votação do Novo Hospital Bom Pastor, do Corede, do Corede Norc e do Estado do RS?

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 497 de 28/06/85 - D.O.U 01/07/85, Regionalizada pelas Portarias Ministeriais nº 1626 de 10/11/93 - D.O.U 11/11/93 e nº 818 de 27/05/94 - D.O.U 30/05/94

ROTEIRO DE ENTREVISTA

PRESIDENTE E DIREÇÃO EXECUTIVA DO NOVO HOSPITAL

Nome do entrevistado:.....
Cargo:.....
Gestão: .....
Data da entrevista:...../...../.....

1) Quais os canais de comunicação utilizados para realizar a difusão do Projeto Novo Bom Pastor?

2) O que poderia ser melhorado em termos de difusão de informação e da própria informação prestada à comunidade?

3) Qual a estrutura que acompanha o processo de discussão, votação e tramites da consulta popular?

4) Como funciona essa estrutura?

5) De que forma a comunidade participa do Novo Hospital Bom Pastor?

6) Como nasceu o projeto Novo Hospital Bom Pastor?

7) Quais são os agentes ou instituições envolvidos com o Novo Hospital Bom Pastor?

8) Qual sua percepção em relação ao interesse da comunidade pelo Novo Hospital Bom Pastor?

9) Quem são as principais lideranças ou gestores do projeto Novo hospital Bom pastor?

10) Em que fase se encontra a construção do Novo Hospital?

11) Como está a liberação dos recursos da consulta popular no período de 2004 a 2009?

ANEXO B

CÉDULAS E/OU LISTAS DE VOTAÇÃO DA CONSULTA POPULAR NO PERÍODO DE 2003 A 2009

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

CONSULTA POPULAR

COREDE	COMUDE

CÉDULA DE VOTAÇÃO

Vote em 6 propostas prioritárias, somente uma por área.

CONSULTE A LISTA
ESCREVA O NÚMERO DA PROPOSTA

REGIONAL/MUNICIPAL

Presidente

06 / 08 / 03
DATA

Gabinete do Vice-Governador - Gabinete de Políticas Públicas
Secretaria de Coordenação e Planejamento
Secretaria Extraordinária de Combate às Desigualdades Regionais
Casa Civil

COREDES – Noroeste Colonial
LISTA DE PRIORIDADES

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Proposição: COD		Regionais Proposição	Áres
1	-	R Reflorestamento com espécies ameaçadas de extinção, nos 32 municípios. - R$ 200.000,00	Secretaria do Meio Ambiente
2	-	R Infra-estrutura de assentamentos - Chiapetta, Coronel Bicaco, Redentora, Jóia e Catuípe - R$ 107.904,54	Governo do Estado - Gabinete da Reforma Agrária e Cooperativismo
3	-	R Reforma e Construção de Novas Unidades para a Polícia Civil nos municípios de Ajuricaba - R$180.000,00 e Tenente Portela - R$ 50.000,00 - R$230.000,00	Secretaria da Justiça e Segurança
4	-	R Reaparelhamento da Brigada Militar. Aquisição de Viaturas para os municípios de Três Passos,Tenente Portela Barra do Guarita, Bom Progresso,Braga,Chiapetta, Derrubadas, Miraguaí, Humaitá, Inhacorá, Redentora e Nova Ramada - valor unitário R$ 35.000,00 , - R$ 420.000,00	Secretaria da Justiça e Segurança
5	-	R Aquisição de Viatura - caminhão para os Bombeiros. - Três Passos . - R$ 280.000,00	Secretaria da Justiça e Segurança
6	-	R Reposição da Frota de Veículos da Polícia Civil nos municípios de Ijuí - R$71.500,00 , Pejuçara - R$ 37.000,00 e Condor - R$ 37.000,00 , - R$ 145.500,00 TOTAL - R$1.075.500,00	Secretaria da Justiça e Segurança
7	-	R Capacitação Profissional de Agricultores Familiares - CRES Augusto Pestana/Bom Progresso. - R$ 300.000,00	Secretaria da Agricultura e Abastecimento
8	-	R Fruticultura Implantação de Pomares, nos 32 municípios - R$ 960.000,00	Secretaria da Agricultura e Abastecimento
9	-	R Fruticultura Assistência Técnica e Capacitação, nos 32 municípios. - R$ 100.000,00 TOTAL - R$1.360.000,00	Secretaria da Agricultura e Abastecimento
10	-	R Criação e manutenção de Redes de Cooperação , nos 32 municípios - R$ 220.000,00	Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais
11	-	R Extensão Empresarial, nos 32 municípios. - R$ 319.000,00 TOTAL - R$539.000,00	Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais
12	-	R Luz no Campo, nos 32 municípios. - R$ 592.925,49	Secretaria de Estado de Energia, Minas e Comunicações
13	-	R Ampliação dos Espaços Escolares para o Ensino Médio e Profissionalizante - Bom Progresso/Três Passos/Tenente Portela e Santo Augusto - R$1.240.000,00	Secretaria da Educação
14	-	R Qualificação dos Espaços Pedagógicos com Prioridade para o Ensino Médio - Crissiumal/São Martinho/ São Valério do Sul/ Panambi - R$ 452.000,00	Secretaria da Educação
15	-	R Tecnologia e Informática no Processo Educacional - Barra do Guarita/ Braga/Campo Novo/Chiapetta/Cel.Bicaco/Derrubadas/Esperança do Sul/Humaitá/Inhacorá/Miraguaí/Redentora/Sede Nova/Tiradentes do Sul/Vista Gaúcha/Bozano/ Condor/Nova Ramada/Augusto Pestana/Catuípe/Coronel Barros Pejuçara/Santo Augusto/Tenente Portela/Três Passos/Ajuricaba - R$1.330.000,00	Secretaria da Educação
16	-	R Aquisição, Atualização e Manutenção de Equipamentos das Escolas de Educação Profissional - Ajuricaba/Ijuí/Jóia - R$ 364.000,00	Secretaria da Educação
17	-	R Criação de Cursos para a Habilitação de Professor de Educação Profissional, nos 32 municípios. - R$ 300.000,00	Secretaria da Educação
18	-	R Integração das Escolas de Educação Profissional via Internet, nos 32 municípios - R$ 200.000,00	Secretaria da Educação
19	-	R Implantação e Implementação de turmas de EJA, nos 32 municípios - R$ 400.000,00 TOTAL - R$4.916.000,00	Secretaria da Educação
20	-	R UTI's Regionais, em Três Passos e Ijuí - R$ 856.000,00	Secretaria Estadual da Saúde
21	-	R Centros Regionais de Atendimento à Saúde Mental, em Tenente Portela e Augusto Pestana - R$ 350.000,00	Secretaria Estadual da Saúde
22	-	R Hospital Regional Geriátrico, Psiquiátrico e para Dependentes Químicos, em Ijuí - Hospital Bom Pastor - R$ 200.000,00	Secretaria Estadual da Saúde
23	-	R PROSAN, para os 32 municípios. - R$ 300.000,00 TOTAL - R$1.706.000,00	Secretaria Estadual da Saúde
24	-	R Capacitação do Trabalhador, nos 32 municípios - R$ 400.000,00	Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social
25	-	R Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho, nos 32 municípios. - R$ 800.000,00	Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social
26	-	R Concessão de Benefício Monetário e Orientação Sócio-Familiar - Família Cidadã , Nos 32 municípios - R$ 300.000,00 TOTAL - R$1.500.000,00	Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social
27	-	R Sinalização da Rota Turística Yucumã - R$ 55.599,00	Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer
28	-	R Pólo Óleo Químico - Três Passos - R$ 36.000,00	Secretaria da Ciência e Tecnologia
29	-	R Pólo Aqüicultura Ajuricaba - R$ 35.000,00	Secretaria da Ciência e Tecnologia
30	-	R Cadeia Produtiva da Cana-de-Açúcar Ijuí - R$ 33.000,00 TOTAL - R$104.000,00	Secretaria da Ciência e Tecnologia
31	-	R Construção da Rodovia RS 472 Três Passos-Tuvo - R$ 1.500.000,00	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
32	-	R Construção da Rodovia RS 330 - Pinhalzinho/Derrubadas - R$ 1.200.000,00	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
33	-	R Construção da Rodovia RS 163 T.Portela /Barra Guarita. - R$ 800.000,00 TOTAL - R$ 3.500.000,00	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
34	-	R Pesquisa em Agropecuária - Fruticultura, Leite e Produção Orgânica - R$165.000,00	Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul
35	-	R Desenvolvimento Regional - Educação, Meio Ambiente e Cidadania - R$ 138.000,00	Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul
36	-	R Tecnologias de Transformação - Plantas Medicinais, Produtos Vege- tais e Animais e Equipamentos Agrícolas e Industriais . - R$155.000,00 TOTAL - R$335.000,00	Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul
37	-	R Construção do Laboratório Fitoterápico em Panambi. - R$ 35.934,88	Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde
38	-	R Substituição das redes de água de cimento amianto, nos municípios que tenham esta necessidade - R$ 200.000,00	Companhia Riograndense de Saneamento
39	-	R comercialização do produto turístico, nos 32 municípios 30.000,00	Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer
40	-	R Luz no campo - urbana, nos 32 municípios - 592.925,49	Secretaria de Estado de Energia, Minas e Comunicações

Proposição: COD — Municipais Proposição

41 - M AJURICABA Minha Casa 50.000,00
42 - M AJURICABA Recuperação de Pomares 25.000,00
43 - M AUGUSTO PESTANA Minha Casa 30.000,00
44 - M AUGUSTO PESTANA Região Resolve 100.000,00
45 - M AUGUSTO PESTANA Tecnologia e Informatização no Processo Educacional 110.000,00
46 - M BARRA DO GUARITA Recuperação de Pomares 25.000,00
47 - M BARRA DO GUARITA Região Resolve 25.000,00
48 - M BARRA DO GUARITA Inserção de jovens no mercado formal de trabalho 25.000,00
49 - M BARRA DO GUARITA Manutenção e conservação dos espaços escolares 25.000,00
50 - M BOM PROGRESSO Capacitação Profissional de Agricultores Familiares 15.000,00
51 - M BOM PROGRESSO Tecnologia e Informatização no Processo Educacional 25.000,00
52 - M BOM PROGRESSO Região Resolve 41.000,00
53 - M BOZANO Perfuração de Poços Tubulares Comunitários 21.000,00
54 - M BOZANO Reaparelhamento da Brigada Militar21.000,00
55 - M BRAGA Região Resolve 70.000,00
56 - M BRAGA Qual. esp. pedag. c/ prioridade p/ ens. médio 40.000,00
57 - M BRAGA Minha Casa 25.000,00
58 - M CAMPO NOVO Minha Casa 40.000,00
59 - M CAMPO NOVO Implantação de Pomares 30.000,00
60 - M CAMPO NOVO Reaparelhamento da Brigada Militar70.000,00
61 - M CAMPO NOVO Saneamento Básico para Pequenas Comunidades 30.000,00
62 - M CATUÍPE Qualificação dos espaços pedagógicos para o Ensino Médio - E. E. B. do Rio Branco 60.000,00
63 - M CATUÍPE Região Resolve 60.000,00
64 - M CATUÍPE Inserção de jovens no mercado formal de trabalho
65 - M CHIAPETTA Ampliação dos espaços para ensino médio 40.000,00
66 - M CHIAPETTA Implantação de Pomares 20.000,00
67 - M CHIAPETTA Reflorestamento com espécies Ameaçadas de extinção 20.000,00
68 - M CONDOR Ampl. e qualif. esp. para o ens. Médio. (E. Agostinha Dill) 25.000,00
69 - M CONDOR Região Resolve 40.000,00
70 - M CONDOR Implantação de Pomares 40.000,00
71 - M CONDOR Reposição da frota de veículos da Polícia Civil 28.000,00
72 - M CONDOR Aquisição de livros novos para as Bibliotecas 14.000,00
73 - M coronel barros implantação de Pomares 35.400,00
74 - M CORONEL BARROS Região Resolve 35.400,00
75 - M CORONEL BICACO Região Resolve 145.000,00
76 - M CORONEL BICACO Qualificação dos espaços pedagógicos com prioridade para o ensino médio 30.000,00
77 - M CORONEL BICACO Inserção de jovens no mercado formal de trabalho 40.000,00
78 - M CRISSIUMAL Implantação de Pomares 40.000,00
79 - M CRISSIUMAL Tecnologia e Informatização no Processo Educacional 70.000,00
80 - M CRISSIUMAL Região Resolve 80.000,00
81 - M CRISSIUMAL Reposição da frota de veículos da Polícia Civil 65.000,00
82 - M DERRUBADAS Região Resolve 63.500,00
83 - M DERRUBADAS Abastecimento de Água 63.500,00
83 - M Derrubadas Abastecimento de Água 63.500,00
84 - M ESPERANÇA DO SUL Perfuração de Poços Tubulares Comunitários 40.000,00
85 - M ESPERANÇA DO SUL Ampliação dos Espaços Escolares para o Ensino Médio 25.000,00
85 - M ESPERANÇA DO SUL Ampliação dos Espaços Escolares para o Ensino Médio 25.000,00
86 - M ESPERANÇA DO SUL Reposição da frota de veículos da Polícia Civil 65.000,00
86 - M ESPERANÇA DO SUL Reposição da frota de veículos da Polícia Civil 65.000,00
87 - M HUMAITÁ Qualificação dos espaços pedagógicos com prioridade para o ensino médio (tecnologia e informatização no processo educacional) 20.000,00
87 - M HUMAITÁ Qualificação dos espaços pedagógicos com prioridade para o ensino médio (tecnologia e informatização no processo educacional) 20.000,00
88 - M HUMAITÁ Perfuração de Poços Tubulares Comunitários 20.000,00
89 - M HUMAITÁ Saneamento Comunitário - PROSAN 28.000,00
90 - M IJUÍ Capacitação profissional de agricultores familiares 50.000,00
91 - M IJUÍ Inserção de jovens no mercado de trabalho 90.000,00
92 - M IJUÍ Construção de rodovias (pavimentação da Perimetral Norte) - RS 155 - RS 342 250.000,00
93 - M IJUÍ Coleta e tratamento de esgoto 155.000,00
94 - M IJUÍ Eventos Esportivos 65.000,00
95 - M IJUÍ Aquisição, Atualização e Manutenção de Equipamentos das Escolas de Educação Profissional e Ampliação dos Espaços Escolares 420.000,00
96 - M INHACORÁ Região Resolve 34.000,00
97 - M INHACORÁ Tecnologia e Informatização no Processo Educacional 34.000,00
98 - M JÓIA Saneamento Comunitário - PROSAN 80.000,00
99 - M JÓIA Inserção de jovens no mercado formal de trabalho 50.000,00
100 - M JÓIA Reaparelhamento da Brigada Militar 120.000,00
101 - M MIRAGUAÍ Ampliação dos Espaços Escolares para o Ensino Médio 50.000,00
102 - M MIRAGUAÍ implantação de Pomares 70.000,00
103 - M MIRAGUAÍ Região Resolve 30.000,00
104 - M NOVA RAMADA Implantação de Pomares 46.500,00
105 - M NOVA RAMADA Região Resolve 46.500,00
106 - M PANAMBI Ampliação e qualificação dos espaços para o ens. médio Esc.José Anchieta 260.000,00
107 - M PANAMBI Inserção de jovens no mercado formal de trabalho 90.000,00
108 - M PANAMBI Perfuração de Poços Tubulares Comunitários 60.000,00
109 - M PANAMBI CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO FITOTERÁPICO 36.000,80
110 - M PEJUÇARA Região Resolve 18.700,00
111 - M PEJUÇARA Inserção de jovens no mercado formal de trabalho 38.700,00
112 - M PEJUÇARA Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário 20.000,00
113 - M REDENTORA Região Resolve 120.000,00
114 - M REDENTORA Manutenção e conservação dos espaços escolares 36.000,00
115 - M REDENTORA Inserção de jovens no mercado formal de trabalho 60.000,00
116 - M SANTO AUGUSTO Minha Casa 40.000,00
117 - M SANTO AUGUSTO Inserção de jovens no mercado formal de trabalho 60.000,00
118 - M SANTO AUGUSTO Implantação de pomares 100.000,00
119 - M SANTO AUGUSTO Ampliação dos espaços para ensino médio (E. E. Francisco Andriguetto) 120.000,00
120 - M SÃO MARTINHO Região Resolve 52.500,00
121 - M SÃO MARTINHO Manutenção e Conservação dos Espaços Escolares 20.000,00
122 - M SÃO MARTINHO Inserção de jovens no mercado formal de trabalho 25.000,00
123 - M SÃO MARTINHO Manejo dos recursos florestais do RS 30.000,00
124 - M SÃO VALERIO DO SUL Ampliação dos Espaços Escolares para o Ensino Médio 45.000,00
125 - M SÃO VALERIO DO SUL Região Resolve 45.000,00
126 - M SEDE NOVA Qualif. dos esp. pedag. c/ prioridade p/ o ens. médio (Col. Raimundo Almeida) 18.000,00
127 - M SEDE NOVA Região Resolve 37.000,00
128 - M SEDE NOVA Concessão de Benefício Monetário e OSF 25.000,00
129 - M TENENTE PORTELA Construção de Rodovias - Reparos acesso RS 472/RS 330 150.000,00
130 - M TENENTE PORTELA Ampliação dos Espaços Escolares 100.000,00
131 - M TENENTE PORTELA Armazenamento de água (açudes) 70.000,00
132 - M TENENTE PORTELA ve (mamografo Hospital Santo Antonio) 150.000,00
133 - M TENENTE PORTELA Aquisição de Livros Novos para as Bibliotecas 15.000,00
134 - M TENENTE PORTELA Inserção de jovens no mercado formal de trabalho 70.000,00
135 - M TIRADENTES DO SUL Reposição da frota de veículos da Polícia Civil 55.000,00
136 - M TIRADENTES DO SUL Região Resolve 51.000,00
137 - M TIRADENTES DO SUL Criação de Cursos para a Habilitação de Professores de Educação Profissional 30.000,00
138 - M TIRADENTES DO SUL Implantação de Saneamento Básico Pequenas Comunidades 20.000,00
139 - M TIRADENTES DO SUL Aquisição de Livros Novos para as Bibliotecas 14.000,00
140 - M TRES PASSOS Coleta e Tratamento de Esgoto 120.000,00
141 - M TRES PASSOS Qualificação Profissional de Agricultores Familiares 15.000,00
142 - M TRES PASSOS Reflorestamento com espécies ameaçadas de extinção 60.000,00
143 - M TRES PASSOS Ampliação dos espaços para Ensino Médio (Esc.E. Érico Veríssimo) 90.000,00
144 - M TRES PASSOS Informatização do Processo Educacional na área tecnológica 60.000,00
145 - M TRES PASSOS Aquisição de Livros Novos para as Bibliotecas 15.000,00
146 - M VISTA GAUCHA Qualificação dos espaços pedagógicos com prioridade para o Ensino Médio - Esc.E. Érico Veríssimo 31.400,00
147 - M VISTA GAUCHA Concessão de Benefício Monetário e OSF 31.400,00
148 - M AJURICABA Região Resolve 50.000,00
149 - M AJURICABA Qualif. esp. pedag. c/ prioridade p/ Ens. Médio (E. E. Medianeira L. 28 e J. Cullen) 20.000,00

Áres

Secretaria Especial da Habitação
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Secretaria Especial da Habitação
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria da Educação
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social
Secretaria da Educação
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Secretaria da Educação
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Secretaria da Justiça e Segurança
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria da Educação
Secretaria Especial da Habitação
Secretaria Especial da Habitação
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Secretaria da Justiça e Segurança
Secretaria de Obras Públicas e Saneamento
Secretaria da Educação
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social
Secretaria da Educação
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Secretaria do Meio Ambiente
Secretaria da Educação
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Secretaria da Justiça e Segurança
Secretaria da Cultura
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria da Educação
Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Secretaria da Educação
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria da Justiça e Segurança
Secretaria Estadual da Saúde
Companhia Riograndense de Saneamento
Companhia Riograndense de Saneamento
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Secretaria da Educação
Secretaria da Educação
Secretaria da Justiça e Segurança
Secretaria da Justiça e Segurança
Secretaria da Educação
Secretaria da Educação
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
Companhia Riograndense de Saneamento
Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul
Secretaria da Educação
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria da Educação
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social
Secretaria da Justiça e Segurança
Secretaria da Educação
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria da Educação
Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social
Secretaria de Obras Públicas e Saneamento
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria da Educação
Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social
Secretaria Especial da Habitação
Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Secretaria da Educação
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria da Educação
Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social
Secretaria do Meio Ambiente
Secretaria da Educação
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria da Educação
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
Secretaria da Educação
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria da Cultura
Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social
Secretaria da Justiça e Segurança
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria da Educação
Secretaria de Obras Públicas e Saneamento
Secretaria da Cultura
Companhia Riograndense de Saneamento
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Secretaria do Meio Ambiente
Secretaria da Educação
Secretaria da Educação
Secretaria da Cultura
Secretaria da Educação
Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social
Secretaria Estadual da Saúde
Secretaria da Educação

Apoio:

Governo do Rio Grande do Sul
ESTADO QUE TRABALHA UNIDO

Corag
Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul

banrisul
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
www.banrisul.com.br

CONSULTA POPULAR 2004.

	SECRETARIA DA SAÚDE			
45	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM CARDIOLOGIA NO HCI - Ijuí		691.011,71	15537
49	AMPLIAÇÃO, REFORMA E ADAPTAÇÃO DE ÁREA FÍSICA DE UNIDADES-HOSPITALARES E DE SAÚDE; AMPLIAÇÃO- UTI Regional **Investimento**: Braga - 45.000,00; Três Passos - 250.500,00; Ijuí - 21.059,13 **Serviço**: Ijuí - 300.000,00; São Martinho -45.000,00	316.559,13	345.000,00	21513

Consulta Popular 2005

	SECRETARIA DA SAÚDE	
27	**Manutenção do Centro de Referência em Cardiologia no HCI** - Ijuí	230.000,00
28	**Construção de UBS** - Esperança do Sul; Nova Ramada e Tenente Portela - 15.000,00 para cada município	45.000,00
29	**Custeio de UTI** - Custeio de Leitos de UTI Pediátrica em Três Passos	200.160,00
30	**Reforma de Unidade Básica de Saúde** - Sede Nova(10.000,00) Coronel Barros (10.000,00) - **Reforma e Adaptação da Área Física para Adequação de Unidades de Saúde** - Condor (10.000,00); São Martinho (10.000,00); Vista Gaúcha (10.000,00)	50.000,00
31	**Módulos Sanitários** - Campo Novo; Santo Augusto; Barra do Guarita; Inhacorá e Panambi - 10.530,00 para cada município	52.650,00
32	**Ampliação de Área Física para Adequação de Unidades de Saúde** - Hospital Santa Rita de Redentora (30.000,00); Bom Pastor Ijuí (250.500,00); Bom Pastor de Santo Augusto(70.500,00)	351.000,00
33	**Ampliação de UBS** - Derrubadas; Braga; Ajuricaba; Augusto Pestana, Tiradentes do Sul; Bom Progresso; São Valério do Sul; Jóia; Humaitá; Coronel Bicaco - 12.000,00 para cada município	120.000,00
34	**Custeio para a Execução de Serviços de Média e Alta Complexidade através de Consórcio Intermunicipal de Saúde** - Região Noroeste Colonial	300.000,00
35	**Equipamentos para Unidade Básica de Saúde** - Pejuçara; Catuípe; Miraguaí e Crissiumal - 12.500,00 para cada município.	50.000,00

Consulta Popular 2006

COREDE-NORC
Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial

LISTA DE VOTAÇÃO - Consulta Popular 2006

Nº	PROJETOS	VALOR
	CORSAN - COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO	
1	**Abastecimento de Água -** Construção, Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água **(Investimentos):** Ajuricaba (100.000,00); Crissiumal(100.000,00); Tenente Portela(200.000,00); São Martinho (60.000,00).	**460.000,00**
2	**Coleta e Tratamento de Esgoto -** Construção, Ampliação e Melhoria no Sistema **(Investimentos):** Três Passos (650.000,00).	**650.000,00**
3	**Coleta e Tratamento de Esgoto -** Construção, Ampliação e Melhoria no Sistema **(Investimentos):** Ijuí (650.000,00).	**650.000,00**
		1.760.000,00

	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	
16	**Recuperação de Áreas Degradadas** - Região Noroeste Colonial.	137.600,00
17	**Reflorestamento com Espécies Ameaçadas de Extinção** - Região Noroeste Colonial.	138.600,00
		276.200,00
	SECRETARIA DA SAÚDE	
18	**Ampliação- Reforma e Adaptação da Área Física para Adequação de Unidades de Saúde (Investimentos):** Bom Pastor, Ijuí (457.500,00); **(Serviços):** Bom Pastor, Santo Augusto (212.000,00).	669.500,00
19	**Ampliação de Área Física- Custeio de Leitos de UTI dos Hospitais Regionais de Saúde (Investimentos):** HCI, Ijuí (406.500,00) **(Serviços):** UTI, Três Passos (351.840,00).	758.340,00
20	**Construção- Ampliação- Reforma e Custeio de Leitos de UTI de Hospitais Regionais (Investimentos):** Ampliação de Área Física para Adequação de Unidade de Saúde - HCI, Ijuí (226.500,00); Bom Pastor, Ijuí (226.500,00); **(Serviços):** Custeio de Leitos de UTI, Três Passos (199.680,00); Reforma e Adaptação de Área Física para Adequação de Unidade de Saúde - Bom Pastor, Santo Augusto (111.000,00).	763.680,00
		2.191.520,00
	SECRETARIA DO TURISMO, ESPORTE E LAZER	
21	**Divulgação Turística** - Região Noroeste Colonial.	70.000,00
22	**Qualificação Turística** - Região Noroeste Colonial.	69.000,00
23	**Sinalização Turística** - Região Noroeste Colonial.	70.000,00
		209.000,00

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

CONSULTA POPULAR - 2007

COREDE-NORC

Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Gaúcho

COMUDE

CÉDULA DE VOTAÇÃO

ESCOLHA ATÉ 03 PROJETOS

☐ **AGROPECUÁRIA REGIONAL SUSTENTÁVEL** **Desenvolvimento da Agricultura Familiar** Projeto 7050 Fruticultura Implantação de Pomares e Capacitação de Agricultores (R$ 300.000,00) - Projeto 77102 Agroindústria Geração de Renda (R$ 200.000,00); **Desenvolvimento do Agronegócio Gaúcho** - Projeto 77104 Arranjo produtivo para o leite (equipamentos para produção e armazenagem do leite - R$ 300.000,00) para todos os municípios participantes da Consulta Popular - 2007.

☐ **EDUCAÇÃO** **Projeto 7096** **Manutenção e Conservação Esp. Escolares** **Ajuricaba** - Comendador Soares de Barros (R$ 80.000,00); **Projeto 77121** - **Cel Barros** Cel Barros; **Humaitá** CIEP - Maria Cristina (R$ 89.000,00 p/cada escola); **Projeto 77122** **Aquisição de Equipamentos de Informática** **Coronel Bicaco** EEFRui Barbosa; **Tiradentes do Sul** Cecília Meireles; **Jóia** Cacique Sepé (R$ 14.200,00 p/cada escola); **Projeto 77120** **Construção** **Panambi** Poncho Verde; **Três Passos** Érico Veríssimo (R$ 130.000,00 p/cada escola).

☐ **INDÚSTRIA COMERCIO E SERVIÇOS** **Projeto 7064** - **Fomento Empresarial** (Redes de Cooperação - R$ 290.000,00) para todos os municípios participantes da Consulta Popular - 2007.

☐ **SAÚDE REGIONAL** Macro e Microrregião - **Projeto 7102** **Equipamento para UTI Neonatal**- Ijuí (R$ 250.000,00); **Equipamento de Diagnóstico** (mamógrafos) para Hospital Bom Pastor Santo Augusto e Hospital de Caridade de Três Passos (R$ 150.000,00 para cada hospital).

☐ **SEGURANÇA PÚBLICA** **Projeto 7007** **Aquisição de Viaturas para Brigada Militar** (R$ 45.000,00 unidade) Ajuricaba, Augusto Pestana, Catuípe, Cel.Barros, Crissiumal, Ijuí (2 unidades), Sto Augusto, Sede Nova; Projeto 7043 **Aquisição de Viaturas para Polícia Civil** (R$ 45.000,00 unidade) Chiapetta, Jóia, Panambi, Redentora, Três Passos.

☐ **TURISMO** **Projeto 7132** - **Elaboração e Divulgação de Videos, Publicidade/Placas de Sinalização** (Folders, Cartazes,Pastas, Sacolas, Banners, Postais. - R$ 200.000,00) para todos os municípios participantes da Consulta Popular - 2007.

☐ **TURISMO** Elaboração Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo (R$ 200.000,00).

_____ 22/08/2007

Presidente

Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

COREDE-NORC

Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

CONSULTA POPULAR - 2008

COMUDE:

CÉDULA DE VOTAÇÃO

ESCOLHA ATÉ 03 PROJETOS

☐ **AGROPECUÁRIA REGIONAL** **Desenvolvimento da Agricultura Familiar** **Projeto 7050** **Fruticultura Implantação de Pomares** (R$ 40.000,00), municípios de Bozano, Cel Barros, Ijuí e Pejuçara; - **Projeto 7073** **Piscicultura Regional** **Recuperação e Tratamento de Açudes** (R$ 15.000,00) municípios: Catuípe e Pejuçara; **Desenvolvimento do Agronegócio Gaúcho - Projeto 7264** **Arranjo produtivo para o leite** (equipamentos para produção e armazenagem do leite (R$ 200.000,00) municípios: Augusto Pestana, Bozano, Condor, Jóia, Nova Ramada e Panambi; - **Projeto 79936** **Implantação de sistema de pastoreio rotativo** (R$ 4.900,00) municípios: Ajuricaba, Catuípe e Coronel Barros.

☐ **EDUCAÇÃO** **Projeto 7094** **Ensino Profissionalizante** **Aquisição Equipamentos Fundamentais para cursos técnicos Ijuí - ETE 25 de Julho** (R$ 72.000,00), **EEEM Otávio Brochado da Rocha CIEP** (R$ 30.000,00), **Ajuricaba - EEEM Comendador Soares de Barros** (R$ 30.000,00); **Projeto 76348 - Formação Continuada de Educação** (R$ 10.000,00) municípios: Augusto Pestana, Coronel Barros, Jóia, Nova Ramada e Panambi.

☐ **DESENVOLVIMENTO REGIONAL** **Capacitação, Pesquisa Tecnológica e de Desenvolvimento - Projeto 7064** **Capacitação Empresarial** (R$ 72.000,00); **Projeto 7138 - Fomento a Pesquisa -** Projetos de Pesquisa de Desenvolvimento para Região Noroeste Colonial (360.000,00); **Projeto 7134** **Pólos de Inovação Tecnológica** - Pesquisa Bacia Leiteira (R$ 180.000,00).

☐ **SAÚDE REGIONAL** **Projeto 7102** **Ampliação de área física para adequação de Unidades de Saúde** - Hospital Bom Pastor de Ijuí (R$ 79.800,00); - **Custeio para ampliação de serviços de média e alta complexidade através de consórcio intermunicipal de saúde regional** (R$ 55.437,00) para todos os municípios participantes da Consulta Popular.

☐ **SEGURANÇA PÚBLICA** **Brigada Militar - Projeto 7009** **Kit Segurança** (R$ 60.000,00 - 2 unidades) Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Catuípe, Condor, Cel. Barros, Ijuí, Jóia, Nova Ramada, Panambi e Pejuçara **Projeto 7009** **Kit Armamento** (R$ 8.000,00) Ijuí; **Polícia Civil - Projeto 7045** **Kit Informática** (R$ 60.000,00) Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Catuípe, Condor, Cel. Barros, Ijuí, Jóia, Nova Ramada, Panambi e Pejuçara; **Projeto 7009** **Kit Armamento** - (R$ 8.000,00) Ijuí.

☐ **INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS** **Projetos 7064 - Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais e Fomento Empresarial** (Rede/Extensão Empresarial R$ 390.000,00).

_____ 25/06/2008

Presidente

Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Consulta Popular 2009

COREDE-NORC
Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial

COMUDE:

CÉDULA DE VOTAÇÃO

ESCOLHA ATÉ 04 PROJETOS

☐ **AGROPECUÁRIA - Desenvolvimento da Agricultura Familiar Projeto 7050 - Fruticultura - Implantação de Pomares -** Regional (R$ 160.000,00); **Projeto 7038 - Perfuração Poços Tubulares Comunitários -** Panambi (R$ 21.000,00); **Projeto 7262 - Geração de Renda -** Bozano, Coronel Barros e Pejuçara (R$ 50.000,00)

☐ **AGROPECUÁRIA - Desenvolvimento do Agronegócio Gaúcho - Projeto 7264 - Arranjo produtivo para o leite** (equipamentos para produção e armazenagem do leite) - Regional (R$ 120.000,00) - **Projeto 7056 - Financiamento Agroindústrias** (máquinas e equipamentos) - Regional (R$ 130.000,00)

☐ **DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TECNOLÓGICO Pesquisa Tecnológica e de Desenvolvimento - Regional - Projeto 7064 Redes de Cooperação** (R$ 290.000,00); **Projeto 7138 - Fomento a Pesquisa -** Projetos de Pesquisa de Desenvolvimento para Região Noroeste Colonial (R$ 660.000,00); **Projeto 7134 Pólos de Inovação Tecnológica Pesquisa** Leiteira (R$1.200.000,00)

☐ **EDUCAÇÃO Escola Estadual de Ensino Fundamental - Projeto 7057 Aquisição de Acervo Bibliográfico** - Ajuricaba (5.500,00); Augusto Pestana (3.000,00); Bozano(3.000,00); Catuípe (11.500,00); Condor (3.500,00); Ijuí (57.000,00); Jóia(8.500,00); Panambi (8.000,00)

☐ **EDUCAÇÃO - Escola Estadual de Ensino Médio - Projeto 7053 Aquisição de Acervo Bibliográfico -** Ajuricaba (10.000,00); Augusto Pestana (5.000,00); Bozano(5.000,00); Catuípe (5.000,00); Condor (6.000,00); Cel.Barros(4.000,00); Ijuí (68.000,00); Jóia(12.000,00); Nova Ramada (5.000,00) e Panambi (20.000,00)

☐ **INFRAESTRUTURA REGIONAL - Projeto 77225 - Equipamentos para Operações Noturnas Visuais ou por Instrumento** - Aeroporto de Ijuí (R$ 566.438,00)

☐ **SAÚDE COMUNITÁRIA REGIONAL - Projeto 7102 - Construção/Ampliação de Unidade Hospitalar - Hospital Bom Pastor de Ijuí** - Regional (R$ 119.700,00)

☐ **SAÚDE REGIONAL - Projeto 7102 - Custeio para ampliação de serviços de média e alta complexidade através de consórcio intermunicipal de saúde regional** - Regional (R$ 115.000,00)

☐ **SEGURANÇA PÚBLICA Brigada Militar - Projeto 7009 - Kit Proteção Pistola e/ou Colete Balístico -** Regional **(R$ 120.000,00)**

☐ **SEGURANÇA PÚBLICA - Polícia Civil - Projeto 7043 - Reposição da Frota Viatura Leve - Ajuricaba** (R$ 60.000,00); **Catuípe** (R$ 60.000,00)

_____ 05/08/2009
Presidente

Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais

ANEXO C

MODELO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA CONSULTA POPULAR DE 2009

Dia 5 de agosto, quarta-feira,
participe da Consulta Popular. Vote pelo desenvolvimento da sua região e do Rio Grande.
Vote nas urnas ou pelos sites
www.ppp.rs.gov.br ou www.consultapopular.rs.gov.br
CONSULTA POPULAR
2009
O que é prioridade para os gaúchos é prioridade para o Governo do Estado.
COREDES RS
16 ANOS
AGM Associação Gaúcha Municipalista
FAMURS
UVERGS
GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL
CORAGEM PARA FAZER
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Atenção: 5 de agosto é dia de Consulta Popular.

A Consulta Popular está revigorada, com mais recursos e com a certeza de que as demandas mais votadas serão incluídas no orçamento de 2010 e executadas no tempo certo.

Quem pode votar?

Todo eleitor gaúcho, mediante identificação (título eleitoral ou carteira de identidade), poderá votar nas urnas situadas em locais públicos ou, pela internet, nos sites www.ppp.rs.gov.br ou www.consultapopular.rs.gov.br.

Por que é importante votar?

A Consulta Popular consolida o objetivo de colocar o Governo mais perto do cidadão, permitindo que a cidadania seja protagonista do planejamento, da escolha de prioridades e do efetivo controle social na aplicação dos recursos públicos. A Consulta Popular é um valioso mecanismo de fortalecimento das relações entre o Governo e os cidadãos, consagrando uma saudável convivência entre a democracia representativa e a democracia participativa.

Votar na Consulta Popular é valorizar esse patrimônio da sociedade gaúcha.

Votar na Consulta Popular é participar do desenvolvimento da sua região e do Rio Grande.

Como e onde votar?

O seu direito é garantido pelo voto secreto, depositado em urnas colocadas em locais públicos, das 9 às 18 horas, ininterruptamente, permanecendo uma urna, até as 21 horas, em local de fácil acesso.

A votação também pode ser feita por meio eletrônico, via internet, pelos sites www.ppp.rs.gov.br ou www.consultapopular.rs.gov.br, das 8 às 24 horas do dia 5 de agosto. As prioridades eleitas constarão do orçamento do Estado para 2010.

ANEXO D

FOLDER DA CAMPANHA "MÉDICO AMIGO" DO NOVO HOSPITAL BOM PASTOR

Hospital
Bom Pastor
Ijuí

Av. David José Martins, 1376
Fone: (55) 3332.7700 - CEP 98700-000 - Ijuí - RS
E-mail: hbpastor@brturbo.com.br

Hospital Bom Pastor Ijuí

O Hospital Bom Pastor surgiu na década de 80 como forma de garantir atendimento hospitalar aos agricultores.

Hoje, com sua ajuda, estamos construindo uma estrutura hospitalar segura, confortável, adequada à complexidade dos serviços que o **Hospital Bom Pastor** quer continuar prestando para a comunidade regional.

Ao apresentar o novo **Hospital Bom Pastor** a você, **Médico Amigo**, queremos convidá-lo a fazer parte ativa na construção desse projeto e usufruir das condições que, em breve, estaremos oferecendo para o nobre exercício de sua profissão.

NOVO HOSPITAL BOM PASTOR

- Localizado ao lado do Bosque dos Capuchinhos
- Próximo à sede acadêmica da UNIJUI
- Ampla área verde
- 04 pavimentos, com área total de 8.800 m²
- Ambiente familiar e aconchegante
- Atendimento por equipe multidisciplinar
- 90 leitos de internação
- UTI com dez leitos
- Urgência e Emergência 24h
- Clínicas médica, cirúrgica, pediátrica, obstétrica e outras
- Especialização em geriatria, psiquiatria e dependência química
- Centro de Prevenção e Tratamento de Doenças Crônicas
- Amplo espaço para ensino e pesquisa

CAMPANHA

Médico Amigo

Ao: Hospital Bom Pastor de Ijuí

Doador:

_____

_____

_____

Autorizo débito na conta corrente

Banco: _____ Agência: _____

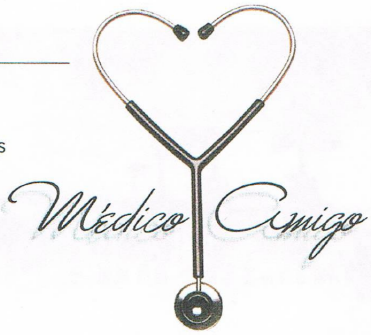
Conta: _____

R$ _____ mensais durante _____ meses

Data: ___/___/___

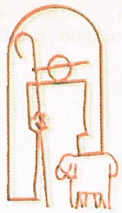
_____

Assinatura



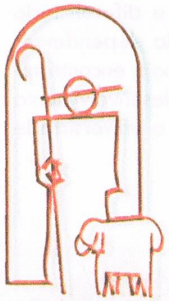
ANEXO E

FOLDER DA CAMPANHA “ADOTE O BOM PASTOR” DO NOVO HOSPITAL BOM PASTOR



Hospital
Bom Pastor
Ijuí

Av. David José Martins, 1376
Fone: (55) 3332.7700 - CEP 98700-000 - Ijuí - RS
E-mail: hbpastor@brturbo.com.br



Hospital
Bom Pastor
Ijuí

A CONSTRUÇÃO DE UM SONHO
QUE CRESCE A CADA DIA

NOVO HOSPITAL BOM PASTOR

Pilares que sustentam um Sonho

Diante da crescente demanda e da urgência de prestar assistência na área da saúde de uma população de 750 mil habitantes, a mobilização pelo desenvolvimento de novas instalações do Hospital Bom Pastor envolveu setores públicos e privados na realização de um sonho que está sendo construído junto ao Bosque dos Capuchinhos, bairro São Geraldo-Ijuí.

Fontes de Financiamento - A demanda de recursos vem sendo formulada e obtida junto às instâncias públicas (União, Estado e Municípios) e à iniciativa privada (Universidade, cooperativas e toda a sorte de pessoas jurídicas e físicas). Estima-se que dois terços dos recursos necessários serão públicos.

Muito mais do que pilares, estamos construindo um hospital completo e diferenciado que pretende tornar-se referência em Geriatria e Psiquiatria, incluindo dependentes químicos, e na atenção às doenças crônico-degeneretivas, áreas que hoje encontram-se extremamente desassistidas na região, além de complementar seu desenvolvimento implementando uma Unidade de Ensino e Pesquisa em convênio com a universidade local.

Hospital Bom Pastor,
Sua história por mais de duas décadas de crescimento

O Hospital Bom Pastor foi fundado pela Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda (COTRIJUI), na década de 70, pela necessidade de assistência médico-hospitalar da população do meio rural. Uma importante mobilização desse meio resultou na fundação do Hospital Bom Pastor de Ijuí, em 18 de maio de 1981. Em dezembro de 1988 é criada a Sociedade Hospitalar Beneficente Ijuí, entidade comunitária que assume o hospital filantrópico, credenciado ao SUS.
Atende as áreas de clínica médica, cirúrgica, obstétrica e pediátrica e pretende ampliar o seu leque de serviços, incorporando outras especialidades que a região está a reclamar. Entretanto, os novos serviços não podem ser ofertados na estrutura física atual, por falta de espaço e por inadequação técnica.

O NOVO HOSPITAL BOM PASTOR:

A) AMPLIARÁ SUA CAPACIDADE PARA 90 LEITOS;
B) PASSARÁ A OFERECER ATENDIMENTO 24 HORAS (URGÊNCIA E EMERGÊNCIA);
C) IMPLANTARÁ UTI COM 10 LEITOS;
D) TORNAR-SE-Á REFERÊNCIA NAS ÁREAS DE GERIATRIA E PSIQUIATRIA (ENFOQUE PARA DEPRESSÃO E DEPENDENTES DE DROGAS);
E) IMPLANTARÁ UM CENTRO DE PREVENÇÃO E ATENDIMENTO ÀS DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS NÃO CONTAGIOSAS (HIPERTENSÃO, DIABETES, PARKINSON, MAL DE ALZHEIMER);
F) QUALIFICARÁ TODA A SUA AÇÃO (ESPAÇO VERDE, SALAS DE CONVIVÊNCIA, ENCONTROS DE AUTO-AJUDA, ACOMPANHAMENTO POR EQUIPE MULTIPROFISSIONAL - MÉDICO, PSICÓLOGO, FISIOTERAPEUTA, ASSISTENTE SOCIAL, PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA...);
G) IMPLANTARÁ ESTRUTURA PARA PARTO HUMANIZADO;
H) CRIARÁ SERVIÇO DE INTERNAÇÃO DOMICILIAR (HOME CARE);
I) FORMARÁ RECURSOS HUMANOS PARA A ÁREA DE SAÚDE EM PROJETO COMPARTILHADO COM A UNIJUÍ. O HOSPITAL RESERVARÁ SIGNIFICATIVO ESPAÇO FÍSICO PARA ENSINO E PESQUISA.

ADOTE O BOM PASTOR! A participação comunitária foi responsável pela criação do Bom Pastor há mais de 20 anos. Agora, para vê-lo crescer em casa nova e com as condições ideais para dar suporte às demandas de saúde da população, estamos convidando você a participar desta grande obra. Visite-nos, conheça a nova sede em construção e contribua.
Este anexo destacável, devidamente preenchido, fará de Você um Adotante.

Eu, _____
endereço: _____

Vou contribuir com a importância de R$ _____.
Essa contribuição será em ( ) Parcela Única ( ) **Parcelas**

_____ _____
Hospital *Assinatura*

ANEXO F

DECRETO Nº 46.332, DE 06 DE MAIO DE 2009

DECRETO Nº 46.332, DE 06 DE MAIO DE 2009.
(publicado no DOE nº 084, de 07 de maio de 2009)

Dispõe sobre a Consulta Popular e dá outras providências.

A **GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,** no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° - A Consulta Direta à população, instituída pela Lei n° 11.179, de 25 de junho de 1998, alterada pela Lei n° 11.920, de 10 de junho de 2003, visa a definir os investimentos e serviços de interesse regional a serem incluídos na proposta orçamentária anual do Estado, devendo ser realizada na forma da Lei e deste Regulamento.

Art. 2° - A distribuição dos recursos disponíveis para investimentos e serviços para cada região será determinada pelos seguintes critérios:

I - 65% (sessenta e cinco por cento) proporcional à população de cada região abrangida pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) obedecendo as seguintes ponderações, utilizando o índice de Desenvolvimento Social e Econômico - IDESE -, calculado pela Fundação de Economia e Estatística *Sigfried Emanuel Heuser* - FEE:

a) regiões com IDESE igual ou acima da média do Estado, fator 1 (um);

b) regiões com IDESE abaixo da média e igual ou acima de 97% da média do Estado, fator 1,3 (um vírgula três);

c) regiões com IDESE abaixo da média e igual ou acima de 94% da média do Estado, fator 1,6 (um vírgula seis);

d) regiões com IDESE com média abaixo de 94%, da média do Estado, fator 1,9 (um vírgula nove).

II 20% (vinte por cento) equitativamente entre os 28 (vinte e oito) COREDES e;

III - 15% (quinze por cento) pela participação de eleitores em cada ano, com base no coeficiente de participação calculado da seguinte forma:

a) Índice de Eleitores Corede\Estado= Total de eleitores habilitados a votar no Corede, divididos pelo total de eleitores habilitados a votar no Estado;

b) Percentual de Eleitores Votantes no Corede= Total de eleitores que compareceram na votação multiplicados por 100 (cem), dividos pelo Total de eleitores habilitados no Corede;

c) Percentual de votantes no Estado= Total de eleitores que compareceram na votação no Estado, multiplicados por 100 (cem), dividos pelo total de eleitores habilitados no Estado;

d) COEFICIENTE DE PARTICIPAÇÃO= Índice de Eleitores CoredelEstado multiplicado pelo percentual de eleitores votantes no Corede, dividos pelo percentual de votantes no Estado.

§ 1° - Para apuração do coeficiente previsto no item III, serão utilizados os dados obtidos da votação realizada em cada ano calendário.

§ 2° - Os valores dos recursos disponíveis para a região previstos no item III, serão calculados após a realização da votação, donde serão obtidos os dados para o cálculo do Coeficiente de Participação.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3° - A coordenação executiva da Consulta Direta à população será feita pela Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular.

§ 1° - A Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular será presidida pelo Secretário Extraordinário de Relações Institucionais, ficando composta por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes Órgãos e Entidades, como segue:

I - um da Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais;

II - um da Secretaria do Planejamento e Gestão;

III - um da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais;

IV - um da Secretaria da Fazenda;

V - um da Casa Civil;

VI - um da Secretaria Geral de Governo

VII - três dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES;

VIII - um da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS;

IX - um da Associação Gaúcha de Municípios - AGM;

X - um da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul – UVERGS.

XI - um do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul - FDDR.

§ 2° - Os integrantes da Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular serão indicados pelos dirigentes dos órgãos e entidades referidas no parágrafo anterior, e designados por ato da Governadora do Estado.

§ 3° - O mandato dos membros da Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular terá prazo de vigência anual, encerrando-se no mês de março de cada ano.

Art. 4° - À Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular compete providenciar a ampla divulgação da Consulta Popular, definir procedimentos, supervisionar a sua realização, receber e proclamar o seu resultado, além de outras atribuições definidas neste Decreto.

Art. 5° - Compete aos COREDEs e aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento - COMUDEs - organizar a Consulta Popular, que será precedida de audiências públicas regionais e de assembléias públicas municipais e regionais, devendo observar os seguintes procedimentos:

I - o fornecimento de dados pelo Poder Executivo aos COREDEs incluindo o valor destinado aos investimentos e serviços de interesse regional, com as restrições determinadas pela legislação pertinente, e uma lista de ações estruturantes previstas no Plano Plurianual - PPA;

II - os COREDEs promoverão audiências públicas em cada região, com participação de representantes do Governo, com o fim de desencadear formalmente o Processo de Participação Popular, apresentar a prestação de contas da execução dos projetos eleitos nas Consultas Populares anteriores, divulgar a realidade financeira do Estado, informar os programas de interesse do Governo e definir as diretrizes gerais que orientarão todo o processo na respectiva região, bem como os programas estruturantes do desenvolvimento regional;

III - os COMUDEs, em parceria com os COREDEs, com base nas diretrizes gerais definidas nas audiências públicas regionais, promoverão assembléias públicas municipais com a finalidade de propor prioridades de investimentos, opinar sobre programas de desenvolvimento e eleger representantes para a assembléia regional ampliada;

IV - os COREDEs organizarão assembléias públicas regionais ampliadas, com a participação dos representantes eleitos nas assembléias municipais, para definir as opções de investimentos e serviços a serem incluídos na cédula para votação e fazer a indicação de programas prioritários ao desenvolvimento regional;

V - as decisões finais sobre as prioridades serão tomadas pelos cidadãos, por intermédio de voto secreto em urna ou mediante meio eletrônico, estando habilitados a votar apenas os eleitores com domicílio eleitoral na região geográfica do COREDE correspondente.

§ 1° - As assembléias públicas municipais serão abertas, com direito a voz a todos os cidadãos e voto aos com domicílio eleitoral no município.

§ 2° - Nas assembléias regionais ampliadas, terão direito a voz e voto os membros estatutários do COREDE, além dos delegados eleitos nas assembléias públicas municipais, na proporção de um para cada cinqüenta participantes, ficando garantido, no mínimo, um representante por município.

§ 3° - Os eleitores poderão votar em até quatro itens dos incluídos cédula de votação.

§ 4º - A cédula será composta por, no mínimo, dez e, no máximo catorze itens com ações estruturantes previstas no Plano Plurianual.

§ 5° - O somatório de recursos das ações incluídas na cédula deverá ser, no mínimo, duas vezes o montante dos recursos destinados à região.

Art 6° - Para organizar e proceder a Consulta Popular, os COREDEs constituirão Comissões Regionais, as quais serão compostas por, no mínimo, cinco membros.

§ 1° - As Comissões Regionais poderão credenciar colaboradores voluntários que desejem contribuir para o bom andamento dos processos eleitoral e fiscal indicados por prefeituras municipais, câmaras de vereadores, partidos políticos ou outras entidades da sociedade civil atuantes na região.

§ 2° - Os órgãos da Administração Estadual prestarão o apoio necessário às comissões regionais para a realização das assembléias municipais e regionais e à Consulta Popular.

Art. 7° - Nos Municípios, os COMUDEs organizarão as Comissões Municipais que serão responsáveis pelo Processo da Consulta Popular.

Parágrafo único - Nos municípios onde não estiverem organizados os COMUDEs, poderão ser designadas, pelos COREDEs, Comissões Municipais para auxiliar na organização do processo eletivo.

Art. 8° - A Consulta Popular deverá ser realizada em cada uma das regiões dos COREDEs, em data única a ser definida anualmente pela Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular.

Parágrafo único - A contar da vigência deste Decreto, os COREDEs e os COMUDEs envolvidos no processo deverão estar formalmente constituídos.

DOS ATOS PREPARATÓRIOS

Art. 9° - A Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular definirá os modelos a serem seguidos na confecção das cédulas, listas de identificação dos presentes, atas, mapas de totalização e outros materiais necessários para a realização da Consulta Popular.

Parágrafo único - Cada COREDE repassará à Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular, no mínimo dez dias antes da data da votação, a lista contendo a localização das seções eleitorais da respectiva região, de maneira a possibilitar a divulgação dessas informações.

Art. 10 - Para a montagem das listas com as opções de investimentos e serviços, os COREDEs e os COMUDEs tomarão como base o quadro de recursos e a lista de ações disponíveis para a Consulta Popular, a ser elaborada, anualmente, pela Secretaria do Planejamento e Gestão, ouvidos os COREDEs.

Parágrafo único - A Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular providenciará a mais ampla divulgação de todos os eventos vinculados ao processo da Consulta Popular por todos os meios disponíveis e em prazos compatíveis com os mesmos.

DA VOTAÇÃO

Art. 11 - Às Comissões Regionais e Municipais caberá decidir sobre a localização das seções eleitorais e designar um presidente e dois mesários que serão responsáveis pelo processo de votação em cada uma das Seções.

Parágrafo único - Deverá ser dada preferência para a instalação de urnas em locais já utilizados em Consultas anteriores.

Art. 12 - O horário de votação da Consulta Popular deverá ser das 9h às 18h, devendo cada município reservar, pelo menos, uma uma em local de fácil acesso, que funcionará até às 21 h.

Parágrafo único - Poderão ser distribuídas senhas para assegurar a votação de todos os eleitores que se encontrem à espera, no local, garantido-lhes o direito de votação.

Art. 13 - As cédulas deverão ser rubricadas por um dos membros responsáveis pela seção eleitoral.

Parágrafo único - Para que ocorra a votação, deverão estar presentes pelo menos dois dos responsáveis pela seção eleitoral.

Art. 14 - O título de eleitor, confirmando que o votante está domiciliado em um dos municípios da região, é o documento que comprova a habilitação para participar da Consulta Popular.

§ 1° - Excepcionalmente, o voto poderá ser realizado mediante a apresentação do documento de identidade, cora verificação, pelos mesários, no momento da votação, do domicílio eleitoral, junto às listas do Tribunal Regional Eleitoral.

§ 2° - Todos os eleitores assinarão lista de presença com indicação do número do titulo eleitoral.

Art. 15 - Em cada Seção, após o encerramento da votação, dever-se-á:

I - lavrar ata, a ser assinada pelo presidente da Seção e pelo menos um dos mesários, onde serão registrados os horários de abertura e fechamento da uma, o número de votantes e os eventuais incidentes ocorridos durante o processo de votação, incluindo-se as listas de presença;

II - lacrar as umas, sendo-lhe apostas ao lacre as rubricas dos membros da Seção Eleitoral presentes;

III - encaminhar as urnas, atas e listas de votantes, aos responsáveis pela apuração.

Parágrafo único - Serão considerados nulos os resultados das Seções cujas urnas apresentarem indícios de violação do lacre.

VOTO PELA *INTERNET*

Art. 16 - A Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS - disponibilizará uma página na *internet,* www.ppp.rs.gov.br, para a Consulta Popular, possibilitando o voto por meio eletrônico:

I - no dia da Consulta Popular, na mesma página da *internet,* das 8h às 24h, o eleitor poderá votar, com o número do seu título de eleitor, carteira de identidade;

II - no dia da Consulta Popular, além da votação em cédula nas umas, poderão ser disponibilizados, em local público, computadores com acesso *à internet;*

III - a Comissão Eleitoral, com o apoio da PROCERGS, fará o controle do voto eletrônico.

Parágrafo único - Para a consulta ao título eleitoral, a página referida no inciso I conterá um *link* direcionado ao *site* do TRE.

DA APURAÇÃO

Art. 17 - As Comissões Regionais e as Municipais deverão definir e divulgar os locais onde serão procedidas as apurações dos resultados, designando os responsáveis pelo recebimento e pela guarda das umas no período que precede a apuração.

Art. 18 - A apuração ocorrerá em local público, antecipadamente divulgado, devendo ser iniciada até, no máximo, vinte e quatro horas após o encerramento da Consulta Popular.

§ 1° - Caberá à Comissão Regional ou à Municipal, conforme o caso, definir o procedimento referente à apuração.

§ 2° - Para auxiliar as atividades das juntas apuradoras, poderão ser constituídas mesas escrutinadoras de votos, formadas por, no mínimo, três integrantes.

§ 3° - Na apuração dos votos, aplicam-se subsidiariamente às disposições do Código Eleitoral.

Art. 19 - Os resultados das seções serão anulados quando houver discrepância de mais de 2% entre o número de votos contidos na uma e o número de votantes cujas assinaturas constem na lista de votação.

Art. 20 - Os resultados da apuração de cada Seção serão registrados em ata específica, na qual deverão constar quaisquer incidentes ocorridos durante o processo de apuração e que deverá ser assinada por todos os membros presentes da mesa escrutinadora.

§ 1º - O critério de apuração será único para os 28 (vinte e oito) COREDEs, ou seja, por voto universal (absoluto). As ações que obtiverem maior número de votos dentro do valor disponível para cada região, serão consideradas eleitas, respeitando o valor total da ação estruturante discriminado na cédula de votação, sendo permitido o ajuste de valor somente na última ação eleita, para fins de fechamento de valores.

§ 2° - Para efeito de aplicação do previsto no § 2°, do artigo 2°, o valor apurado será distribuído para complementação do valor da última demanda eleita , se necessário, e para a 1° demanda não eleita.

§ 3° - Os §§ 1° e 2°, deverão respeitar os módulos mínimos constantes na lista de ações estruturantes disponíveis para a Consulta Popular.

DOS RESULTADOS

Art. 21 - Às Comissões Regionais competem a totalização dos resultados da Consulta Popular na região e a identificação dos serviços e dos investimentos selecionados.

Art. 22 - Os resultados serão registrados pela Comissão Regional no sistema da PROCERGS.

Parágrafo único - Às Comissões Regionais compete divulgar os resultados.

Art. 23 - À Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais, em conjunto com a Secretaria de Planejamento e Gestão, competirá a realização do exame final dos resultados e encaminhá-los à Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular até cinco dias após a realização da Consulta.

Art. 24 - A Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular encaminhará à Secretaria do Planejamento e Gestão, até o dia 13 de agosto, a ata com a proclamação do resultado final da Consulta Popular, acompanhada do resultado da votação das ações estruturantes.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 - À Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular caberá decidir sobre os casos omissos e as questões não previstas neste Decreto, bem como apreciar recursos das decisões das juntas apuradoras sobre anulação de urnas ou de votos e das decisões das Comissões Regionais quanto ao processo de apuração e totalização.

Art. 26 - Qualquer cidadão com domicílio no Estado do Rio Grande do Sul e que tenha participado da Consulta Popular poderá apresentar recurso, no prazo de vinte e quatro horas da lavratura da ata, que consigne a decisão contestada, competindo à Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular manifestar-se no prazo de três dias úteis, contados do recebimento do recurso.

Art. 27 - O Poder Executivo repassará aos COREDEs os recursos necessários à implementação da Consulta Popular, nos termos da Lei n° 11.179, de 25 de junho de 1998, e alterações, na forma determinada na Lei n° 10.283, de 17 de outubro de 1994, e alterações, regulamentada pelo Decreto n° 35.764, de 28 de dezembro de 1994, e alterações.

§ 1° - As despesas decorrentes correrão à conta do órgão 08 - Unidade Orçamentária 08 - Projeto 6426 -Natureza da despesa 3.3.50.41.

§ 2° - Os COREDES prestarão contas dos recursos recebidos de que trata *o caput* do presente artigo, impreterivelmente, até o último dia do mês de outubro de cada ano dos resultados finais relativos àqueles escrutínios.

§ 3° - A prestação de contas de que trata o § 2° obedecerá à forma prevista no Decreto n° 42.778, de 22 de dezembro de 2003 e alterações.

Art. 28 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n° 45.593, de 10 de abril de 2008.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 06 de maio de 2009.

FIM DO DOCUMENTO